



**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

PAMERA FRANCIELI CORRÊA PEREIRA

**MILLÔR FERNANDES E A NOVA REPÚBLICA:
UMA RELAÇÃO INTERDISCURSIVA**

CASCADEL - PR

2019

PAMERA FRANCIELI CORRÊA PEREIRA

**MILLÔR FERNANDES E A NOVA REPÚBLICA:
UMA RELAÇÃO INTERDISCURSIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – para a obtenção do título de mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras - nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Cattelan

CASCAVEL - PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Pereira, Pamera Francieli Corrêa
MILLÔR FERNANDES E A NOVA REPÚBLICA : UMA RELAÇÃO
INTERDISCURSIVA / Pamera Francieli Corrêa Pereira;
orientador(a), João Carlos Cattelan, 2019.
94 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

1. Millôr. 2. Nova República. 3. Interdiscurso. I. Cattelan, João Carlos. II. Título.

PAMERA FRANCIELI CORRÊA PEREIRA

Millôr Fernandes e a Nova República: uma Relação Interdiscursiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - João Carlos Cattelan

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Maraisa Lopes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Dantielli Assumpção Garcia

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 12 de agosto de 2019

À memória de minha querida mãe Lila Corrêa Pereira,
que me deu a vida, me ensinou a amar e ser amada.

À minha amada filha Eduarda Pereira Pinto,
que me ensinou o que é a vida.

AGRADECIMENTOS

Ao fôlego de vida, que me permite pulsar. Ao meu orientador Prof. Dr. João Carlos Cattelan que, pacientemente, me lapidou. Aos professores do Programa de Mestrado em Letras da Unioeste, e, especialmente, à banca avaliadora: Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia, Profa. Dra. Maráisa Lopes e Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares, que contribuíram preponderantemente para a revisão desta dissertação.

Eu desconfio de todo idealista que lucra com seu ideal.

Millôr Fernandes

PEREIRA, Pamera Francieli Corrêa. **Millôr Fernandes e a Nova República**: uma relação interdiscursiva. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pósgraduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Cascavel, 2019.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a materialidade discursiva de Millôr Fernandes sobre a Nova República (1985 - 1990), considerando a relação interdiscursiva presente no dizer do sujeito autor. O recorte do corpus compreende a seleção de 7 charges elencadas para a prática de análise pautada na Teoria do Discurso de linha francesa; além de fontes, tais como, Michel Foucault, Eni Orlandi e Ruth Amossy, dentre outras, que devem embasar teoricamente a pesquisa, bem como as condições de produção do corpus. Sob o olhar da Teoria do Discurso, que consiste em observar o sujeito assujeitado, a materialidade discursiva e a historicidade no imbricamento com o discurso enquanto manifestação de simbolização do humano, é que este empreendimento se efetiva. Os objetivos que norteiam esta investigação se resumem em dar a conhecer a relação interdiscursiva no dizer de Millôr, no tocante a recuperação de dizeres outros; compreender que Millôr é porta-voz de um discurso que se transpõe no viés do humor sobre a política da Nova República (1985 - 1990); bem como estabelecer pontos análogos quanto à uma política do passado e do presente. Sob o exercício de retomadas discursivas, o interdiscurso é o conceito mobilizado para as análises das charges eleitas para o corpus que, em consonância com as condições de produção, possibilita evocar efeitos de sentidos a partir de cada materialidade discursiva e de cada imagem caricata analisada como porta-voz de um discurso. Além disso, permite a percepção acerca dos efeitos de sentidos do discurso de Millôr que fazem emanar críticas à política da Nova República (1985 - 1990), evidenciando seus atravessamentos ideológicos e sua inscrição na formação discursiva de contraidentificação em relação ao fazer político do Governo Sarney. Por fim, o que justifica a temática deste trabalho é a cadência do dizer de Millôr sobre a acuidade do tema que envolve a política, e por considerar que esta rege e impera sobre a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Millôr. Nova República. Interdiscurso.

PEREIRA, Pamera Francieli Corrêa. **Millôr Fernandes and the New Republic**: an interdiscursive relationship. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pósgraduação em Letras, Concentração em Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Cascavel, 2019.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the discursive materiality of Millôr Fernandes about the New Republic (1985 - 1990), considering the interdiscursive relationship present in the author subject's statement. The corpus clipping comprises the selection of 7 cartoons listed for the practice of analysis based on the French Speech Theory; besides sources such as Michel Foucault, Eni Orlandi and Ruth Amossy, among others, which should theoretically support the research, as well as the conditions of production of the corpus. From the perspective of Discourse Theory, which consists in observing the subject, the discursive materiality and the historicity in the intermingling with the discourse as a manifestation of symbolization of the human, is that this undertaking takes effect. The objectives that guide this investigation boil down to making known the interdiscursive relationship in Millôr's saying, regarding the recovery of other words; understand that Millôr spokesman for a discourse that transposes in the bias of humor about the politics of the New Republic (1985 - 1990); as well as making analogous points regarding a past and present policy. Under the exercise of discursive retakes, interdiscourse is the concept mobilized for the analysis of cartoons elected to the corpus which, in line with the conditions of production, makes it possible to evoke sense effects from each discursive materiality and each caricatured image analyzed as Spokesperson for a speech. Moreover, it allows the perception about the effects of meanings of Millôr's discourse that give rise to criticism of New Republic politics (1985 - 1990), highlighting its ideological crossings and its inscription in the discursive formation of counter-identification in relation to the political making of the Sarney Government. . Finally, what justifies the theme of this work is the cadence of Millôr's saying about the accuracy of the subject that involves politics, and for considering that it rules and rules over society.

KEY-WORDS: Millôr. New Republic. Interdiscourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 APORTE TEÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	13
2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO RECORTE DO CORPUS.....	39
3 O SUJEITO MILLÔR FERNANDES.....	47
4 ANÁLISE DO CORPUS.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o discurso de Millôr Fernandes sobre a Nova República e a relação interdiscursiva presente no seu dizer. Para a práxis deste empreendimento, lança-se mão de um recorte de 7 charges retiradas do livro “Diário da Nova República - Vol. 2”, de Millôr Fernandes (1988), as quais são norteadoras e compõem o corpus que fomenta a análise deste trabalho. O delineamento histórico referente às condições de produção do corpus perpassam o período entre 1985 e 1990, que se referem ao governo Sarney, sendo necessário fazer uma abordagem do período da Ditadura Militar, a qual antecede o cenário que delimita o conteúdo das charges elencadas para a investigação.

A escolha do corpus se deu pela incidência de provocações discursivas que emergem das produções de Millôr Fernandes sobre o fazer político na Nova República e a relação que há entre o passado e o presente, sob a ótica do percurso histórico de governança no Brasil. Pressupor que existam pontos análogos do antes (Ditadura Militar), do depois (Nova República de 1985 - 1990) e do agora é o que instiga a diligência para tratar do assunto, no que compreende os possíveis efeitos de sentido produzidos a partir das charges, e que manifestam uma perspectiva de realidade sob o assuejamento ideológico de Millôr Fernandes. Deste modo, o recorte do corpus assegura a trajetória para a análise e rumos desta pesquisa.

A justificativa deste trabalho está para as facetas do discurso de Millôr que permeiam as contingências da política brasileira, no que diz respeito à forma de governar daqueles que estão no poder que afirmam que cuidarão dos interesses do povo e deveriam cumprir fielmente as ordenações legais que implicam diretamente na vida de cada cidadão brasileiro. A pesquisa se justifica pela acuidade do tema que envolve a política, por considerar que ela rege a sociedade e impera sobre esta o fortuito ou a aflição que é estar sob o jugo do poder executivo de um país e, portanto, qualquer que seja o olhar lançado para compreender o sistema que organiza a vida social de uma nação, bem como atentar para as ações dos governantes no exercício da função, uma vez que se colocaram a serviço do povo, a saber, tem o seu teor de contundência e é oportuno para a apreciação.

Esta pesquisa empenha-se em analisar o discurso político retratado à maneira de Millôr Fernandes. Deste modo, a partir do dizer do sujeito Millôr sobre a Nova República é que será alicerçado o caminho para propor um olhar para o processo interdiscursivo presente nos enunciados das charges do recorte do corpus desta dissertação. Considerando o fato de que Millôr se utiliza do humor para dizer acerca do ensejo político do Brasil entre 1985 e

1990 e que o faz recapturando dizeres, entende-se que o tema desta dissertação é o humor político na perspectiva do interdiscurso.

Para as análises, serão levados em conta como elementos de significação das charges tanto os enunciados, que dizem respeito à materialidade discursiva, quanto às imagens caricatas produzidas pelo sujeito Millôr, as quais são porta-voz de um discurso. Considerando que o discurso é o alvo que desencadeia o movimento analítico em torno do dito e do já-dito e de tudo o que envolve a concepção e constituição de um dizer, este trabalho se vale da atenção ao sujeito que enuncia com a subjetivação, as condições de produção do ato enunciativo, os atravessamentos ideológicos crivados no discurso, em relação à inscrição do sujeito em uma dada formação discursiva, bem como para a materialização da língua, responsável por transpor o discurso.

A teoria que dará luz às análises do recorte do corpus é a Teoria do Discurso de linha francesa, além do aparato de autores que contribuem para o embasamento do conteúdo histórico a ser recuperado para apresentar as condições de produção das charges selecionadas para a pesquisa e dar suporte para seguir com as considerações acerca do entrelaçamento entre as produções de Millôr, a história, a língua e a prática analítica do discurso. No que diz respeito à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que incorre no método investigativo de base discursiva, o qual deve validar o percurso da pesquisa que culmina nas análises das charges de Millôr.

Cada capítulo será construído para traçar a rota com as abordagens necessárias para chegar à análise do corpus. Sendo assim, no primeiro capítulo é considerado o aporte teórico que é desenvolvido para dar conta de apresentar a Teoria do Discurso e elucidar cada conceito a ser mobilizado para as análises das charges. Na sequência, o segundo capítulo se detém em fazer uma retomada breve da histórica que diz respeito à Ditadura Militar e, em especial, à Nova República (1985 - 1990), para dimensionar as condições do corpus, ou seja, tratar de fazer conhecer o cenário político-sócio-histórico do discurso de Millôr, a fim de chegar aos possíveis efeitos de sentido do seu dizer. Por extensão, no terceiro capítulo, serão abordadas nuances que dizem respeito ao sujeito Millôr, no que concerne a sua posição social e a aspectos da sua inscrição em dada formação discursiva consolidada à cadência do seu discurso.

No quarto capítulo, após ter a dimensão do que contorna as charges eleitas para a investigação, acontece a análise do discurso de Millôr, em que são mobilizados os conceitos da Teoria do Discurso, no que concerne ao sujeito, à língua e à história, detendo-se nas condições de produção, para dar vazão à construção do efeito de sentido de cada uma das 7

charges que compreendem o humor político, que é o objeto deste estudo. Neste capítulo de análise, as charges serão fragmentadas em 7 seções, cada uma intitulada em alusão à substância de significação do seu dizer, isto é, de acordo com a temática específica de cada charge. Como desfecho da presente dissertação, serão tecidas reflexões na parte das considerações finais, em que deve ser apontada uma correlação dos efeitos da discursividade de Millôr a respeito da política da Nova República (1985 - 1990) com os moldes da política que se pratica atualmente.

Os objetivos deste trabalho buscam dar a conhecer a relação interdiscursiva do dizer de Millôr, no tocante à recuperação de dizeres outros, sobre a política da Nova República, tendo Millôr como porta-voz de um discurso que se transpõe no viés do humor e a denúncia da política do passado e do agora. Sob um exercício de retomadas discursivas, o interdiscurso é o conceito da Teoria do Discurso que vai permear esta pesquisa, enriquecendo o processo de análise do recorte das charges que constituem o corpus e os aspectos peculiares ao discurso de Millôr que despontam na materialidade discursiva de suas produções e que devem merecer um teor considerável para o desenvolvimento das análises que compõem esta dissertação.

O escopo desta pesquisa é o de considerar os efeitos de sentido do discurso de Millôr, a partir de reflexões acerca das charges que o sujeito produz sobre a política da Nova República (1985 - 1990), que perpassa o cotidiano de cidadãos inseridos numa conjuntura política de reincidência na corrupção. Em especial, o objetivo é atentar para os discursos que são recuperados no ato de enunciação, no chamado processo de interdiscursividade, que atuam na construção dos efeitos de significação, dadas as suas condições de produção, que compreendem o âmbito político-social e que delatam as relações de poder no movimento da história. O intento é buscar, por meio da análise do corpus, a relação interdiscursiva do dizer do sujeito com a iminência do discurso que se vale do humor irônico e satírico, constituído na subjetivação e assujeitamento de um jornalista que constrói o dizer fabricando sentidos a partir da fragilidade política do país, levando-se em conta que o humor é capaz de tornar assuntos hostis em brincadeiras que configuram um pensamento coletivo.

1. APORTE TEÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Teoria do Discurso (doravante, TD) é o alicerce teórico desta dissertação. É a partir dos seus fundamentos e abordagens sobre o sujeito e o discurso que se darão as análises do corpus deste trabalho. Para explicar a teoria, serão introduzidas perguntas retóricas que visam

nortear, por meio de suas respostas, a elucidação dos principais conceitos e pressupostos que envolvem o saber construído pela Análise do discurso (doravante, AD).

As indagações têm o papel pontual compreender termos e questões relevantes acerca dos mecanismos teóricos que serão mobilizados para as leituras e produções analíticas ao longo da pesquisa. Os termos da TD presentes nas indagações deste capítulo não serão abordados em sua amplitude e profundidade teórica; a elucidação servirá apenas como subsídio para manter-se a par dos conceitos mobilizados no decorrer da análise do corpus. Trata-se de considerar as respostas às interrogações que seguem como apresentação da teoria que estrutura as proposições analíticas deste empreendimento.

Para a explicitação da teoria que sustenta este estudo, a formulação da escrita se dará por meio de paráfrase livre, isto é, por lançar mão de um estilo peculiar de língua para tratar dos conceitos da Teoria do Discurso (doravante, AD) que foram criados e elaborados por Michel Pêcheux, sob a ação de interpretação de um texto através das próprias palavras, de modo a manter o mesmo pensamento do original. Do mesmo modo, ao trazer para a apreciação, dada a pertinência, outros subsídios teóricos de autores que devem contribuir para o suporte analítico do corpus desta pesquisa, serão feitas enunciações também pelo viés da verossimilhança, sem favorecimento ilegítimo da criação teórica de outrem que, evidentemente, merece o respeito e o reconhecimento legal por sua autoria. Enfim, o que se faz aqui é retomar o que já foi dito com palavras de sentido parafrástico e que reverberam o dizer desses autores.

Quando foi criada a Teoria do Discurso? Ela foi criada a partir de 1960, pelo filósofo Michel Pêcheux. O autor desenvolveu a teoria no percurso de sua vida intelectual, com o objetivo de buscar compreender o funcionamento do discurso e como este produz sentidos. Para desenvolver suas proposições teóricas, Pêcheux precisou engendrar um processo de ruptura do conceito de que a língua é transparente, ou seja, que significa por si mesma no interior de um arranjo linguístico estrutural. Para tanto, o filósofo lançou mão da teoria de Saussure acerca da dicotomia significado-significante para alcançar o que envolve o sujeito e o seu dizer.

Quem foi Michel Pêcheux? Ele foi o precursor da Teoria do Discurso. Michel Pêcheux nasceu em 1938 e morreu, em 1983, na França. Estudou Filosofia na Escola Normal Superior de Paris, onde teve contato com estudiosos como Louis Althusser¹, dentre outros, que influenciaram a sua trajetória intelectual. Pêcheux mostrou-se obstinado por ampliar a compreensão sobre o sujeito e sobre a linguagem, o que culminou na crítica à teoria

¹ Louis Althusser (16/10/1918 - 22/10/1990): filósofo francês que teorizou a ideologia.

estruturalista saussuriana que, por sua vez, desconsiderava o sujeito e suas condições de produção (doravante, CPs). Para implementar a ciência que investiga o dizer, Michel Pêcheux percorreu outras teorias e dedicou a vida para pensar e teorizar acerca do que é interior e exterior ao discurso.

Quais são as bases teóricas da AD? A AD é tida como uma teoria de entremeio, por utilizar-se de outros saberes para construir a sua gênese. Em especial, Pêcheux explorou uma tríade científica que inclui: a *Linguística*, de Saussure² - sob releituras de outros teóricos³; o *Materialismo Histórico*, de Marx⁴ - sob a releitura de Althusser; e a *Psicanálise*, de Freud⁵ - sob a releitura de Lacan⁶. Pêcheux lança mão dessas teorias, não para tomá-las como verdade absoluta, mas para fazer os devidos deslocamentos, isto é, ele se vale do que é pertinente para seus estudos, ao passo que tece críticas às restrições desses saberes em relação ao sujeito e ao discurso. O que Pêcheux fez foi construir um aporte teórico por valer-se destas áreas, servindo-se do que foi relevante nelas, para chegar a uma teoria que se dedicasse a olhar amplamente para o discurso.

Qual a contribuição da Linguística para a AD e qual a crítica de Pêcheux? Pêcheux concebe a língua enquanto materialidade discursiva e como mecanismo simbólico que possibilita o dizer. Todavia, a ressalva de Pêcheux para com a Linguística se refere à abordagem restritiva de transparência da língua, em que o significado seria estabelecido no interior da própria estrutura da língua, sem levar em conta o que é exterior a ela, como as CPs, o sujeito e seus atravessamentos ideológicos. Para Pêcheux (1990), a língua é a manifestação discursiva e não é independente dos aspectos que constituem o sujeito, a relação com a exterioridade e a posição social do sujeito que enuncia na e com ela.

Qual a contribuição da Psicanálise para a AD e qual a crítica de Pêcheux? A Psicanálise contribuiu para a concepção de sujeito enquanto ser que é imbuído de subjetividade. Pêcheux embrenhou-se nos estudos da Psicanálise para compreender a complexa rede de constituição do sujeito, concebendo-o enquanto ser de sociedade. Trata-se de um sujeito afetado pelo inconsciente, o qual irrompe no discurso. Embora Pêcheux convalide o saber Psicanalítico no que concerne ao inconsciente, ele defende que há outros

² Ferdinand de Saussure (26/11/1857 - 22/02/1913): teorizou a Linguística como ciência autônoma.

³ Chomsky (Teoria Gerativista); Harris (Teoria Linguística); Jakobson (Teoria da Comunicação); Benveniste (Teoria da Enunciação); Culioli (Teoria das Operações Enunciativas).

⁴ Karl Marx (05/05/1818 - 14/03/1883): teorizou sobre sociedade, economia e política, no viés da luta de classes, sob uma crítica ao capitalismo.

⁵ Sigmund Freud (06/05/1856 - 23/09/1939): criador da Psicanálise.

⁶ Jacques Lacan (13/04/1901 - 09/09/1981): representa inovação teórica e prática na Psicanálise.

fatores que devem ser levados em conta para cumprir o papel de olhar para o funcionamento do discurso e compor a TD.

Qual a contribuição do Materialismo Histórico para a AD e qual a crítica de Pêcheux? A AD serviu-se do Materialismo Histórico no que tange à apropriação do conceito de ideologia enquanto construção de um imaginário coletivo que atende a uma determinada demanda de poder. O conceito de imaginário coletivo para a TD é da ordem da concepção de significados na e pela sociedade. Sobre como coisas, palavras, discursos são concebidos e como tudo é significado coletivamente, isto é, como socialmente as coisas passam a ter sentido, as imagens que são construídas e projetadas no âmbito social. A manifestação da ideologia está no próprio uso da língua imposta pelas constituições de significação estabelecidas por cada formação ideológica (doravante, FI), que trata de conjunto complexo de atitudes e representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras. Quanto à ideologia que constitui o dizer no curso da história, Pêcheux (1990, p. 8) traz o seguinte:

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível.

A ideologia constitui o curso histórico da humanidade, que afeta o sujeito, tornando-o assujeitado, ou seja, ela faz com que o sujeito, ao falar, faça-o a partir de alguma formação discursivo-ideológica e, ao ocupar um lugar social, também assume uma posição-sujeito que o condiciona a dizer o que diz. O posicionamento de Pêcheux em relação ao Materialismo Histórico está para o fato de que, apesar de ser crucial para a TD, por si só, não basta para investigar a discursividade, pois também é preciso atentar para os desdobramentos da língua e para o sujeito do inconsciente, conceito este abordado teoria da Psicanálise.

É justamente no imbricamento dessas três bases teóricas que Pêcheux encontrou um modo de analisar o discurso, de percebê-lo em funcionamento, de integralizar os elementos que instauram e determinam a incidência discursiva, a qual é considerada aqui como a própria práxis discursiva; trata-se da sua enunciação nos atos de fala; é o momento em que o discurso acontece. Nas palavras de Pêcheux sobre o favorecimento dessas teorias para a AD, Orlandi (2015, p. 18) traduz:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento - Psicanálise, Linguística, Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela

Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Para Pêcheux construir a teoria da AD, foi necessário caminhar por outras abordagens teóricas a fim de dar conta de olhar para o discurso sob as perspectivas que ele requer. Em outras palavras, é na incidência da língua, da subjetividade do sujeito, da sua história e atravessamentos ideológicos e no eixo da materialidade discursiva que se pode pensar o discurso e submetê-lo às possibilidades de análise, sem incorrer numa redução do que o discurso, de fato, demanda, para que seja possível levantar os efeitos de sentido que, para a AD, tem a ver com os diferentes sentidos que podem ser depreendidos do discurso, a depender das CPs do discurso.

Qual é o principal objeto de estudo da AD? É exatamente o *discurso*. Contudo, para analisar o discurso, é preciso atentar para a complexidade que o cerca. Por isso, pensar o discurso é pensar o sujeito subjetivado, a materialidade discursiva e a ideologia que atravessa o sujeito que enuncia. O analista olha para o discurso através das esferas que o constituem: a língua, o inconsciente e a história. O discurso é a manifestação de implicações interiores e exteriores ao sujeito que o fazem dizer o que diz, como aborda Orlandi (2015, p. 13):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

O ser humano está na evidência da discursividade; tudo nele é discurso e significa de acordo com as CPs a que está submetido. O discurso é constituinte da humanidade e é através dele que se estabelece a interação entre as pessoas. É no e pelo discurso que o sujeito se simboliza e dá sentido ao mundo que o cerca. O discurso é o objeto primeiro para a TD, pois é a partir do discurso que se torna possível enxergar o ser humano nas suas mais variadas formações discursivas, atravessamentos ideológicos e inquietudes do inconsciente. Sendo assim, o discurso é intrínseco ao humano e lhe permite ser para si e com outros no universo simbólico das significações e da alteridade.

O que é discurso? O discurso é a manifestação do que constitui o sujeito, é o que liga o homem à sua realidade. É a materialidade do imbricamento da língua, do inconsciente, da história e da ideologia que atravessa o sujeito e o faz ser e enunciar. O discurso é o momento de aparição simbólica do sujeito histórico, subjetivo e social. É por meio do discurso que se

produzem os efeitos de sentido, ocasião em que o sujeito significa e é significado. Cada sujeito é manifesto em seu discurso; em outras palavras, é possível aperceber-se da FD em que ele se inscreve e, por conseguinte, da ideologia que o atravessa e o assujeita. Em suma, o discurso é a transposição enunciativa do que transforma o indivíduo em sujeito, como o exposto por Malidier (2003, p. 15-16):

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinam, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento.

O que é sujeito para a AD? O sujeito é concebido em decorrência da língua, da história e da subjetividade - que é incitada pelo inconsciente, e se consuma com a ideologia que o assujeita. Deste modo, o sujeito é a conjunção de fatores internos e externos: internos, porque é atravessado pelo inconsciente; externos, porque é interpelado pela ideologia. Há sujeito porque há sociedade e, na interação com os discursos que permeiam o social, é que o sujeito é significado. Isso ocorre já antes do nascimento, ao ser alocado pelo discurso da mãe em uma determinada FI. Portanto, antes da concepção, o sujeito já é determinado pela ideologia atravessada no discurso de quem irá concebê-lo e significá-lo; ele o é, pelas vias discursivas, antes mesmo de nascer. Nas palavras de Pêcheux (1995, p. 163):

O sujeito se constitui pelo 'esquecimento' daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.

Desta forma, o sujeito não é livre no que se refere ao o que lhe é exterior; tampouco, é a fonte do discurso que enuncia, pois sofre inferência dos discursos que existem antes dele. É na relação com o mundo que o cerca ou com os discursos que o cercam, no fluxo de sua incompletude enquanto sujeito do inconsciente, que sua subjetividade se constitui. O sujeito não é a origem do seu dizer, fala sempre a partir de uma inscrição em uma dada FI com a qual se identifica e é partícipe de uma cadeia de interpelação, ou seja, ele é interpelado discursivamente que, para a TD, interpelação é o processo de constituição do sujeito pela ideologia (PÊCHEUX, 1990).

O que é o inconsciente? O conceito é utilizado por Freud para configurar o repertório teórico da Psicanálise. Foi a partir do olhar sobre o inconsciente que Freud avançou nos estudos da subjetividade humana e clarificou a percepção do sujeito em sua condição de incompletude. É na incompletude existencial que se manifesta a angústia de viver, que ocorre em decorrência do que é exterior atrelado ao modo como cada um constrói ou assimila essa exterioridade em si. Para a Psicanálise, o inconsciente irrompe na linguagem, aparece como: um ato falho, o qual diz respeito à palavra equivocada que surge repentinamente durante o processo de enunciação do sujeito, sem que ele consiga controlar, pois ela escapa; como um chiste que, para a Psicanálise, é a materialização do inconsciente em forma de humor (FREUD, 2017); ou se manifesta em sonho, carecendo da leitura do próprio sujeito, que, num processo de autoanálise, deve olhar para si.

O inconsciente é aquilo que há de mais intrínseco no ser humano e não está sob o controle do consciente, que são os pensamentos, percepções, lembranças e conhecimento armazenado e acessível à memória do sujeito (KLEINMAN, 2015). Apesar de o inconsciente ser fruto da experiência pessoal, do estado de consciência ou daquilo que está ao alcance de discernimento do sujeito, só é trazido à tona por meio do sonho, do ato falho ou do chiste, como condição ao sujeito para que dê significado à aparição do inconsciente através da materialização significativa.

Para a TD interessa levar em conta o sujeito do inconsciente para perceber o que está subjacente ao discurso a fim de construir os efeitos de sentido de um dado dizer, já que o inconsciente se manifesta na linguagem. Assim, a condição do sujeito do inconsciente é fator relevante para o analista do discurso, uma vez que a subjetividade é parte da tríade língua, subjetividade e história que estrutura a TD, uma vez que compõem o processo de análise de um dado discurso.

O que é inconsciente coletivo? O inconsciente coletivo é um conjunto de conceitos e ideias que são dadas e significadas no corpo social, a partir do que comunga uma determinada comunidade que se configura e desponta de uma FI. O inconsciente coletivo é movido pela história e perpassado pelo discurso que ronda a sociedade. Ele é algo que se concebe na sociedade e que é representado e reiterado no discurso do sujeito; tal qual um paradigma, modelo ou padrão já estabelecido para ser seguido e recebido como herança, que toma força discursiva e significa automaticamente no âmbito social.

Por analogia, pode-se dizer que o inconsciente coletivo está para a manifestação discursiva em uma dada sociedade, incide sobre os sujeitos e aparece nos discursos que eles enunciam. Para perceber o inconsciente coletivo no discurso do sujeito, é necessário atentar

para o que Foucault (1970) conceitua como noção de verdade, que é sempre uma vontade de verdade que se quer suscitar, a qual desponta no discurso, no âmbito social coletivo. Cabe atentar para o fato de que o sujeito é sempre o portador do inconsciente coletivo, pois pertence a uma sociedade e o materializa, culminando em discurso. Todavia, embora sejam os sujeitos que irão transpor o inconsciente coletivo, ele é da ordem do que lhe é externo, como esclarece Jung (2000, p. 27):

O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos.

Os arquétipos são conceituados por Jung como aquilo que está no âmbito do inconsciente coletivo e tende a ser compartilhado. Por esse motivo, os arquétipos emergem socialmente e excedem o que se pode chamar de inconsciente pessoal, embora seu arcabouço de significação complemente a constituição do sujeito e o torne assujeitado pelas premissas discursivas que carrega da sociedade para o seu repertório de construção de sentido na esfera da discursividade.

Sendo assim, o inconsciente coletivo é herdado socialmente, difundido pelo discurso, e atravessa os desdobramentos enunciativos do sujeito. Por exemplo, quando um sujeito enuncia “a maioria dos políticos no Brasil é corrupta”, pode-se depreender que a constituição deste dizer se dá devido ao modo como a sociedade percebe a existência da corrupção na classe política brasileira, cuja materialização significativa permeia o inconsciente coletivo, uma vez que se concebeu esse dito socialmente.

O que é ideologia? A ideologia é constitutiva do discurso; trata-se de um conjunto de ideias que molda o pensamento e tem sua aparição no dizer, que cria e constitui o sujeito enquanto ser de conjuntura histórica, de significação e de produção de sentidos. Por analogia, a ideologia é o coração do discurso, ou seja, não há discurso sem ideologia, não há dizer sem uma constituição de base ideológica. É pela ideologia que se consegue construir efeitos de sentido, pois é devido a ela que se levantam hipóteses de que um sujeito fala desse ou daquele lugar social, como traz Althusser (1992, p. 8) em “trata-se de estudar as ideologias como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção. O

mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição”.

O fato é que a ideologia constrói o sentido do discurso, dá vazão à significação e interpela o sujeito que, para a AD, se refere às interferências ideológicas que o sujeito está à mercê em relação às CPs discursivas e às questões históricas sociais que o cercam. Deste modo o sujeito passa a ser assujeitado, o que significa dizer que o sujeito vive dentro de uma dada ideologia, de um dado conjunto de ideias e modos de significar a vida, e, uma vez atravessado pela ideologia, o sujeito a materializa no discurso.

Sendo assim, a ideologia está na linha tênue entre o sujeito e linguagem, transposta em materialidade discursiva, colada no sujeito enquanto ser que significa e presente na língua enquanto viés de projeção no dito. Logo, a ideologia é percebida na materialidade discursiva que, por sua vez, é o discurso constitutivo do sujeito. A ideologia é a noção ou as ideias que formam e identificam o sujeito; ela é o lugar que constitui o ser da pessoa no âmbito histórico-social, em que ela significa e é significada.

Como a ideologia se manifesta na linguagem? O discurso é o veículo da ideologia; é no ato discursivo - no ato da fala, do dito - que a ideologia desponta. A materialidade discursiva, que são os enunciados de um sujeito, desempenha o papel de externar a ideologia. É devido ao discurso enquanto linguagem manifesta que se pode depreender a ideologia, pois é na língua que ela se mostra, é a partir da língua que os sentidos são produzidos e que o sujeito surge em seu fundante assujeitamento.

O que é assujeitamento? É a interpelação do indivíduo em sujeito, o que acontece através e no discurso por meio dos atravessamentos ideológicos. O assujeitamento é a ideologia colada à existência de significação da pessoa numa sociedade de história e de linguagem. Sendo a ideologia a fonte do dizer que evidencia a posição social do sujeito, ao passo que o coloca na condição de interpelado, isto é, acometido pelo discurso, ela - a ideologia - o faz pertencer a uma determinada posição social e o submete a dadas CPs do discurso. Em síntese, o assujeitamento é a decorrência da ideologia na constituição do sujeito, é o sentido que o sujeito adquire na e com a ideologia, que o torna pertencente a uma história, a uma sociedade e a uma língua que o significa.

O que é formação ideológica? É o lugar, enquanto situação, circunstância, posição ou condição, em que a ideologia é constituída e instituída para interpelar o sujeito. A FI é o que distingue um dizer de outro; para isso, tem definido em seu interior as ideias, discursos e atitudes que a representam. Deste modo, o sujeito fala a partir de uma FI, alocada de acordo com a posição social que ocupa e que acaba por delimitar o que pode ou não enunciar, já que

pertence a uma dada formação social, que o subjuga à luta de classes⁷ determinantes das CPs que estão diretamente atreladas ao funcionamento da ideologia na língua e na história.

O que significa formação discursiva? A formação discursiva (doravante, FD) é a materialização da ideologia no discurso, pois formação se refere àquilo que constitui e molda o dizer do sujeito e permite que ele diga o que diz, isto é, o que pode ou não dizer. Sendo assim, é na FD que o discurso se forma e é transposto para a enunciação do sujeito que, na língua, deixa evidente a FI pela qual é atravessado. Em resumo, o sujeito fala a partir de uma FD que é constitutivamente ideológica e se manifesta na língua como materialidade discursiva.

O que é a formação imaginária? A formação imaginária (doravante, FIm) é resultado dos processos discursivos reguladores de imagens anteriores ao discurso. A manifestação da FIm está no próprio discurso que estabelece relações de força e de sentido por antecipação. Isso significa que a posição e o lugar de onde fala o emissor do discurso determinam a relação de força pela própria discursividade e pelos pressupostos que determinada FIm evoca, já que permite ao destinatário depreender certos efeitos de sentido e não outros. Por exemplo: o discurso de um chefe em relação ao subordinado incita uma FIm do que foi concebido numa dada conjuntura e que é anterior aos sujeitos e remonta à imagem pré-concebida no âmbito social.

O que é memória discursiva para a AD? A memória discursiva (doravante, MD) é o deslocamento de significações pelo viés da discursividade, de sentidos decorrentes da história e das FDs que perpassam pela materialidade significante. Sendo assim, a MD significa a partir do dito e do avivamento do sentido no ato discursivo. A MD é o sentido evocado na historicidade manifestada na materialidade discursiva com a qual o sujeito significa no interior do interdiscurso.

O que é interdiscurso? O interdiscurso é o já-dito retomado e ressignificado de acordo com a conjuntura de outra enunciação discursiva. O interdiscurso irrompe devido ao(s) dizer(es) anterior(es) e o imbricamento das MD presentes nas FDs as quais o sujeito que enuncia se inscreve, pois são elas que determinam o deslocamento de sentido do interdiscurso, uma vez que têm sua aparição na materialidade discursiva através do movimento histórico de significação.

É em virtude do surgimento do interdiscurso que se pode atribuir um outro significado ao já-dito, que passa a valer a partir de outra FD. Esta dissimula e carrega em si um outro sentido histórico ideológico, que assume uma versão diversa no processo de significação da

⁷ A questão da luta de classes é abordada por Karl Marx na abordagem do materialismo histórico.

materialidade discursiva. Esse processo ocorre para atender aos deslocamentos de sentido do dizer. Sob a perspectiva de uma fusão entre a FD e o já-dito, enquanto discurso independente e anterior ao ato enunciativo do sujeito, Pêcheux (1997, p. 162) pondera:

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.

A objetividade material contraditória do interdiscurso se refere ao fato de a língua carregar o sentido histórico do discurso que, ao ser evocado, molda o sentido de acordo com outras CPs. Portanto, o interdiscurso é a possibilidade do deslocamento do discurso, sendo a medida de maleabilidade discursiva que cria efeitos de sentidos outros, suscitados pelo sujeito em decorrência de outras formações discursivas. Por analogia, o interdiscurso é a plasticidade da língua no processo histórico de possibilidades e variáveis de ressignificação do(s) discurso(s). O conceito de interdiscurso será abordado com maior amplitude no final deste capítulo por ser considerado crucial nas mobilizações para a análise do recorte do corpus desta dissertação.

O que são as condições de produção? São as esferas de constituição do discurso, que envolvem o sujeito e que implicam nos efeitos de sentido do discurso produzido. As CPs são as imposições exteriores ao discurso que estabelecem a relação de força que determina o interior do discurso e como ele vai ser significado. Por exemplo: um discurso que é enunciado em uma condição de produção vexatória, em que o sujeito do dizer é acometido por uma situação vergonhosa, vai incitar certos efeitos de sentidos e não outros. Caso a condição de produção do discurso fosse outra, como a de situação honrosa, em que esse sujeito ocupasse um lugar social de prestígio, o efeito de sentido do enunciado seria o oposto do primeiro, em decorrência das CPs. Para a TD, as condições de produção são as exterioridades que envolvem o discurso, isto é, as FDs em que o sujeito é inscrito, com os devidos atravessamentos ideológicos, o lugar social ocupado pelo sujeito, a quem se destina o discurso e o momento histórico da enunciação.

Quais são os dois tipos de esquecimentos para AD? Ao dizer, o sujeito é acometido por dois esquecimentos, que são constitutivos da linguagem. O primeiro é o esquecimento ideológico, o segundo é da ordem da enunciação. Cabe dizer previamente que o esquecimento é estruturante do que concerne ao sujeito, já que ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos existentes (ORLANDI, 2015, p. 34).

No primeiro esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do discurso, quando o que ele faz é retomar os sentidos preexistentes, que são sociais, pois são concebidos e partilhados na sociedade. O que se pode inferir é que o discurso é sempre anterior ao sujeito e o que ele faz é reorganizar os discursos que já existem, que retomam as noções de interdiscurso e memória já abordadas anteriormente. Contudo, o sujeito enuncia como se o discurso fosse de posse, fazendo-o de forma inconsciente, sem se dar conta. Relativamente a isso, Orlandi (2015, p.33) traz a seguinte consideração:

O esquecimento número um, também é chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

O primeiro esquecimento diz respeito ao fato de que, ao falar, o sujeito se esquece daquela voz que falava antes dele, que precedia o discurso. Trata-se do já-dito que incorreu em outra conjuntura histórica social e que é anterior, mas que está presente no discurso do sujeito e ele não se dá conta disso. Em síntese, o sujeito se utiliza do valor linguístico-histórico-social do discurso preexistente para construir o dizer e ele o faz a partir da sua inscrição na língua que passa a constituir-lo, num processo inconsciente do atravessamento pela ideologia.

O segundo esquecimento está relacionado ao aspecto polissêmico da linguagem. Tem a ver com as possibilidades do dizer, isto é, com a polissemia, a qual se refere ao grande número de significados que uma palavra pode ter, a depender das condições produção em que ela é empregada, pois há várias formas de enunciar, visto que uma palavra pode dizer muitas coisas, e que uma coisa pode ser dita de várias formas. Quando o sujeito lança mão de determinadas palavras, ele esquece que existe um considerável repertório linguístico que está à sua disposição para materializar o enunciado. Assim, o sujeito, ao eleger certas palavras e não outras, acaba por significar a si mesmo, porque as palavras são carregadas de sentidos que se constituem por uma dada FI. Portanto, a “escolha” das palavras que um sujeito faz para enunciar diz muito sobre ele. Acerca desse segundo esquecimento, Orlandi (2015, p. 33) afirma:

O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos

‘sem medo’, por exemplo, podíamos dizer ‘com coragem’, ou ‘livremente’, etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim.

No que diz respeito ao aspecto parafrástico da linguagem, entende-se que é possível enunciar discursos por meio de paráfrase, o que significa dizer a mesma coisa em termos de construção de sentido, mas usando palavras diferentes que, para a AD, compreendem as várias possibilidades de materialização discursiva. Portanto, o segundo esquecimento é que o sujeito não se dá conta de que ele articula o dizer de um jeito e não de outro e, ao fazê-lo, ignora as demais possibilidades que a língua dispõe para construir sentidos. Ao escolher uma forma de dizer, o sujeito deixa de lado muitas outras e, embora ocorra paráfrase, que são os outros modos do dizer, as CPs são únicas e os sentidos depreendidos também, pois o fator determinante será sempre a ideologia que as palavras adotadas carregam em si, simbolizando, assim, o sujeito do discurso.

Materialidade imagética é discurso? A materialidade imagética não é discurso, mas incita efeitos de sentido, portanto é considerada uma materialidade significante. A partir da perspectiva de que discurso é aquilo que produz sentido, todavia, sob a forma de língua, pode-se depreender que a materialidade imagética é, de certa forma, porta-voz de um discurso, pois ela produz sentidos, isto é, significa. Uma vez que é preciso se valer da língua para pensar sobre a imagem e interpretá-la, assim como se lança um olhar analítico sobre o discurso, a materialidade imagética deve ser analisada como aquela que suscita discurso(s). Portanto, os mesmos conceitos de análise que são mobilizados para construir sentidos em um discurso, na sua materialidade discursiva, também o são para a leitura de imagens.

Visto que o corpus desta pesquisa se constitui de um conjunto de charges de Millôr Fernandes que se utilizam tanto de materialidade discursiva quanto imagética, o olhar analítico, ao longo deste trabalho, observará os aspectos do sentido tanto das palavras quanto das imagens com igual relevância. Ambas, palavras e imagens, produzem efeitos de sentidos e significam o sujeito, no dizer atrelado à conjuntura histórica, às CPs e aos atos de enunciação. Portanto, a imagem é uma forma de enunciar, de evocar sentido, de significar e evidenciar os atravessamentos ideológicos do sujeito que a produz.

Algumas perguntas-chave são trazidas à tona sempre que se lança mão dos conceitos teóricos mobilizados para analisar um discurso. Elas são: Quem diz? O que diz? Onde diz? Como diz? Para quem diz? As respostas a essas perguntas guiam o analista e permitem que

sejam ampliadas as hipóteses de leitura de um enunciado. Para compreender a que cada pergunta corresponde na relação com os conceitos mobilizados neste estudo, a seguir, será feita a correlação do questionamento e da referência teórica que a resposta suscita.

A pergunta “Quem diz?” se refere ao sujeito que enuncia. Com ela, são levados em conta os aspectos da subjetividade, do lugar social e que FD molda o dizer, culminando nos atravessamentos ideológicos. A pergunta “O que diz?” se refere ao próprio discurso. Este é o momento de levantar efeito de sentido que o dizer produz e como vai significar mediante a conjuntura da enunciação. A pergunta “Onde diz?” leva a investigar as CPs do discurso, a situação específica em que ele é produzido e o exterior que influi dizer. A pergunta “Como diz?” se refere aos esquecimentos e à escolha de uma materialidade discursiva em detrimento de outra e o que esta seleção significa e manifesta acerca do sujeito. Em suma, esse movimento leva a olhar para o discurso não de qualquer jeito, mas enquanto um enunciado que carece de uma análise pontual como pondera Foucault (1995, p. 31):

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

É sobre o discurso que a AD empreende o seu trabalho e produz um quadro teórico para dar conta de perceber o discurso, perceber no sentido amplo da palavra, que significa alcançar desde o que há de mais minucioso para significar até o que há de mais abrangente nas possibilidades do dizer. Em outras palavras, a Análise Discurso quer distinguir as minúcias discursivas e quer entender como o discurso funciona no seu interior e como o seu surgimento manifesta o próprio sujeito que é portador do dizer.

Para exemplificar como serão mobilizados os mecanismos de análise a partir das materialidades discursivas presentes no corpus desta dissertação, apresenta-se a seguir a capa do livro intitulado “Diário da Nova República Vol. 2”, de Millôr Fernandes, de onde foram retiradas as charges que serão analisadas aqui sob a luz da teoria da Teoria/Análise do Discurso de linha francesa:



Os elementos constituintes da capa do livro são de ordem imagética e discursiva. Esta materialidade de significação permite depreender efeitos de sentido, a começar pela imagem do, então, presidente José Sarney, que governou o Brasil durante o período pós-ditadura, conhecido como Nova República. A representação de Sarney com uma venda nos olhos tateando no escuro, isto é, num espaço vazio, significa sua incapacidade de governar. A imagem cria um cenário de incompetência para a gestão pública por parte de Sarney e que o presidente não teria a mínima ideia do que fazer no que tangia a governabilidade do Brasil. Todavia, a imagem não diz apenas sobre Sarney, também sobre Millôr e sobre os atravessamentos ideológicos de que é suporte, pois, ao eleger esta materialidade discursiva, Millôr, por meio do seu dizer marca sua posição social e a FD na qual está inscrito, o que sugere ser do lugar daquele que desacredita no governo, especificamente sobre a competência de Sarney, ao significá-lo como incapaz de enxergar a realidade do país que governa.

Para analisar a produção de Millôr, é preciso olhar para ele próprio, como sujeito que enuncia: para o lugar de onde ele fala. Millôr ocupava a posição discursiva de um humorista que se dispunha a produzir discursos que suscitavam reflexões sobre o governo e sobre a política de seu tempo. O atravessamento ideológico que constitui o discurso de Millôr é daquele que representa, mediante a luta de classes e a relação de forças, os sujeitos que ocupam a base subjugada pelo poder político, sujeita a sofrer os resultados das ações do

governo. Ainda que Millôr, enquanto sujeito do enunciado, fale de um dado lugar e de uma dada posição social, ele não percebe que o lugar de onde fala regula a sua enunciação, pois o processo de atravessamento ideológico não é percebido conscientemente pelo sujeito do discurso. Pêcheux (1975 apud ORLANDI, 2005, p. 49) trata disso da seguinte forma:

O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia.

Ao enunciar, Millôr, assim como o sujeito, não percebe o teor constitutivo da FI que sua posição impõe sobre o discurso. Embora lance mão do interdiscurso para criar humor, Millôr não se dá conta de que a significação é determinada pelas CPs. O que ele fez foi dizer e, ao fazê-lo, não o fez como fonte única do discurso, mas como quem representa uma FD na materialidade que enuncia, deixando perceber a sua posição de sujeito, no que concerne à produção de efeitos de sentido do discurso. Com isso, quando Pêcheux afirma que não é acessível ao sujeito a consciência de que é a ideologia que fala por meio dele, percebe-se que o discurso acontece no atravessamento ideológico do sujeito e na ilusão de que ele seja a origem do que diz.

No canto inferior esquerdo da capa do livro, tem-se:



O efeito de sentido presente na materialidade discursiva “Pô, e ainda dizem que Deus é brasileiro!”, por meio da junção com a imagem que se supõe ser do próprio Millôr, faz com o sujeito, via interdiscurso, suscite um aforismo⁸ popular brasileiro de que Deus, supostamente, é brasileiro. Junto à interdiscursividade, o movimento que Millôr produz evoca uma MD de que Deus abençoa o povo brasileiro. Contudo, há um deslocamento do discurso, quando ele usa, com humor e ironia, a interjeição “Pô” denunciando uma realidade diferente daquela do imaginário coletivo: de que Deus seria brasileiro e, portanto, protegeria os seus. Mas, na charge, não é isso que ocorre, já que Sarney é representado como um cego incapaz de guiar o Brasil. Há, nesse movimento discursivo, uma relação com o que é pré-construído. Para Pêcheux (1990, p. 314):

Uma Formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’). É essa ‘invasão’ de outros discursos - pré-construídos e transversos - que leva ao interdiscurso, à memória do dizer, tão importante para a interpretação da memória política.

O discurso de Millôr é atravessado por controvérsias. A imagem do presidente vendado evoca um efeito de sentido de quem age às cegas, o que remete à construção de significa relativo a uma má administração pública, que seria histórica no Brasil. Porém, Millôr chegou a esse discurso, porque a sua posição e o seu lugar social permitiram dizer o que disse. Os reguladores do discurso de Millôr são anteriores e exteriores a ele e, por meio da materialidade significativa (palavra e imagem), permitiram dar vazão ao que fundamenta a FD relativa ao lugar social que ocupa.

Discursos permeiam a sociedade e antecedem o sujeito. A AD permite depreender leituras a partir de discursos que se consolidam na sociedade e que, ao partir da sociedade, denunciam os sujeitos a partir de sua inscrição discursiva, que opera nas CPs. O discurso constituinte do humor não é diferente, pois ele surge na sociedade interpelando e assujeitando pessoas que pertencem aos mais distintos lugares sociais.

O humor se organiza e se utiliza, também, de uma abordagem interdiscursiva para significar e provocar sentidos, os quais têm o poder de desestabilizar discursivamente, o que produz deslocamentos do discurso, levando até mesmo a influir socialmente em sucessivos dizeres que são ressignificados de acordo com as CPs. Fundamentada na Teoria/Análise do Discurso, com o olhar voltado para o humor político e a relação interdiscursiva presente no

⁸ Aforismo pode ser entendido como uma máxima que explica uma regra ou um princípio moral. É sinônimo de ditado.

recorte das produções de Millôr, esta dissertação se ocupará em analisar os efeitos de sentidos gerados a partir do dito, quando dito, para quem foi dito e por quem foi dito.

A Teoria/Análise do Discurso considera os aspectos históricos sociais e as interpelações do sujeito, bem como o atravessando ideológico que constitui o discurso, seja no gênero cômico ou em outra enunciação, que produza efeitos de sentido em decorrência das CPs, isto é, no cerne constitutivo do discurso e na posição do sujeito que enuncia. Pêcheux (2011, p.156) elucida o assujeitamento sob o que determina um jogo de interdependência de sentidos, configurando-se:

Isto supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência mestre do sentido e seja reconhecido como assujeitado ao discurso: da noção da subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de assujeitamento. O efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo.

O sujeito é interpelado na incidência do discurso e passa a ser porta voz de uma dada FD que o cerceia e o significa no universo físico-humano, a partir de uma dada FI. No tocante à relação da prática discursiva com o real, com a materialidade do discurso na língua que, na sua opacidade e não transparência, intercorre na elaboração dos efeitos de sentido que significam a partir do que se concebe por ocasião de sua produção discursiva com o real. Quanto a isso, Pêcheux (2008, p. 29) aborda:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), 'há real', isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser "assim". (O real é o impossível... que seja de outro modo).

Os pontos de impossível mostram a impossibilidade de transpor o real na língua, uma vez que o que leva à solidez da significação do discurso é o que acontece no ato enunciativo do sujeito, que se dá por meio do vínculo com a realidade e sua relação factual, ou seja, a possibilidade das coisas, seres, pessoas, processos e acontecimentos serem como são, e não serem de outro modo. A independência fica a cargo do real existencial, que implica reconhecer que o sujeito é construído pelo discurso, como ser que simboliza e é simbolizado. Ainda que os discursos transitem do interior da prática social, os sujeitos estão para os efeitos de sentido, estão para o que parece imutável na perspectiva de uma medida de constância significativa dos objetos de significação.

O dito de Millôr, como não poderia deixar de ser, possui atravessamentos ideológicos - seu discurso de humor, em diálogo com a sua produção discursiva, desenha seus determinados ideais - que acabam por significar o “possível” citado por Pêcheux. Trata-se do real da política, que é alcançado pelo viés da discursividade, sendo transposto pela fusão com o hilário e com o risível que não pode ser negado. Essa condição enunciativa deriva da posição social do sujeito que, da FD que o determina, produz discursos definidos pelo momento histórico. Embora o processo de autoria seja condicionado pela FD, Millôr elabora a partir da materialidade do interdiscurso, submetido às manifestações ideológicas que significam a partir de circunstâncias sociais e desencadeiam reflexões engajadas.

As produções humorísticas de Millôr, objeto de análise deste trabalho, reverberam os valores sociais advindos de uma FI, que determina a enunciação na esfera do cômico, e elas estão para além do consciente sendo capazes de tornar visível uma ideologia, o seu inconsciente coletivo e o seu modo de simbolizar e conceber o mundo. Isto remete às práticas sociais do “real” as quais se referem as controvérsias do quadro político brasileiro que, ao serem trazidas para o discurso como chiste e como humor, implicam efeitos de sentidos e assujeitam sob a interferência no interior do discurso. Dito de outra forma, o discurso, devido à ideologia que o atravessa, interpela as práticas sociais, ao passo que é constituído a partir do social. Resumidamente, o discurso humorístico surge na sociedade e infere sobre ela.

Nas produções de Millôr, em decorrência da prática política, acontece no centro das relações sociais e das relações de produção, sob a influência de um pensar e repensar as situações de produção do discurso e do fazer político. O discurso de Millôr estimula a compreensão da relação de interdependência e fruição entre as formações discursivas e ideológicas, que determinam a produção dos efeitos de sentido dos discursos produzidos. Também em Millôr, o efeito de sentido acontece pela fusão da construção de avaliação por parte do sujeito que fala, assujeitado pelo lugar social que ocupa, pela historicidade e pelas constituições discursivas que o antecedem. Conforme as palavras de Orlandi (1996, p. 121):

Os efeitos de sentido são produzidos por mecanismos tais como o dos registros, o dos tipos de discurso sem esquecer o fato de que o lugar dos interlocutores significa. Essa é uma especificidade: nas marcas de interlocução - em que os sujeitos falam de seus lugares - há vestígios da relação entre a formação discursiva e a formação ideológica.

O que se busca analisar neste estudo são os efeitos de sentido que o corpus produz, considerando a materialidade discursiva, como o terreno do analista do discurso, no que diz respeito aos atravessamentos ideológicos do dizer de um sujeito, especificamente no cenário

político brasileiro da época da chamada Nova República. Pretende-se, ainda, observar as recorrências da interdiscursividade, com seu teor polissêmico e parafrástico, atrelada aos esquecimentos discursivos.

Objetiva-se levar em conta a materialidade discursiva e os deslocamentos que dão suporte à significação num dado tempo e espaço histórico-social, além de efetuar a análise, à luz da TD, correlacionando o dito e o não-dito na atividade de produção discursiva. A análise levará em conta quem diz ou produz o humor político do corpus - o sujeito Millôr, para quem este sujeito diz - o seu público leitor e as outras variáveis que envolvem o ato enunciativo, atentando para os efeitos de sentido atrelados às CPs da época.

O humor está presente nas civilizações desde tempos remotos, sendo histórico na manifestação humana. Uma vez que o humor denuncia realidades utilizando-se de uma linguagem cômica, torna-se relevante no que diz respeito aos efeitos de sentidos que ele produz na sociedade. O discurso carregado de humor manifesta a subjetividade constitutiva do sujeito em relação aos atravessamentos ideológicos de seu mundo circundante e no que tange o lugar social que ocupa e a sua posição-sujeito que o condiciona a dizer o que diz. Sabe-se que o humor é eficaz para não dizer deliberadamente o que se reprime, teme-se ou é passível de ressalvas. O discurso de humor vem sendo reproduzido e ressignificado de geração a geração como forma de externar tabus ou tratar de temas polêmicos, como a política tratada por Millôr, o qual, ao lançar mão do humor, gera efeitos de sentido de desconforto e crítica social, por meio de discursos que sobrepuseram ao inconsciente coletivo.

Com humor, Millôr materializa discursos e interpelações ideológicas que são convites à reflexão devido aos efeitos de sentido que produz. Estes efeitos serão analisados a partir da compreensão de discurso enquanto objeto regido por relações de força que se inscrevem no Aparelho Ideológico de Estado à política. No caso desta pesquisa, faz-se a hipótese de que as construções de significação se movimentam sobre a corrupção. Esta assertiva ocorre pelo fato de Millôr, ainda que de modo inconsciente, utiliza-se do humor como forma de produzir efeitos de sentidos, pelo viés da interdiscursividade, relativos à denúncia da corrupção e incapacidade.

Analisar o discurso de Millôr significa estabelecer a relação entre o sujeito e o objeto de significação, além de considerar o lugar onde acontece a interdiscursividade, que reitera valores no âmbito ideológico. Visto que o discurso produz efeitos de sentido, vai-se estabelecer a relação entre a imagem e a palavra para chegar à apreciação do dizer na interdependência com as CPs, ou seja, da materialidade discursiva com os espaços político

sócio-históricos para produzir sentidos, o que vem ao encontro da assertiva de Possenti (1993, p. 114):

Enquanto objeto de interesse da linguística, considero o discurso uma máquina de produzir sentidos, e é enquanto produtor de sentido (de maneira mais geral possível) que ele deve interessar ao linguista. [...] o que interessa é explicar por que um discurso produz certos efeitos.

Muitas são as vozes presentes nos discursos e muitos são os ecos de efeitos de sentido, que vão dos mais sutis aos mais evidentes. O humor é um gênero de discurso que produz efeitos de sentido pelo viés do assujeitamento ideológico, já que é atravessado por concepções ideológicas que o antecedem. Este entrelaçamento ocorre por meio de uma dinâmica em que o dito interpela e significa, fazendo com que o discurso tramite socialmente, manifestando um lugar social e uma avaliação do momento histórico. Produzir discurso é ser afetado e afetar, é participar da história e produzi-la, é ter marcas e marcar outros sujeitos, como o faz Millôr com as produções de humor político que irrompem na e com a sociedade dentro de um tempo e uma materialidade da história, gerando efeitos de sentido.

Além da teoria pecheutiana, fundamento geral desta pesquisa, serão utilizados autores que possam contribuir com as análises que cercam o corpus da dissertação. Ao longo dos dispostos analíticos, teóricos como Dominique Mangueneau, Oswald Ducrot e Ruth Amossy, dentre outros, serão visitados para dar conta das possibilidades interdiscursivas reclamadas pelo viés analítico do trabalho. O intento é ampliar as hipóteses de leituras e dar conta de investigar o discurso que se apresenta e que evoca outros discursos, de modo que sejam minimizadas as lacunas analíticas e alargadas as percepções acerca do dito. Este arranjo oferece um campo considerável de possibilidades reflexivas.

O *interdiscurso* é o conceito da TD preponderante para a análise do corpus desta pesquisa, pois, apoiando-se nele, serão estabelecidas as análises para alcançar o intento deste estudo, que é o de depreender efeitos de sentido sobre a Nova República a partir das charges de Millôr. Neste caso, será aberto um espaço especial para tratar das questões que compreendem a interdiscursividade. A TD concebe o *interdiscurso* como o princípio de funcionamento de um dizer que ressurgem em um discurso outro, sob a concepção de que se trata do reaparecimento de um discurso em uma conjuntura diferente da(s) anterior(es) e que, embora seja a retomada de um discurso outro, ocorre como novo acontecimento discursivo no momento da ocorrência, já que passa a significar nas condições específicas de sua produção.

É na ordem da enunciação que o *interdiscurso* ocorre; deste modo, o enunciado é produzido pelo sujeito na posição de assujeitamento, sob a inscrição de uma formação

discursivo-ideológica que recupera uma MD e retoma um dizer anterior, reorganizando-o de acordo com as CPs. Por meio da retomada e da reconstrução dos sentidos, estabelece uma relação com a MD⁹, retomando certos sentidos sócio-históricos, advindos das FDs nas quais os sujeitos são inscritos e que viabilizam o processo de significação no ato da enunciação, a depender dos sujeitos e da conjuntura histórica, podendo ou não alterar os efeitos de sentido do dizer. Para Pêcheux (2007, p. 52),

Temos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A MD é constitutiva ao discurso, já que ele a evoca, dado que ela é constituída pela FD da qual o sujeito é porta-voz, visto que, ao enunciar, ele a resgata de um discurso que o constitui pelo viés da ideologia. Para compreender os processos analíticos que chegam aos possíveis efeitos de sentido de um discurso, faz-se necessário atentar para o que manifesta a MD que, a saber, é regida pelo lugar social que o sujeito ocupa, lugar este que comporta os atravessamentos ideológicos e, por consequência, as FDs são seladas pela MD que lhe é própria e que vai constituir o sujeito em sujeito do discurso, determinando o que pode ou não ser dito a partir da posição-sujeito¹⁰ e dos resgastes da MD pelas vias das FDs pertinentes a esse lugar ocupado.

O *interdiscurso* é um discurso que revisita outro discurso, por meio de outro sujeito, em outras CPs. Todavia, o interdiscurso é ressignificado na fusão das MDs recuperadas no ato enunciativo do sujeito. Tais MDs são relativas às FDs que são o canal dos atravessamentos ideológicos, os quais são regidos pelo lugar social ocupado pelo sujeito, como também estão atrelados às demandas das CPs. Ou seja, o processo de construção dos efeitos de sentido em relação a um discurso depende de uma análise da relação interdiscursiva, que implica olhar para o interdiscurso, ou seja, “ao que foi dito antes, em outro lugar e independente” (PÊCHEUX, 1995), e atentar para a recuperação das MDs evocadas no discurso do sujeito, as quais são relativas às FDs que, por sua vez, são determinadas pela posição-sujeito.

⁹ O sentido de memória utilizado por Pêcheux, o qual também é retomado neste trabalho, é o de entrecruzamento da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador (PÊCHEUX, 2007).

¹⁰ Para a TD, posição-sujeito é o lugar social que o sujeito ocupa e a partir do qual ele representa e enuncia com as formações discursivas relativas aos atravessamentos ideológicos respectivos a esse lugar social.

Sendo assim, em se tratando do recorte do corpus deste trabalho: Quem é o sujeito que fala? Millôr Fernandes. Que lugar ele ocupa na sociedade? Ele ocupa a posição social de um jornalista. Quais as FDs que determinam esse lugar de jornalista? As FDs que criticam e expõem as ações incongruentes do governo, mediante a luta de classes. Quais as MDs que ele recupera, pelo viés das FDs, em seu discurso? MDs relativas ao descontrole político, ou seja, MDs do proletariado. Respostas a perguntas como estas irão traçar o caminho do analista do discurso para lavrar a análise a partir do encadeamento desses fatores, os da interdiscursividade, que permitem construir estes ou aqueles efeitos de sentido de um determinado discurso.

Em conformidade com o que se concebe na TD, Cattelan (2017, p. 176), na esteira de Pêcheux, afirma que “o ‘interdiscurso’ se refere ao fato de que ‘algo fala antes, em outro lugar e independentemente’”. Para elucidar os três traços que caracterizam o interdiscurso, ainda que sinteticamente, tem-se: 1) “Algo que fala antes” como aquilo que foi dito antes, isto é, um discurso anterior ao ato de enunciação; 2) “Em outro lugar” se refere a outras CPs, que são deslocadas pelo proferimento de outro(s) sujeito(s); 3) E “Independentemente” porque, embora o discurso outro seja retomado e ocorra deslocamentos de sentido de um dizer por outro dizer, o discurso recuperado não depende do atual para produzir sentido, pois ele já significa independente de sua retomada. São estas as três facetas do interdiscurso e que, de uma forma ou de outra, afetarão a construção dos efeitos de sentido de um acontecimento discursivo na fusão com as CPs produção do ato enunciativo.

Assim, o discurso é submetido ao imbricamento sujeito e história, culminando nos discursos-transversos: discursos que estão entrecruzados na materialidade discursiva e nos deslocamentos de sentido que derivam do interior do discurso em consequência do que lhe é exterior, regulando e determinando o que é implícito e explícito no processo de interdiscursividade. Por isso, ao resgatar um discurso - o interdiscurso, o sujeito desloca os sentidos, porque, mesmo retomando a materialidade discursiva, significa por meio dos deslocamentos suscitados pela MD evocada a partir do lugar social que enuncia. Em outras palavras, o sujeito usa de um dizer já-dito, mas, ao ser retomado, esse discurso toma formas outras, as quais são determinadas pela FD. Em outros termos, o sujeito ocupa um lugar na sociedade e fala de acordo com esse lugar, pois essa posição-sujeito determina o que ele deve ou não dizer (eis a FD que se constitui pelos atravessamentos ideológicos que se manifestam resgatando a MD).

Embora o *interdiscurso* retome um dizer outro, de um lugar outro e independente, ele não impõe um sentido homogêneo ou comprometido com o efeito de sentido do já-dito, já que

o sujeito do discurso mudou, as CPs são outras e o momento da história é outro. O que ocorre são disjunções e deslocamentos de sentidos de um discurso para um novo e outro discurso, de derivação da FD e da sua MD, das quais o sujeito que enuncia é portador. Ainda que o discurso emane de retomadas interdiscursivas, fica a cargo dos conflitos de regularização do acontecimento discursivo e do momento em que o discurso é proferido a produção de sentido(s) e a geração de outros significados.

Ainda sobre o *interdiscurso*, Pêcheux (2015, p. 158) afirma:

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente.

Sobre a “meta-forização” a que Pêcheux remete para tratar do *interdiscurso*, que é determinado pela FD, o autor atenta para a possibilidade de recuperar memórias e de evocar discursos preexistentes, anteriores ao sujeito, que determinam a enunciação, pois são carregados de ideologia e constituem o dizer. Isso se dá num movimento de deslocamento de sentido de uma FD de origem do discurso outro que foi retomado (o interdiscurso) para outra FD, que é aquela na qual o sujeito que enuncia se inscreve. O *interdiscurso* passa por um processo de troca de interpelação ideológica, embora retome a materialidade discursiva ou a imagem como porta-voz de discurso, que são constituídas pela FD que aparece no funcionamento do *interdiscurso* ou do ato da fala. O discurso, do interior discursivo, remete para o exterior, culminando em um acontecimento do discurso.

É a FD que determina o discurso e, como a MD é recuperada por meio da interpelação ideológica do sujeito, ela motiva a “meta-forização”, a partir das CPs, com vistas à construção dos sentidos. O sentido de metáfora não é pensado por Pêcheux como sendo relativo às figuras de linguagem, mas como sentidos construídos na rede do interdiscurso, que reclama o discurso outro e a MD enquanto filiação das FDs produz sentido. Não se trata de algo uníssono na interdiscursividade, mas de entremeios, de paralelos e de exterioridades que constituem o discurso e sua significação.

O *interdiscurso* retoma discursos outros e desloca significados; sua ocorrência se dá tanto para reiterar quanto para ressignificar determinados efeitos de sentido. Ele acontece na conexão do discurso outro e da MD (isto é, do resgate do discurso ideológico determinado pelo lugar social/posição-sujeito) que trará, por força do dizer, a incidência interdiscursiva. Porém, os efeitos de sentido são produzidos no acontecimento discursivo e cabe ao sujeito

construir significado, uma vez que está imbricado no processo de subjetivação e assujeitamento, além de estar atrelado à interdependência discursiva (dos sentidos colados à sua materialidade discursiva) e à determinação histórico-ideológica (a memória de como o discurso significou em determinada conjuntura histórico-social).

Para exemplificar como será mobilizado o conceito de interdiscurso ao longo deste estudo, a imagem presente neste capítulo será analisada mais a fundo a fim de perceber o processo suscitado pela interdiscursividade. É possível estabelecer, pelo menos, quatro relações interdiscursivas nesta primeira aparição da produção de Millôr, as quais seguem explicitadas com as recuperações dos discursos outros e da MD emanada da imagem e da materialidade discursiva que ela é portadora.

Uma das relações interdiscursivas que se pode fazer a partir da imagem do presidente Sarney vendado e tateando o vazio é com a retomada da brincadeira da cabra-cega. Esta brincadeira se apresenta de duas formas: uma, com a pessoa vendada tentando “pegar” outras pessoas e outra, por ficar com os olhos vendados quando tenta golpear um certo objeto. Depreende-se que, por meio da mobilização desta relação interdiscursiva, o presidente Sarney é representado como aquele que está vendado e, em alusão ao que significa a brincadeira da cabra-cega, o presidente é comparado a uma criança que está perdida ao ocupar um cargo que demanda a sobriedade e a lucidez. Sarney aparece como aquele que não percebe as responsabilidades do próprio lugar social que ocupa, bem como não é capaz de ver as questões sérias e de relevância a que é instado pelo seu cargo. Ele seria alguém que não tem noção do que envolve governar um país e do quanto suas ações interferem na vida de uma nação inteira. O presidente é retratado de forma discrepante da que se espera de um dirigente, pois não poderia dirigir um país se está vendado e se nada enxerga. Por meio do interdiscurso com a brincadeira da cabra-cega, são retomadas as vulnerabilidades do universo infantil, neste caso, sendo relativas a quem brinca com o que não poderia brincar: o governo de um país.

Uma segunda relação interdiscursiva em relação à venda nos olhos de Sarney pode também rememorar a venda nos olhos da estátua que representa a justiça, o que deveria pressupor um governo que preza pela equidade, uma vez que a justiça se concebe, ao menos no imaginário, pela imparcialidade e pela lisura de seus atos. No caso da representação de Sarney, comparado com a estátua que simboliza a justiça, há uma ironia já que ele estaria vendado e, por analogia, ocupando a posição-sujeito de quem deveria representar e agir com imparcialidade. No entanto, parece a tatear sem direção, remetendo ao efeito de que não estaria qualificado para agir no governo com a clareza da justiça, tampouco com a integridade

que essa simbologia suscita, pois, na posição em que é ilustrado, suas decisões não teriam fundamento e andariam sem rumo certo.

Uma terceira relação interdiscursiva remete para a roupa que veste a personagem caricata de Sarney; tem-se, então, um traje de gala, que denuncia como sendo da classe dominante o lugar ocupado por Sarney. Associando-o ao anfitrião que deveria estar na condição de servir, de receptionar e viabilizar o bem estar daqueles que recebe; no caso de Sarney, como presidente, quem ele deveria receber e servir é o povo. Por meio da aproximação da condição de anfitrião com o cargo da presidência do Brasil, entende-se que, assim como um anfitrião, Sarney deveria atender às necessidades dos seus “hóspedes” ou estar a serviço do povo. Porém, a charge convoca uma FD adversa, a de que um anfitrião vendado - “cegado” - não pode saber quais são as necessidades de seus hóspedes e compreender do que eles precisam para, então, servi-los. Menos do que outro anfitrião qualquer, Sarney, enquanto presidente, não consegue ver o cenário do país com lucidez e não poderia governar e gerir as necessidades de seu povo.

Uma quarta relação interdiscursiva aparece na materialidade do discurso ao retomar o provérbio popular de que Deus é brasileiro, já que Deus é concebido pelo inconsciente coletivo como aquele que tudo pode e a todos resguarda. Neste sentido, o Brasil estaria protegido e abençoado por Deus, enquanto brasileiro que ama a sua pátria e que defende os seus. Contrariamente à “voz do povo” ou ao imaginário coletivo, há um acento irônico na charge de Millôr, quando ele enuncia “depois dizem que Deus é brasileiro”, o que nega a crença popular, posto que o Brasil encontra-se submetido aos mandos e desmandos de um governante “cego”, construindo o efeito de sentido de que está mais para um abandono por parte de Deus do que para o zelo do criador para com o povo, em face da presidência de Sarney.

Percebe-se que o interdiscurso reclama deslocamentos de sentidos; ainda que a materialidade e o imaginário discursivo sejam retomados, são sempre as CPs de onde o *interdiscurso* surgiu que irão atualizar ou redefinir os efeitos de sentido imbricados pelo *interdiscurso* e pela MD, compreendendo que isso ocorre devido ao processo de assujeitamento do sujeito, visto que ele está inscrito numa FD, o que implica atravessamentos ideológicos. Pode-se afirmar que o sujeito é afetado pelo exterior, isto é, pelas ideologias que o constituem e pela recuperação da MD e do *interdiscurso* no que tange aos discursos outros. Sobre isso, Gregolin (2001, p. 72) assevera:

A ordem do discurso é uma ordem do enunciável. A ela deve o sujeito assujeitar-se para se constituir em sujeito de seu discurso. Por isso, o enunciável é exterior ao

sujeito enunciador e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um interdiscurso, de uma série de formulações que marcam, cada uma, enunciações que se repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transformam.

Um discurso é sempre a retomada de outro(s) discurso(s) existente(s) e anteriores que deslocam sentidos ao evocar a MD para um transcurso de ressignificação e de transformação para a “nova” forma do discurso, no ato enunciativo. Sendo assim, são formulações e deslocamentos de discursos outros, pré-existentes, os quais obedecem à regulamentação de ter sempre pontos históricos e ideológicos referenciais. Ou seja, o discurso está atrelado àquilo que reporta o já-dito, mas que é remodelado em alusão ao dito e à MD evocada pela FD que determina o sujeito, que exigirá a tomada de posição frente ao que é retomado para acionar efeitos de sentido dentro das CPs. Em outros termos, o discurso é recordado, reelaborado e requer uma leitura temporal em consonância com as demandas enunciativas do momento do (re)dizer, o que se pode entender como acontecimento discursivo.

Dada à relevância das questões interdiscursivas, elas serão consideradas nas análises do corpus, devido ao influxo do interdiscurso sobre a MD retomada, o que leva a perceber o deslocamento dos sentidos de discursos que reaparecem em conjunturas outras, comprovando a heterogeneidade de uma materialidade discursiva e de suas possibilidades no que tange ao resgate de um discurso que o sujeito, enquanto porta-voz de uma FD, traz consigo para o lugar do acontecimento discursivo. É na decorrência do ato de falar e de enunciar que se depreendem as idiosincrasias, ou especificidades, responsáveis por gerar e produzir sentido(s) a partir de um discurso, sendo a relação interdiscursiva a causa da complexa rede de construção de significados, os quais estão atrelados às questões históricas e ideológicas concernentes ao dizer, e que fornecerão ao analista do discurso a matéria prima do seu trabalho.

2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO RECORTE DO CORPUS

Este capítulo tem o objetivo de elucidar as CPs referentes ao recorte do corpus da pesquisa, o que implica olhar para o lugar no tempo e na história onde se configura o discurso de Millôr Fernandes presente nas charges do livro “Diário da Nova República - Vol. 2”. Para a TD, as CPs dizem respeito ao sistema de concepção do dizer, sendo que determinam, por ocasião da exterioridade linguística, as circunstâncias sócio-histórico-ideológicas de enunciação em que o sujeito está imerso. Aqui, trata-se da contextualização histórica da época da Ditadura à Nova República, até o ano de 1990.

As informações históricas acerca da Ditadura e da Nova República serão organizadas ao estilo de paráfrase livre, com base em pesquisas e em fundamentos teóricos sobre o assunto, além da menção de excertos de autores que contribuem para a compreensão do que foi o momento histórico e político entre as décadas de 1964 e 1990. O aporte conceitual que deve embasar as noções e informes abordados neste trabalho acerca da história e da política da Ditadura e da Nova República até os anos 1990 se dará a partir de fontes que tratam o tema.

O recorte histórico englobado aqui é o período da Nova República, que se deu logo após a Ditadura Militar. Para tanto, é necessário tratar primeiramente do cenário da Ditadura, para então adentrar no momento histórico da Nova República, que fundamenta historicamente o objeto de discussão deste trabalho no que diz respeito aos atravessamentos histórico-discursivos no discurso de Millôr Fernandes. Esta retomada histórica se faz necessário como base de conhecimento que, somado ao suporte teórico da AD, sustentará a investigação analítica do corpus da pesquisa, o qual aprecia o movimento interdiscursivo presente no discurso de Millôr Fernandes em seu livro intitulado “Diário da Nova República - Volume 2”.

A ditadura militar ou regime militar - que precedeu a Nova República - iniciou em 1964 com a tomada do poder pelos militares, o que se deu devido ao período conturbado em que o Brasil se encontrava sob a presidência de João Goulart (Jango), que tentou implementar medidas para a melhoria da educação e reforma agrária, bem como cogitou dar direito a voto aos analfabetos, dentre outras ações que não eram de interesse da extrema direita. Tais posturas incitaram os militares liberais conservadores a usar de artimanhas para despojar Jango do governo, criando situações falaciosas e mancomunando com a mídia contra o presidente para dar o golpe militar.

Jango causou impacto com o discurso que deu no Comício da Central, em 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro (na praça da República em frente à estação da central do Brasil), onde defendeu as reformas de base que queria fazer. Como teve uma repercussão positiva na sociedade, visto que as reformas beneficiariam a população, não agradou a política de extrema direita nem aos militares que se posicionaram contra o governo de Jango. As propostas de seu governo fizeram tanto a direita quanto os militares acreditarem que Jango era uma possível ameaça comunista e que estava prestes a tornar o Brasil semelhante a Cuba, no que diz respeito aos preceitos de uma sociedade de base socialista.

Em protesto ao então governo e sua considerada “inclinação comunista”, surgiu, em 19 de março de 1964, a chamada Marcha da Família com Deus para a Liberdade que, fomentada pelos ideais conservadores da sociedade e pelos militares, contestava as reformas

de base que Jango se propunha realizar. Esse movimento aconteceu em várias partes espalhadas do país com a intenção de impedir que o Brasil se tornasse uma ditadura socialista. Para tanto, reuniram-se várias esferas sociais como o clero, a classe empresarial e diversos setores políticos que se empenhavam em derrubar João Goulart do poder, como segue o exposto por Aquino (1999, p. 42):

No período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart [...] conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído.

Nessa conjuntura de controvérsias, os marinheiros decidiram protestar por condições melhores de trabalho e apoiaram as ideias de Jango, o que causou maior impasse com os militares que resolveram punir os marinheiros envolvidos. Neste momento, Jango se posicionou para defender os marinheiros e evitar que fossem punidos, já que estavam corroborando os intentos do presidente. Por conseguinte, a “ousadia” de Jango em “intrometer-se” nas decisões do exército provocou ainda mais os militares que, com mais vigor, colocaram-se contra ele a ponto de tramarem a tomada de poder do governo civil, vindo a ser o ápice para a derrubada de Jango.

Com a motivação de se sacrificar pelo país, na crença de que um civil não seria capaz de governar, os militares se levantaram contra o presidente e articularam para tirá-lo do poder, servindo-se da justificativa de restaurar a ordem e o progresso do país e acabar com a corrupção. Os militares tinham o apoio dos Estados Unidos que eram contra o comunismo e, inclusive, chegaram a financiar a ditadura no Brasil. Esse envolvimento americano no golpe militar configurou o interesse dos Estados Unidos para somarem aliados e aumentarem sua força no âmbito das relações internacionais. Acerca disso, Alves (1984, p. 23) traz:

A tomada do poder de Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos EUA e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Documentos recentemente tornados públicos demonstram que o governo norte-americano, através da CIA, agiu em coordenação com civis e oficiais militares-membros das classes clientelísticas – no preparo e realização de planos para desestabilizar o governo Goulart. A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares.

Os militares assumiram o poder com a retórica de que seria algo temporário, mas não foi o que aconteceu e, no íterim do regime militar, usaram de uma linha dura e repressiva para governar. A ditadura foi marcada por barbáries que envolveram torturas tanto físicas

quanto psicológicas, além de censura de certos modos de pensamento e do discurso, seja na esfera artística como em qualquer outra. No contexto da Ditadura Militar, as pessoas perderam a liberdade de expressão e manifestação de suas ideias, pois os seus direitos civis foram violados pelo então estabelecido governo ditador e repressor. Houve um silenciamento histórico-discursivo que lesava a vida e a dignidade humana, tal como consta na citação de Arns (1987, p. 43):

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco.

A ditadura militar, além de ter causado prejuízos irreparáveis à vida de muitas pessoas e seus entes, terminou com uma larga desigualdade social, econômica e de concentração de renda. Foi nesse cenário que Sarney iniciou seu governo, na denominada Nova república - o período pós-ditadura militar que compreende os anos de 1985 até os dias atuais, na considerada democracia. Sarney não foi diretamente eleito como presidente em seu mandato, mas alcançou o cargo devido à morte do então presidente Tancredo Neves, que foi eleito por eleições indiretas, porém, devido à fatalidade em decorrência de uma infecção generalizada, não chegou a assumir a presidência. Sarney, por sua vez, como vice de Tancredo Neves, assumiu ao cargo em face da morte do presidente eleito.

Sarney governou o Brasil de 1985 a 1990. Visto que o país estava saindo de uma ditadura, ele estava incumbido de introduzir a democracia no Brasil, recuperar a economia e combater a hiperinflação, equilibrando a balança financeira do país. Os anos 80 no Brasil foram considerados a chamada “década perdida”, devido à estagnação econômica e social, que culminou na insatisfação da sociedade, refletindo nas artes em geral de onde surgem manifestos artísticos com críticas ao governo.

Nas tentativas de estabilizar o país, Sarney é caracterizado pelos diversos planos econômicos que tenta colocar em prática. Logo que assume o governo, ele implementa o projeto econômico denominado “plano cruzado”, tendo como base a constituição de uma nova moeda no Brasil que vai substituir o cruzeiro, no intuito de estabilizar a economia brasileira por criar uma moeda que objetivava ser mais valorizada, já que o plano cruzeiro padecia com

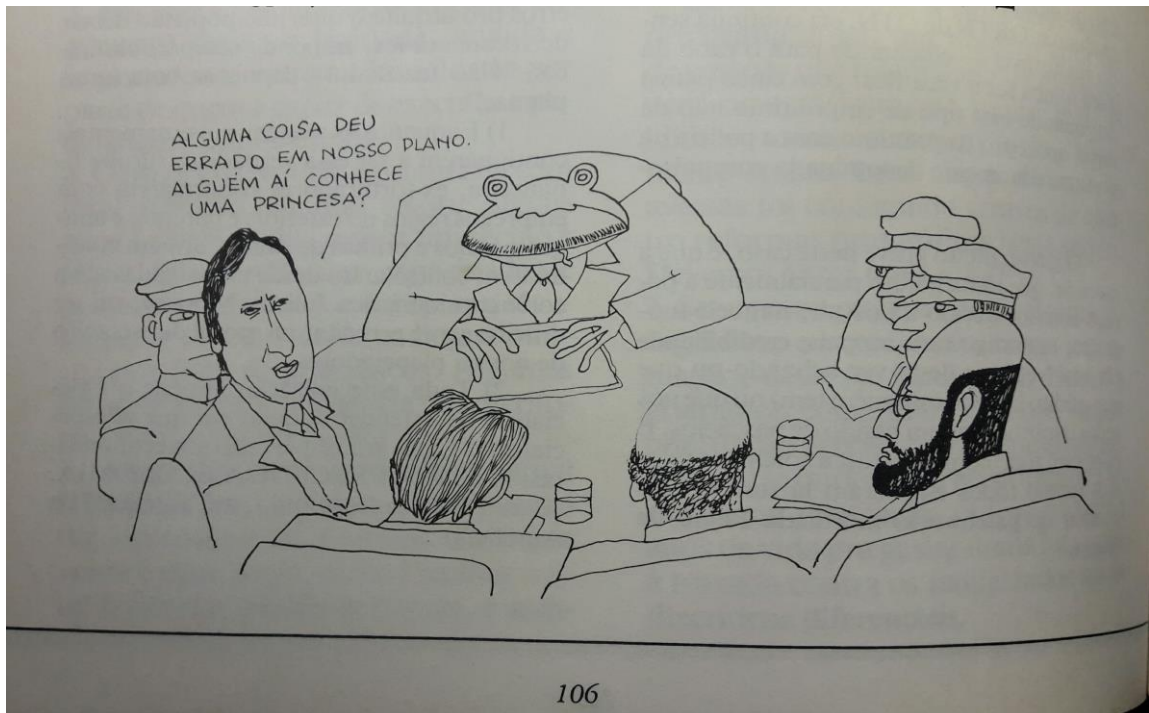
a inflação¹¹ e a crise. Deste modo, Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) seriam equivalentes a Cz\$ 1 (um cruzado) e esta valorização visava a combater a hiperinflação da época - situação em que os produtos poderiam sofrer reajustes de preços no espaço de tempo da retirada da prateleira até a chegada ao caixa, tamanha a instabilidade inflacionária no Brasil.

Contudo, essa medida econômica não deu conta de equilibrar a situação financeira do país, fazendo com que Sarney decidisse pelo congelamento dos preços - o Estado interferia diretamente na economia não permitindo que os preços das mercadorias subam. Para controlar essa ação, o governo angariou os chamados “fiscais do Sarney”, um plano que tratava de incentivar a população para denunciar caso encontrassem preços em alta e o supermercado que aumentasse os preços seria punido por isso. Em consequência, as indústrias que abasteciam o mercado tiveram prejuízos consideráveis e o transtorno acabava por desvalorizar o valor dos produtos, inviabilizando as relações de negócios.

Para remediar a situação, ainda dentro do plano cruzado, Sarney lançou o “gatilho salarial”, que determinava que, toda vez que a inflação chegasse a 20%, o salário mínimo aumentaria 20%. Apesar disso, ainda houve arrocho salarial (quando o salário mínimo não é reajustado acima da inflação), o que significa que houve reajuste com equiparação à inflação, mas não acima dela, o que compreende dizer que o dinheiro falta e a crise se mantém. É também no governo Sarney que se lança o seguro desemprego para garantir condições mínimas ao trabalhador após uma demissão.

Em razão do insucesso para deter a inflação, no ano de 1989, Sarney lançou outro plano econômico: o “plano verão”, que consistiu em mais uma troca de moeda. Desta vez, de cruzado para cruzado novo; então, Cz\$ 1000 (mil cruzados) passariam a valer NCz\$ 1 (um cruzado novo). No entanto, a estratégia não tirou o Brasil da crise econômica e é nesse cenário que Sarney decreta a moratória - a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, o que acarreta em má reputação no campo das relações econômicas internacionais e na gigantesca dívida externa que o Brasil ainda carrega. No que tange aos ineficientes planos econômicos de Sarney, Millôr ironiza a situação de inabilidade no tocante à solução dos problemas econômicos do Brasil:

¹¹ Na questão econômica, a inflação implica na desvalorização do dinheiro, pois consiste no aumento geral, sistemático e contínuo de preços que acarreta na diminuição do poder aquisitivo da população.



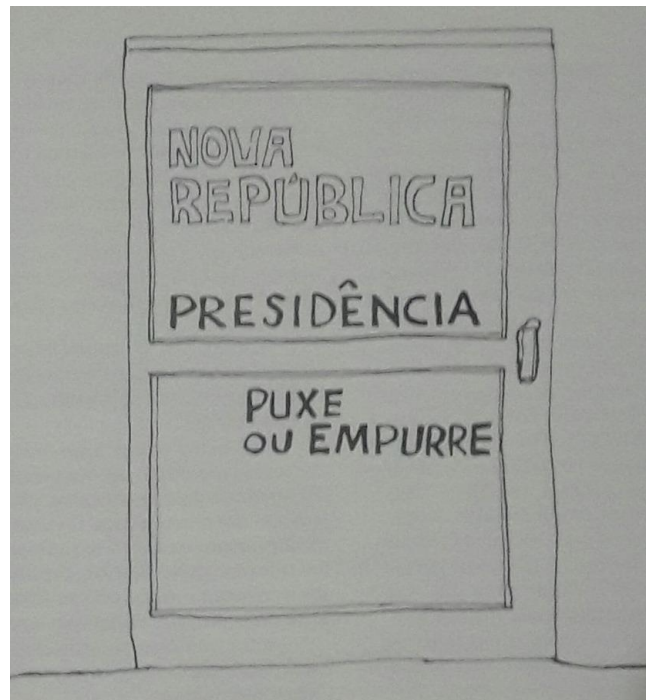
A relação interdiscursiva com o conto de fadas, presente na imagem e no enunciado verbal, em que a princesa deve, com um beijo, transformar o sapo em um príncipe, deste modo, tornando-o belo, colocando-o na condição de alteza e conferindo a ele o status de soberano do principado, remonta ao governo de Sarney, representado pela caricatura de um sapo. Como o “príncipe (des)encantado”, juntamente com seus comparsas mandatários, dá sinais de uma gestão incompetente que precisa ser salva, como se esta salvação só pudesse ocorrer de forma mágica, pois, na prática, não havia perspectiva. Uma vez que a restauração deste mandato não se encontrava entre os que governavam com Sarney, em razão dos planos e metas do grupo de dirigentes não lograrem eficácia, era gerada a falta de credibilidade do governo.

Enquanto na parte econômica o Brasil enfrentava sérios impasses, na parte política caminhava-se em pequenos passos para uma reconstrução democrática. Em 1987, houve a abertura da assembleia nacional constituinte e, em 1988, surge a primeira constituição brasileira após a ditadura militar, batizada como Constituição Cidadã (que é a constituição atual). Trata-se de uma constituição que critica a ditadura militar e democratiza o Brasil por ouvir e garantir o direito dos diversos grupos do país, além de criar a demarcação de terras de comunidades indígenas e quilombolas e tornar o racismo crime inafiançável. É também nesse momento histórico que há o surgimento do voto universal, em que os analfabetos adquirem o direito ao voto, ficando facultativa a presença para votar aos 16 anos e obrigatória a presença

para votar a partir dos 18 anos, a volta da eleição direta para presidente e a liberdade de criação e legalização dos partidos políticos. Contudo, vestígios da governabilidade que antecedeu a Nova República permaneceram no governo de Sarney:

Tornou-se comum dizer que o governo Sarney viveu sob tutela militar. ‘Tutela’ talvez seja uma palavra forte. De qualquer modo, parece claro que, nesse primeiro governo civil pós-regime militar, os militares continuaram numa posição politicamente preeminente. A legitimidade da posse de Sarney havia sido questionada nos primeiros momentos após a doença de Tancredo, e o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, tivera importante atuação na defesa da interpretação de que a Constituição determinava a posse do vice, mesmo antes da posse do presidente eleito. Sarney viveria seu auge de popularidade durante o plano de estabilização econômica conhecido como Plano Cruzado. Após este fracassar, no final de 1986, o presidente passou a buscar cada vez mais sustentação política nas Forças Armadas. O almirante Sabóia, embora rechace a idéia de uma ‘tutela’ militar, concorda que os ministros militares eram ‘fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo’ (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 16-17).

Deste modo, assim como em muitos governos anteriores ao de Sarney, a corrupção também não foi abrandada durante a Nova República e as nuances de uma política consolidada entorno do poderio das elites se manteve com o Governo de Sarney; o que parecia ser uma Nova República trouxe consigo traços de uma velha política. A charge abaixo traz a enunciação satírica de que, apesar da proposta de uma Nova República, a forma de governar de Sarney não promoveu uma transformação efetiva na política do Brasil:



A alusão à porta que representaria a possibilidade de uma passagem de um lugar para outro é contraposta pelo enunciado que desdiz qualquer mudança de cenário que esta porta poderia oferecer. O interdiscurso da porta, enquanto passagem e mudança, representando Sarney no exercício da presidência e da Nova República, na conjunção com a materialidade discursiva do discurso de que puxar ou empurrar resultaria no mesmo, mostra que o leitor se depararia com o mesmo resultado e com a mesma forma de governar que os governos anteriores.

Todavia, embora o período inicial da Nova República (1985-1990) tenha deixado seu legado de redemocratização da política brasileira, a inflação no país chegou a atingir o índice de 933% ao ano (1988) e, no final do mandato de Sarney (entre 1989 e 1990), chegou a um nível inflacionário superior, segundo dados coletados do Atlas Histórico do Brasil¹², o que configura a exorbitância e a gravidade da crise econômica do Brasil. É nesta conjuntura que José Sarney deixa a presidência, em março de 1990, passando o cargo para Fernando Collor de Mello (primeiro presidente eleito com voto direto) que fica com toda a questão deficitária econômica do Brasil para ser gerida mediante um quadro de crise política e financeira que segue com o histórico de enfrentamento para a posteridade.

Enfim, é neste cenário desafiador que o Governo Sarney se encontra, e é a partir dessas condições de produção que o sujeito Millôr empreende suas charges e faz emergir seus discursos acerca da política de Sarney. À vista dessa conjuntura histórica da Nova República, face à gestão política de Sarney, no encadeamento do dizer do humorista na materialidade interdiscursiva é que as análises se deterão para se chegar à construção de sentido dos discursos que despontam das charges que compõem o corpus desta investigação.

¹² Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/governo-jose-sarney-1985-1990/mapas/inflacao-do-governo-sarney-mes-mes>>.

3. O SUJEITO MILLÔR FERNANDES



13

O homem que se dizia prezar mais pela notoriedade que pela popularidade¹⁴: quem foi Millôr Fernandes? Segundo a apresentação feita pelo Instituto Moreira Salles¹⁵, Millôr era “dono de um estilo próprio e de um humor ácido inconfundível”. Ele foi um jornalista, nasceu em 16 de agosto de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, atuou e se desenvolveu em diversas áreas, dentre as quais estavam a imprensa, a literatura, a dramaturgia e as artes plásticas. Consagrou-se como um humorista indignado, por deixar evidente a contraidentificação com o fazer político de sua época, pois fazia provocações discursivas à política centrada em torno de privilégios para os poderosos.

O lugar social ocupado por Millôr, sob a posição-sujeito de um jornalista e humorista, que fica evidenciado em seu discurso, é a de um sujeito que está inscrito em uma FD adversa à FD dos governantes da Nova República, o que justifica as produções humorísticas, por exemplo, os discursos presentes nas charges que são o recorte deste corpus, cujas críticas vêm de

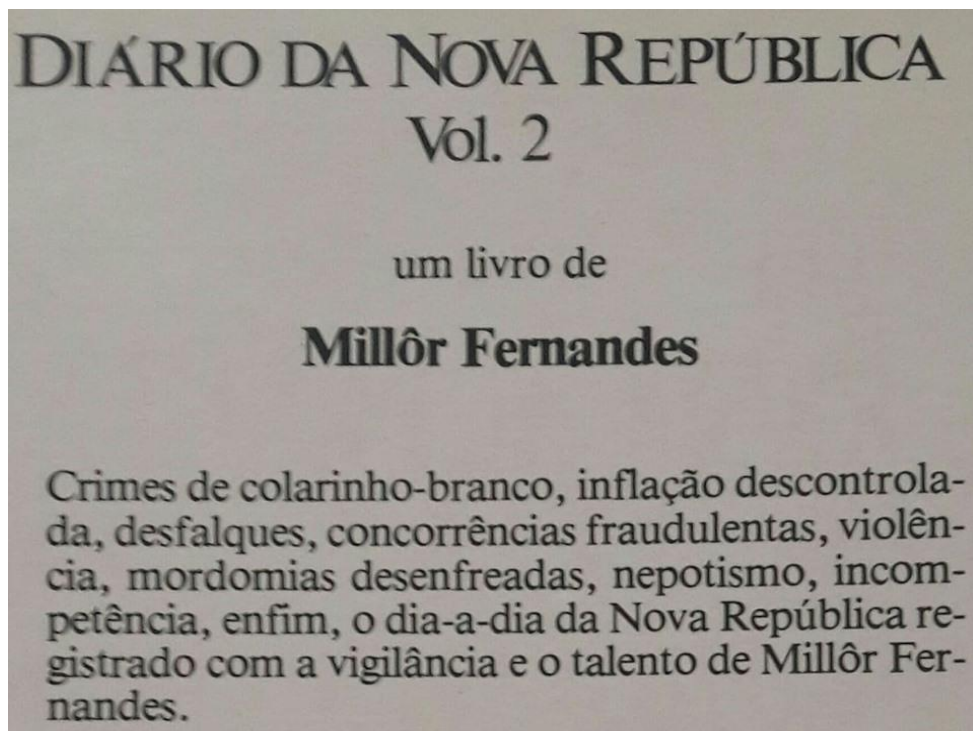
¹³ Imagem retirada do *Blog* do Instituto Moreira Salles, conforme endereço eletrônico que consta nas referências desta pesquisa.

¹⁴ Fala de Millôr em entrevista concedida ao programa “Vitrine” na década de 1990, pela TV Cultura, conforme endereço eletrônico que consta nas referências desta pesquisa.

¹⁵ Informações retiradas do *Blog* do Instituto Moreira Salles, conforme endereço eletrônico que consta nas referências desta pesquisa.

encontro ao modo de governar dos que estavam no poder. O que compreende atentar para o fato de que Millôr, na condição de subjugado na luta de classes, uma vez que está sob o domínio da governança dos representantes políticos de seu país, lançava mão do discurso para tecer críticas à situação política, social e econômica do Brasil, através de um humor ácido que se contrapunha ao modo como os que governavam o país agiam.

A Contracapa do livro “Diário da Nova República - Volume 2”, que traz o recorte do corpus desta pesquisa, apresenta o seguinte enunciado:



Na cadência do dizer de Millôr, que compreende denunciar questões que envolviam a ineficácia do governo da Nova República, ficam evidentes os atravessamentos ideológicos que permeiam o seu discurso e se configuravam na ordem da desaprovação dos atos da governança. Em suas charges, Millôr se dedicou a resistir discursivamente e, pela sátira, empreendia crítica categórica e austera que, feita de maneira irônica, causava zombaria ao se posicionar quanto à forma com que o domínio político manejava assuntos cruciais de uma nação. Tais assuntos eram pertinentes à gestão pública e deveriam dar conta de um rigor ético e justo para atender as necessidades do povo, mas que não atende e não passa despercebido ao olhar de Millôr, que se manifestava a partir do seu lugar social e de seus atravessamentos ideológicos.

Millôr, ao produzir o discurso, é atravessado pelos dois esquecimentos concebidos pela TD. O esquecimento 1, que se refere a não consciência de que algo falava antes dele e que o que ele faz é retomar o já-dito, por meio de um processo de interdiscursividade e recuperação de um discurso proferido em outra conjuntura histórica por outro sujeito e, ainda, que, ao falar, sublinha os traços relativos aos atravessamentos ideológicos pertinentes à sua inscrição em uma dada FD. O esquecimento 2, por outro lado, dá conta da não consciência do sujeito de que, quando diz algo, esquece-se que há um aparato polissêmico da linguagem que não é englobado no seu dizer, ou seja, o sujeito usa determinadas palavras e não outras, fazendo com que este fenômeno de seleção do dizer passe também a significar e construir efeitos de sentido.

Millôr se posicionava como crítico da cena política nacional. Como um sujeito inserido em uma FD, ele criava a imagem de si e a imagem do que compunha o governo, de modo que não estava distraído aos acontecimentos que envolviam a corrupção no Brasil. Ele se opõe discursivamente, nas charges, aos favorecimentos que governantes atribuíam a si em decorrência dos cargos que exerciam, também estava sob suas vistas a discrepância do governante Sarney, no que tangia a falta de ações éticas na política que conferia à normativa da Presidência da República. Em suma, Millôr produz o seu dizer subordinado à construção de imagens a partir de um jogo de imagens que culminam na enunciação do sujeito. Sobre este assunto, Amossy (2008, p. 10-11) discorre o seguinte:

A construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise linguística [...]. Efetivamente, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la. Também é importante examinar a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua. [...] a enunciação é por definição alocação; de uma forma explícita ou implícita, 'ela postula um alocutário'¹⁶ e conseqüentemente estabelece uma 'relação discursiva com o parceiro' que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua.

O que se pode ponderar a partir da citação acima, na correlação com o sujeito Millôr, ou de qualquer sujeito que enuncia, é que ele constrói uma imagem de si e do seu interlocutor e o faz na interface que compreende o sujeito que enuncia para o sujeito que o lê e, de outra parte, o interlocutor constrói também uma imagem de si e do locutor. Desta forma, é na dependência mútua do dizer e das imagens criadas de si e do outro que se dão as CPs e a construção de significados. É nessa dinâmica de construção da imagem de si no discurso que Millôr manifesta o seu dizer e suscita efeitos de sentido a partir produção de suas charges.

¹⁶ Alocutário se refere à pessoa que fala (falante), que emite e é capaz de receber uma mensagem.

O humor é a maneira que Millôr usa para se colocar em relação às palavras e às caricaturas nas produções das charges; contudo, não se trata de um humor de entretenimento, mas de um humor articulado com o conhecimento e da observação do que compreende a política brasileira, construído de modo a provocar efeito de crítica à corrupção existente. O processo de materialização discursiva do risível pode ser considerado como chiste, isto é, o dito espirituoso que se desvela da relação com o inconsciente do sujeito no trabalho com a linguagem. Conforme Freud (1905, p. 135), a construção do chiste decorre da seguinte ordem:

A elaboração do chiste não está ao dispor de todos e apenas alguns dispõem dela consideravelmente; estes últimos são distinguidos como tendo ‘espírito’. O espírito aparece nesta conexão como uma capacidade especial - mais do que como uma das velhas faculdades mentais; parece emergir inteiramente independente das outras tais como a inteligência, imaginação, memória, etc.

Para incorrer no chiste, é preciso um movimento com a inteligência e a criatividade, de modo a articular um arranjo com as palavras para produzir significado humorístico. No que tange à formulação do gracejo, enquanto um processo de caráter social, o chiste só faz sentido dentro do que se pode chamar de grupo ou conjunto social que constrói efeitos de sentido a partir do que há em comum dentre os envolvidos no ato de enunciação. Com isso, para o chiste fazer sentido, para construir significado, é preciso que haja um laço social para fabricar o efeito de humor que, por sua vez, ocorre na extensão do desejo e do prazer que é emergente, pois é recapturado no processo de identificação imanente ao chiste. Sendo assim, as charges de Millôr evocam efeitos de sentido por serem levadas em conta as CPs, isto é, por considerar o cenário histórico da política brasileira.

Millôr, por meio da charge irônica e sarcástica, é porta-voz de uma FD que reproduz um discurso de resistência que, diante a luta de classes, coloca-se como um sujeito que se opõe à corrupção na política brasileira. A partir da interpelação ideológica, ele constrói enunciados que apontam a ineficiência de quem está no poder na condição de gestor do país e critica as forças dominantes que subjagam o povo em nome da ganância. O dizer de Millôr é relativo à identificação com a FD dos que estão à mercê do governo, mas que, por meio do discurso, negam-se a calar ou a consentir diante da sujeição talhada pelo opressor que exerce o poder. Quanto à FD de resistência com a qual Millôr (1988, p. 5) se identifica, tem-se a evidência de suas palavras:

Minha missão na vida, na medida de minhas fracas forças, é diminuir a glória do poder, mostrando sua mentira e inutilidade e a violência que se usa para mantê-lo. Poder é sempre uma forma de violência contra a coletividade e os poderosos ‘bonzinhos’, tipo Sir Ney, quase sempre os piores. Sempre se é bonzinho, ‘muito humano!’, com quem está perto.

O discurso é o modo contundente de agir como resistência e Millôr o faz com críticas dirigidas aos políticos do Brasil como forma de resistir aos abusos de poder decorrentes da corrupção. Ele fabrica o seu dizer por meio do interdiscurso e materializa charges que estão imbuídas de posicionamento ideológico e dado o que concerne à relação com a língua, a história e a subjetividade. Portanto, o discurso de Millôr está condicionado ao processo de assujeitamento condizentes às CPs do sujeito e é o que determinará a construção de efeito de sentido de cada produção enunciativa do sujeito.

Millôr foi um sujeito que esteve atento aos equívocos do modo de governar dos poderosos de sua época e enunciou a partir do lugar social de jornalista, lançando mão do humor para tecer críticas ao governo, uma vez que a sua inscrição se dava na FD que contrariava a ideologia da política corrupta da Nova República. Inserido no que compreende a luta de classes em uma sociedade capitalista, o discurso de Millôr, nas charges que compõem o corpus deste trabalho, atende ao que se pode chamar de discurso de resistência, pois ele não se cala diante dos atos corruptivos daqueles que ocupam cargos oficiais da nação brasileira.

4. ANÁLISE DO CORPUS

Esta dissertação se justifica pelo corpus selecionado, pelas inquietações que dele provêm e pela análise que o objeto suscita. Trata-se de um recorte de 7 charges, ou produções, de Millôr Fernandes constantes do livro intitulado “Diário da Nova República - Vol. 2”. Por que esse recorte? A seleção do corpus se deu devido ao seu teor discursivo, suas possibilidades de leituras e o encadeamento do processo de interdiscursividade que permeia essas produções, o que oportuniza expandir os espectros de apreciação no que diz respeito aos ensaios analíticos.

Em uma nota contida no livro, que é o objeto norteador da análise deste trabalho, consta a seguinte ponderação: “Os desenhos e textos incluídos neste livro foram anteriormente publicados no JORNAL DO BRASIL”. Neste jornal, Millôr tinha um espaço em formato de quadrado em que publicava textos e cartuns. Portanto, as charges analisadas, retiradas do livro “Diário da Nova República Vol. 2”, foram publicadas anteriormente no jornal, estiveram em circulação e ao acesso dos mais diversos leitores que tiveram a oportunidade de ler os discursos de Millôr na sua ânsia, advinda da sua posição-sujeito jornalista, de mostrar as faces da política brasileira Pós-Ditadura Militar. Sendo assim, a denominada Nova República é traduzida pela vista humorística do sujeito Millôr, que ocupa

um lugar social de quem contesta e desvela, pelo viés da ironia, as condições da política no Brasil.

A AD permite sustentar a afirmação de que o sujeito é interpelado pela ideologia; esta, por sua vez, advém da posição social ocupada por quem enuncia, ou seja, Millôr, enquanto sujeito que enuncia e ocupa a posição-sujeito jornalista, sendo atravessado por uma ideologia de contradição, no âmbito do materialismo histórico e na perspectiva da luta de classes, e como porta-voz de um discurso que vem de encontro à política da época. A cada charge presente em seu livro, uma medida de indignação constitui o discurso, trazendo um caráter de protesto.

Diante das CPs do período da Nova República é que Millôr, no âmbito da materialidade discursiva e das imagens utilizadas, estabelece um percurso feito de humor e de dizer, sendo afetado pelo momento histórico da época e acometido pelos acontecimentos de seu tempo, alocado num papel social que lhe dá a ilusão de ser a fonte do discurso, embora seja delimitado pela ideologia, ou seja, por um pré-mundo anterior, que o condiciona a ser no mundo. Isto é, determinado pelas CPs, FDs e MD, Millôr produz discursos a partir da sua posição de jornalista e humorista que se contrai-identifica com as FDs daqueles que ocupam o poder político. Os discursos produzidos por Millôr referentes ao recorte deste corpus são a fonte de análise aqui, que será realizada pela abordagem do funcionamento discursivo e de acordo com os procedimentos analíticos no tocante ao excerto de Orlandi (2009, p. 86):

O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento. Certamente o fato de um discurso ser político, estabelece um seu regime e validade e cabe ao analista detectar essa ordem, esse regime. Mas ele não o faz pela classificação a priori - discurso político - mas pela observação de seu funcionamento. Discursos, a priori, não tidos como políticos, podem estar funcionando como tal.

Discursos políticos, bem como quaisquer discursos, são passíveis de leituras que detectam especificidades e identificam a FD que determina o sujeito que enuncia, sendo que todas as evidências transparecem nas locuções e significam em determinado meio ou em certas CPs. Por esta razão, o sujeito é concebido a partir do seu discurso, que, por sua vez, é capturado pelos olhos do analista, que se preocupa com questões desde a materialidade discursiva até as mais abrangentes como FD e MD próprias do discurso e que manifestam o sujeito a partir do lugar de onde ele fala. Portanto, a ideologia que atravessa o sujeito, bem como as formações imaginárias que carregam sentidos pré-existentes, anteriores e

constituintes do sujeito, fazendo com que ele passe a ser porta-voz de uma FI, são, enquanto mecanismos de funcionamento do discurso, determinantes para a análise.

No processo de análise do discurso, o analista se preocupa com a materialidade discursiva, com se aperceber da subjetividade do sujeito visto na evidência do seu discurso e com atrelar o dizer à circunstância histórico-social em que o sujeito se encontra no que tange as suas relações de trabalho, no cenário da luta de classes. É papel do analista esmiuçar questões relativas às interpelações ideológicas do sujeito, as quais são manifestadas no discurso, compreender quais são os discursos outros e, nessa relação interdiscursiva, reconhecer quais são os efeitos de sentido produzidos que se deslocam e se movimentam, dadas as CPs do discurso no seu acontecimento.

Millôr, enquanto sujeito que enuncia, é porta-voz de uma FI e o que ele faz em seu livro por meio dos discursos são provocações acerca da política da época, obviamente falando a partir do lugar social que ocupa, como um sujeito que lança um olhar crítico para o fazer político do período da Nova República, em especial, acerca das ações do presidente Sarney. É possível traçar uma linha interdiscursiva em cada discurso das produções de Millôr, o que produz um forte apelo frente às imagens das charges, que remetem a outros efeitos que prefiguram discursos outros, pertencentes ao inconsciente coletivo e às formações imaginárias histórica e culturalmente estabelecidas. Desta maneira, as análises que seguem neste capítulo ocupam-se em apresentar possibilidades de leituras e hipóteses de efeitos de sentido para cada charge do recorte do corpus.

A charge enquanto gênero discursivo tem características em sua estrutura que aliam humor em linguagem verbal e não verbal; em outras palavras, a charge serve-se de imagem e de materialidade discursiva para estabelecer o discurso humorístico. A circulação da charge, em geral, dá-se no âmbito jornalístico; todavia, não se restringe apenas a esta esfera, pois circula entre os mais variados campos midiáticos virtuais, redes sociais e sites diversos. Tanto a imagem, desempenhando a função de incitar discurso, quanto à materialidade discursiva, fazem eclodir os efeitos de sentido e são objetos de leitura analítica. Visto que ambas significam e carecem de um olhar metódico por parte do analista, os efeitos de sentidos apreendidos a partir desse gênero que Millôr lança mão se darão nas vias do(s) interdiscurso(s) presente(s) em cada charge.

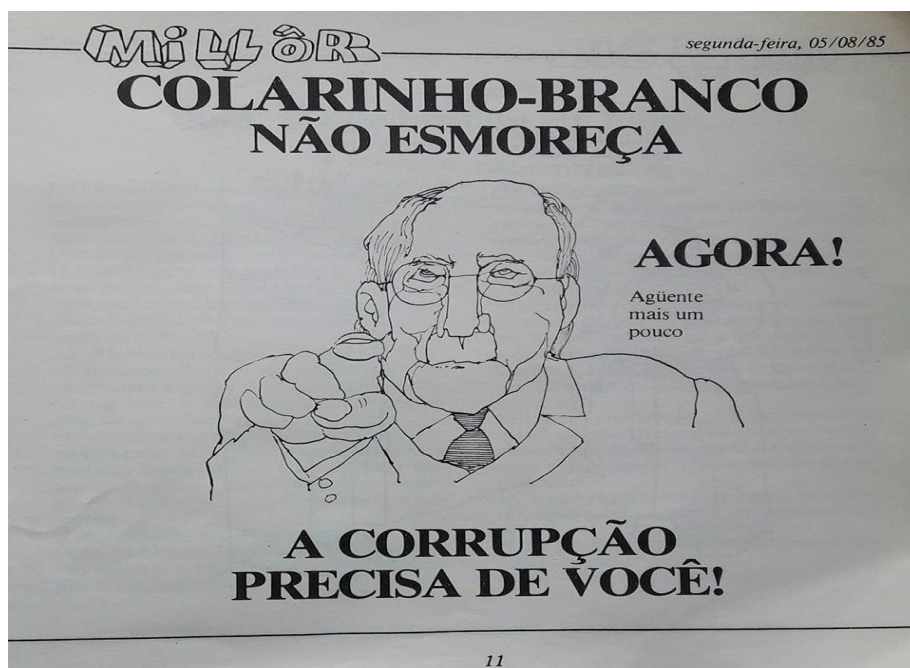
A ironia¹⁷ e o sarcasmo¹⁸ são apelos frequentes nas produções de Millôr; ambos atribuem ao discurso um efeito de sentido, que busca ridicularizar, disfarçar, repreender,

¹⁷ Ironia é dizer uma coisa querendo dizer outra, isto é, usar da linguagem para expressar algo adverso ao que está escrito.

criticar, censurar e provocar, funções estas que são características do humor. A comicidade é marcada nos discursos de Millôr; por isso, termos como “ironia” e “sarcasmo”, que carregam o discurso cômico, serão recorrentes durante as análises devido ao fato de serem recursos estilísticos de linguagem que o sujeito Millôr usa para elaborar os discursos. Tais recursos são evidentes na produção de Millôr e serão alvos de investigação analítica, pois deixam visíveis os aspectos da subjetividade e dos atravessamentos ideológicos sobre o sujeito autor.

A metodologia que será usada para as análises é a de mobilização dos conceitos da TD para conferir significado às imagens e às materialidades discursivas presentes nos discursos de Millôr. As análises serão organizadas em seções, onde cada uma das 7 charges será abordada especificamente com os respectivos apontamentos analíticos, que se darão no viés da interdiscursividade. Cada seção é intitulada sob a percepção do próprio analista deste corpus, a fim de subdividir as análises por temáticas suscitadas pelos discursos de cada charge.

Seção 4.1 - Os do “Colarinho-Branco”



¹⁸ Sarcasmo é uso da linguagem para zombar, semelhante à ironia, porém com um apelo ainda maior para o escárnio, que visa ridicularizar.

No discurso acima, uma figura caricata desempenhando o papel de partícipe de uma aristocracia, que ao apontar o dedo - como um vocativo¹⁹ e um imperativo, reafirma um chamado à elite política para que permaneça resoluta em seus propósitos corruptíveis a fim de manter a corrupção atuante. Com a ironia, por meio de uma espécie de encorajamento àqueles que regem a política no Brasil, a abordagem discursiva se dá em forma de um apelo: “Colarinho-Branco, não esmoreça agora! A Corrupção precisa de você!”. Tal rogativa, por assim dizer, suscita que os envolvidos não desanimem, mas deem continuidade à corrupção, pois precisam de força para continuar estabelecida, dependendo tão somente daqueles que a fomentam, daqueles que a concebem - os do “Colarinho-Branco”, isto é, a parcela da elite política corrupta. No enunciado “Agente mais um pouco”, pode-se depreender o efeito de que há um pedido para que os corruptos mantenham-se resilientes e suportem um pouco mais, a fim de continuarem a imperar com seu indecoro.

Com esse discurso, Millôr levanta reflexões sobre o que diz respeito a um problema que atravessa gerações e que culmina na desmoralização da política nacional: a famigerada corrupção, o que remonta à prerrogativa de que os responsáveis por manter a corrupção ativa são os de “Colarinho-Branco” - pessoas que usufruem de uma boa vida financeira. Tal expressão aponta para a relação interdiscursiva do conhecido “Crime de Colarinho-Branco” que pode ser explanado pela seguinte abordagem de Pimentel (1973, p. 115-116):

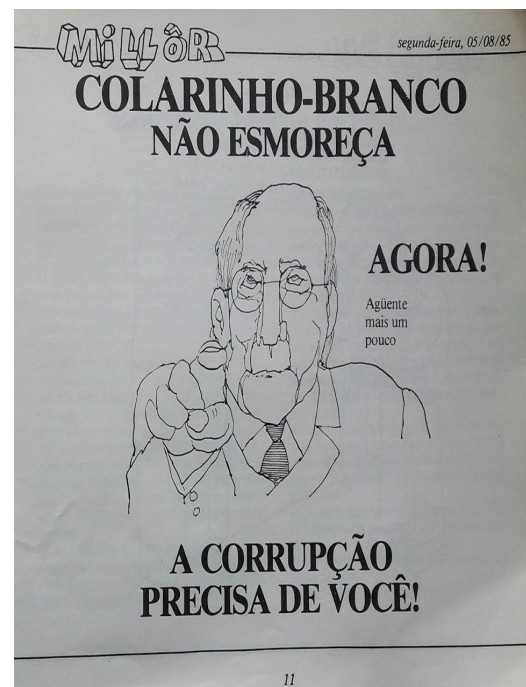
O nome crime de colarinho branco (‘white collar crime’) foi dado, em 1939, por EDWIN H. SUTHERLAND, ao comportamento daqueles que MORRIS, em 1935, batizara de ‘criminosos da alta sociedade’. Assinala ANDRÉ NORMANDEAU que a expressão usada por SUTHERLAND objetivava ‘a atividade ilegal de pessoas de nível sócioeconômico superior, relacionado com as práticas normais de seus negócios’. A etiqueta colocada por SUTHERLAND causou grande sensação e foi adotada por quase todos os autores, com o significado originalmente atribuído pelo autor: designar o comportamento reprovável dos homens de negócios que, desviando-se de suas condutas profissionais e da linha moral estrita, obtém vantagens indevidas, causando danos à coletividade. A expressão crime de colarinho branco dá exatamente essa ideia. O colarinho branco usado nas roupas de rigor, e que entre nós poderia ser melhor classificado, talvez, como colarinho duro, é um símbolo do homem bem situado na vida, geralmente ligado aos poderosos grupos sociais, gozando de prestígio político e financeiro.

Na denominação “Colarinho-Branco”, retomado na charge, atrela interdiscursivamente a política corruptível do Brasil ao crime do “Colarinho-Branco” cometido por pessoas de classe alta que aproveitam para tirar vantagens financeiras e de outras espécies por meio dos cargos que ocupam em detrimento do esforço de toda uma sociedade. Questões desse tipo parecem ser cíclicas na história política do Brasil, por isso o discurso que Millôr evoca na

¹⁹ Vocativo é um termo oracional (da gramática) usado para chamar ou colocar em evidência a pessoa, o ser a que se dirige a palavra.

relação do interdiscurso, para tratar o assunto da corrupção, evidencia que os envolvidos nesse crime são os da elite. Ironicamente, o vocativo “Colarinho-Branco, não esmoreça agora! A corrupção precisa de Você!” incita aos que estão no poder a perseverarem no caminho corruptível.

A partir desta charge de Millôr, também é possível estabelecer uma analogia com um cartaz norte americano que circulou durante a Primeira Guerra Mundial criado por James Montgomery Flagg, um artista e ilustrador famoso por suas charges políticas para o governo norte-americano. Na ocasião do chamamento para compor o exército dos Estados Unidos, o ilustrador produz um pôster em que “Tio Sam” aparece fazendo um apelo para recrutar cidadãos americanos. A mensagem dizia: “I want you for U. S. Army”: “Eu quero você para o exército dos Estados Unidos da América”. Ambas as charges, de James Montgomery Flagg e de Millôr Fernandes, dialogam entre si no que diz respeito ao vocativo para compor um exército, que, para os Estados Unidos era um exército armado; já, para o Brasil, na produção de Millôr, pode-se supor que consistia em fazer parte de um exército figurativo, uma política de Colarinho-Branco que visava salvaguardar a corrupção. Segue o paralelo das charges:



A figura de “Tio Sam” é representativa para os Estados Unidos e foi inspirada em um comerciante que supria carne para o exército norte-americano. Em resposta à pergunta “Existiu realmente o Tio Sam, que simboliza os Estados Unidos?”, a revista Super Interessante publicou uma curiosidade sobre a origem dessa personagem, qual foi sua

influência para o país, o fundamento que culminou na pessoa caricata, como surtiu efeito emblemático no território nacional e, na expansão mundial, por tornar-se um ícone nacionalista dos Estados Unidos da América. Sobre isso, em matéria da Revista Super Interessante de 2011, atesta-se:

Existiu. Ele se chamava Samuel Wilson (1766-1854) e tinha o apelido de Uncle (tio) Sam. Wilson era um comerciante que fornecia carne para o exército dos Estados Unidos. Como as embalagens vinham com as iniciais U.S. (de United States), os soldados diziam que as letras significavam Uncle Sam. A brincadeira se espalhou e o governo aproveitou para fazer uma caricatura do personagem, que passou a representar os Estados Unidos. ‘Ele era usado como símbolo da expansão americana, incentivando o nacionalismo’, diz o historiador Sérgio Augusto Queiroz Norte, da Unesp. Tio Sam ganhou fama internacional na Primeira Guerra Mundial, quando foi criado o célebre cartaz com a frase I Want You (Quero você), chamando os jovens para se alistar. Em 1961, o Congresso americano oficializou a expressão Tio Sam como símbolo nacional.

Em outra ocasião, Millôr se utiliza da mesma caricatura, ainda mais próxima ao cartaz de James Montgomery Flagg, para tratar de questões relativas à política do privilégio. Usando o discurso sarcástico próprio do humor ácido, para afirmar que – salvo as raras exceções que atuam profissionalmente - é desde jovem que se prepara uma carreira de benesses oriundas dos cargos em empreiteiras, em algum ministério ou em alguma estatal, como parece ser tradição da política no Brasil. Mais uma vez, diferentemente do discurso norte-americano intentando formar um exército nos Estados Unidos, no Brasil, o vocativo é para integrar um exército figurativo, a fim de reunir jovens para garantirem o sucesso e gozarem das vantagens advindas da corrupção de uma política fraudulenta, porém, promissora. Segue o paralelo de outra releitura dos caricatos:



O discurso de James Montgomery Flagg, no seu pôster visando ao recrutamento do exército norte-americano, remete à proposta da união dos Estados Unidos para somar forças em prol da nação, sem entrar no mérito de questões antiéticas e injustificadas sobre uma guerra; todavia, o cartaz representa o apelo à adesão dos que representarão seu país, um povo que historicamente uniu-se para defender a pátria; no Brasil, a união do “Colarinho-Branco”, representada pela charge de Millôr, trata da extorsão à pátria a fim de seguir uma carreira de benesses. Com um discurso irônico, Millôr enuncia a partir do lugar que ocupa socialmente, constituindo parte da sociedade que é refém da corrupção. Com isso, o sujeito autor se utiliza dessa mesma caricatura como quem lança mão de uma arma: o discurso - recurso à sagacidade, um ode²⁰ às avessas – ou a ironia, para poder lutar ou, pelo menos, manifestar-se contra os desdêns de uma política eversiva. O que se tem é que o sujeito Millôr, por meio da língua e da caricatura, materializa o discurso, a ideologia e o seu lugar social - consequência da história que o torna e o insurge. A este respeito, segue o excerto de Pêcheux (1990, p. 8-9) que teoriza este ponto:

Abstrações como ‘o povo’, ‘as massas’, ‘o proletariado’, ‘a luta de classes’ podem ser mostradas (pintadas, filmadas ou televisionadas) enquanto conceitos, sem disfarces? [...] Mas a eficácia concreta das abstrações, inscrita no exercício mesmo de toda língua, é marcada precisamente nos deslocamentos e disfarces que afetam a representação de um processo revolucionário para seus próprios atores [...] Não há, pois, discurso, realmente falado por seres humanos, que possa se destacar completamente dos trás-mundos (ou dos pré-mundos) que o habitam [...] Portanto, se no espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contrarrevolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história.

Millôr fala a partir de sua inscrição discursiva na posição-sujeito escritor, desenhista, humorista e jornalista crítico, numa produção discursiva de cunho humorístico que representa um cenário de corrupção e significa num momento histórico da Nova República em que a população ansiava por uma nova forma de governo, que tirasse o Brasil da condição de crise e de desmoralização política. Ocorre que esse momento da história passa por uma espécie de cataclismo²¹ político e instabilidade governamental, quando se esperava pela redenção da política brasileira. Ironicamente, Millôr dá a entender em seu discurso que a corrupção carece de uma retomada ou de um reafirmar por parte do poderio político - que foi estabelecido

²⁰ A palavra “ode” pode significar algo que possui um caráter entusiástico, alegre e animador. No entanto, neste trabalho, a palavra “ode” foi utilizada juntamente com a expressão “às avessas” para significar algo que é contrastante de seu sentido literal.

²¹ O termo “cataclismo” é usado neste trabalho com o sentido de acidente, desastre, destruição.

historicamente, causando o efeito de sentido de que nada mudou em relação à corrupção e má a gestão pública no Brasil que persevera através do governo de Sarney.

Ator no palco do proletariado, cingido na luta de classes, Millôr articula em seu discurso a tônica de uma crítica acerca da união dos sujeitos de “Colarinho-Branco”, que perpetuam a corrupção e sustentam o poder que detêm; trata-se da união de um ensejo de aproveitamento da política e que não é transposta, pois os governantes se unem e perseveram em suas ações corruptíveis. A charge de Millôr aqui analisada significa o descompasso com o dever de um governo - que é o de criar e fomentar condições de dignidade, justiça e sobrevivência de uma nação, além de propiciar o bem comum para a sociedade como um todo. Os governantes do mandato de Sarney são tidos no discurso de Millôr como aqueles se associam, enquanto poderosos que são, para trabalharem em prol dos próprios interesses, os quais são alcançados por meio da corrupção.

Em sua FD, constituída nas enunciações específicas do encadeamento entre humor e jornalismo, Millôr faz emergir o caráter instigador e examinador acerca da política, de modo a escrachar e polemizar a displicência do poder público. Suas produções bradam a partir da sua FI - a de um jornalista que se contraindientifica com a FI dos governantes da Nova República e que não se inscreve na FD da política corrupta da sua época, assumindo uma posição-sujeito de contradição aos discursos daqueles (os do “Colarinho-Branco”) que promoviam a corrupção numa conjuntura política de um país de alicerces frágeis, a saber, o Brasil.

É na língua e nos desenhos caricatos que o discurso de Millôr se constitui. O que o sujeito autor pode e deve dizer decorre da FD que faz verter a ideologia que o interpela na posição social que desempenha - a de um jornalista indignado e obstinado em expor os excessos e o descomedimento da política corrupta brasileira. Millôr ocupa o seu lugar social para produzir seu discurso, visto que pode fazer ecoar sua fala nas publicações do Jornal do Brasil em que trabalhava e publicava suas produções.

Millôr ocupa a posição de quem, juntamente com o restante da população brasileira, também é afetado pela corrupção e de quem não compactua com os desmandos da política de “Colarinho-Branco”. Seu discurso significa num quadro histórico em que a política significa prejuízo aos cidadãos trabalhadores, sendo Millôr um cidadão trabalhador que, na condição de um jornalista e humorista, passa a ser porta-voz daqueles que são submetidos à política corrupta e ocupam o lugar social dos extorquidos na luta de classes. No que tange às relações de posição e lugar social do sujeito que produz discursos, tem-se a concepção de Pêcheux (1997, p.26) a esse respeito:

O que precisa ser compreendido é como os agentes deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem 'saber' que têm um lugar definido no sistema de produção. Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente; tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o que tudo isto implica. O mesmo acontece quando alguém é, por exemplo, nomeado juiz. O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as consequências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg.

A linguagem irônica de Millôr, presente no discurso que aqui se analisa, é a parte emersa que Pêcheux pondera acima. Há muito na linguagem que precisa ser levado em conta, como peças de um quebra-cabeça que, ao serem meticulosamente combinadas, denunciarão o que compreende o sujeito enunciativo. Para tanto, é preciso refletir acerca das seguintes indagações com as respectivas respostas que irão delinear as especificidades do discurso aqui analisado.

Quem é o enunciativo? O Jornalista Millôr Fernandes. A qual classe social esse sujeito pertence? À classe dos trabalhadores, do povo que é submetido às decisões dos que estão no poder. Fala de qual lugar? Fala a partir da sua posição social de jornalista. Atravessado por qual ideologia? Pela ideologia de um cidadão da classe trabalhadora e subjugada, na condição de quem examina o governo, reconhece-se como corrupto e se contraidentifica com seus discursos e ações. Em que momento histórico o sujeito do discurso está inserido? No período pós Ditadura Militar, na chamada Nova República. Qual é o espaço de veiculação e de significação do seu discurso? Significa a partir da publicação no Jornal do Brasil. Para quem são destinados os discursos de Millôr? Para um público leitor generalizado, ou seja, toda sorte de pessoas que tivessem acesso e lessem o jornal. Levantar tais questões permite alcançar uma compreensão acerca do que leva o sujeito Millôr dizer o que diz (ironias contra a corrupção), onde diz (no jornal), quando diz (período da Nova República) e para quem diz (público leitor em geral).

A AD autoriza compreender que o sujeito é determinado pela ideologia que o atravessa. Esse assujeitamento se dá por intermédio da língua que é internalizada pelo sujeito e onde se estabelece a FD que evidencia a posição-sujeito, devido ao lugar social ocupado. O sujeito enuncia a depender da posição-sujeito que o acomete e delimita o seu dizer pelas lutas de classe, que são fundamentadas pelo materialismo histórico. Millôr Fernandes, ao enunciar ironicamente contra a corrupção, por meio da sua charge, o faz porque ocupa um lugar social

que determina a sua posição-sujeito, seus atravessamentos ideológicos, e, por consequência, a FD que decorre na e pela língua. Portanto, Millôr enuncia o que a sua posição social permite enunciar, na condição de jornalista que pode dizer isso, mas não pode dizer aquilo.

O discurso de Millôr Fernandes dispensava eufemismos e, com ironia, deflagrava a descrença nos líderes políticos da Nova República. Sendo o humor a via discursiva que o sujeito autor utilizava para dizer o que sua posição social permitia dizer, encontrava-se na condição de um jornalista e humorista que tinha ao seu dispor a página 11 da Editora de Opinião do Jornal do Brasil para fazer uso como melhor entendesse. E o fez como a posição-sujeito que inferiu críticas incorporadas aos seus desenhos e frases que visavam o riso na mesma intensidade que aspiravam um senso de realidade, com as devidas provocações acerca do governo da Nova República e de sua corrupção. Millôr utilizou-se do espaço do jornal para criticar a política brasileira da época cujos representantes foram pivôs dos mais variados efeitos humorísticos para enunciar um discurso de indignação contra os atos de corrupção do governo.

Seção 4.2 - Sarney



A charge acima diz respeito à provocação ao discurso vazio de políticos, que automatizam uma fala ludibriosa em detrimento da esperança do povo que fica suscetível aos mandos e desmandos e às mentiras e aos enganos daqueles que ocupam o poder. Os danos estão para os cidadãos, como a pose de herói está para o político corrupto no tablado de ilusão de onde pronuncia inverdades. Millôr apresenta as artimanhas utilizadas pelos poderosos em suas relações dúbias com o discurso, isto é, de dizer uma coisa e agir de forma distinta. Neste caso, o presidente fala da posição-sujeito que ocupa o cargo de representação dos interesses públicos e é representado pela incoerência do dizer, já que o microfone não está ligado e, portanto, não tem valor nem projeção. O que ocorre é um contraste em relação ao dizer do representante político e a dolosa ação em prol das vantagens advindas de parcerias oportunistas. Trata-se de uma charge que denuncia a relação camuflada das vias de interesses dos bancos internacionais, de seus representantes e de seus financiadores, que jamais deixam de lucrar. Esse enredo de simulacro da retórica do político desdobra-se nos discursos nas conjunturas construídas historicamente no Brasil, uma vez que são feitas promessas de melhorias no país, mas não são executadas.

Na figura caricata de José Sarney, o então presidente, no ano de 1985, sucessor de Tancredo Neves após sua morte, enuncia a seguinte frase: “Banqueiros internacionais: não admitiremos de maneira alguma”. De posse de um microfone com um enorme fio, todo enrolado, num emaranhado de muitas voltas sem chegar a lugar algum, indica o alto teor de embromação retórica e de inconsistência da fala representada pelo político em questão.

A relação interdiscursiva está para os efeitos de sentido construídos a partir do plugue fora da tomada, que dá margem para a interpretação de que o discurso proferido não teria alcance, muito menos veracidade em seu enunciado, o que promete se alongar devido às reticências. Isso remonta ao imaginário coletivo dos costumeiros discursos políticos, intermináveis, sem legitimidade e repletos de dissimulação. Analogamente, é um discurso saturado de palavras, que exerce a mesma função de ludibriar e cair no desvão da imoralidade corruptiva, isto é, ele não carrega valor real: ele é uma espécie de jogo de encenação que culmina na hipocrisia de certas políticas públicas.

O que se percebe na produção de Millôr é o retrato do quadro, que atravessa gerações, de representantes públicos que representam a si mesmos e a seus interesses, ainda que retoricamente digam o contrário. Na caricatura de Sarney, é representada a típica altivez de uma personagem reconhecida na formação imaginária de como se concebe um político no Brasil, referindo-se ao mau uso da palavra e do poder, por criar contingências desfavoráveis à população, mas promissoras aos que usufruem de posições no governo. Num palco (o Estado)

em que o figurante (o político) performa com ações hipotéticas (promessas que nunca serão cumpridas), significando um autêntico embaixador da corrupção, esta é mais real do que qualquer discurso infrutífero. Portanto, escondido no terno e gravata, na postura firme, no semblante confiante, no franzido da testa - expressando seriedade, no enfático gesto com o indicador - na invocação do “veredito” discursivo, Sarney é construído simbolicamente por Millôr por meio da ilustração do fio do microfone desligado, despojando um discurso evasivo, inaudível, diminuto, sem valia e enganoso.

O desenho caricato, bem como o enunciado que o acompanha, manifestam a reprodução das relações de classe na sociedade capitalista, sendo o domínio representado pelo poder político (na voz/discurso de Sarney) e a exploração está para a conjuntura do povo vulnerável ao discurso político. O discurso de Millôr evidencia, ao usar o humor e a ironia em sua produção, o assujeitamento da classe daqueles que são fragilizados dentro de um sistema de opressão circular. No que tange ao não dito, mas que indubitavelmente significa, a sociedade está organizada discursiva e ideologicamente entre as forças autocráticas²² e a subserviência do oprimido, como parcela que está à deriva (a nação sujeita à autoridade) dos pleitos políticos e a negligência daqueles que exercem autoridade sobre qualquer cidadão dito “comum”, o que inclui Millôr, que, mesmo ocupando lugar de jornalista em sua inscrição social, está à mercê, como qualquer um, à autoridade ideológica que confirma a relação de domínio e exploração. Quanto a isso, Pêcheux (2011, p.114-115) faz compreender os processos de reprodução ideológicos que interferem nas relações de classe:

A expressão ‘luta de deslocamento ideológica’ - contra as lógicas inscritas na forma estável da fortificação - poderia descrever os tipos de choques de deslocamentos, que não colocam em oposição classes, ‘interesses’, ou determinadas posições prévias, mas que tratem da reprodução/transformação das relações de classe. Trata-se, portanto, de uma série de choques, que questionam a definição e fronteira do ‘discurso político’, na medida em que elas se baseiam nos processos, através dos quais o domínio/exploração [...] capitalista se reproduz, na medida em que ela se adapta, transforma, reorganiza. [...] de tal forma que os processos de reprodução ideológicos também sejam abordados como local de resistência múltipla. Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções.

No contexto histórico da Nova República, Millôr arrebatou o discurso que transpõe ironicamente, como um não dito, mas significado, que dá voz à classe subjugada, no processo inconsciente de sua posição-sujeito e da relação linguagem e ideologia. No âmbito das relações de classe, entre os que dominam o poder político e os que estão sujeitos a essa

²² Autocrático diz respeito à autocracia, que é o poder absoluto e inquestionável e tem relação com o autoritarismo exercido por quem está no governo.

governança, a luta de classes culmina no plano da discursividade, em que o sujeito Millôr produz discurso a partir do lugar de quem é dominado. Na rejeição ou na contraidentificação ao discurso da hipocrisia reproduzido pelo governante caricato, sendo Sarney aquele que ocupa o lugar de poder e privilégio na luta de classes, Millôr aponta para a resistência por ocasião da dominância de Sarney, representada em sua charge para simbolizar a posição de poder como aquela que não tem credibilidade nas palavras e tampouco nas ações.

Deste modo, é no discurso que o interdiscurso se estabelece, ou seja, a evidência ideológica que se manifesta e constitui o sujeito é afetada por questões históricas e discursivas anteriores a ele e que são determinadas pela inscrição na FD de sua posição social. Com ironia discursiva, ou seja, com um modo peculiar no uso da linguagem para causar a comicidade, Millôr sinaliza uma contraidentificação com a classe dominante, no que tange ao cenário das relações de poder no sistema político capitalista, colocando-se em desacordo com as práticas políticas que eclodem na corrupção, com os discursos hipócritas que estão repletos de palavras e desprovidos de fidedignidade.

Enunciar é deixar-se vir à tona, acompanhado de nuances de subjetividade, no imbricamento entre o sujeito, a história e a ideologia. É sempre um movimento de assujeitamento do sujeito em relação à sua inserção no mundo em sociedade e no universo da linguagem, com inúmeras MDs que surgem das possibilidades do dizer e de discursos que significam no ato enunciativo, no curso da historicidade. É o caso dos discursos de Millôr que estão implicados na esfera política e promulgam provocações na contraidentificação dos atos corruptivos dos governantes. Ele ocorre em uma dinâmica polissêmica da linguagem, em que Millôr explora os múltiplos sentidos do dizer e dos processos de ressignificação na linha do interdiscurso que garantem o humor. Ele usa a língua para tecer críticas acerca da corrupção que afeta a sociedade, ao mesmo tempo, estampa a relação de classes e a sujeição ao lugar social manifesto no discurso. Já o processo de construção de significados fica atrelado à constituição subjetiva e à conjuntura ideológica do sujeito interlocutor.

A Nova República, como o próprio nome diz, ansiou por novos rumos na economia e no curso político, para a nação brasileira. Todavia, fazer o novo implicava esforços e condições para isso, o que requereria buscar caminhos diferentes para a política mal sucedida anteriormente para gerir e resolver desafios. Millôr, nos discursos presentes nas charges, apresenta os governantes desse período histórico da Nova República com aqueles que tentam se equilibrar na instabilidade econômica do país e que assim o fazem porque têm por tradição a corrupção. Sendo assim, os atravessamentos ideológicos dos governantes estão impressos nas produções de Millôr por alocá-los falando e agindo do lugar da elite e de quem não

percebe as mazelas da classe subjugada, mas legisla sobre ela. Entre os que dominam, Sarney é representado proferindo um discurso evasivo de que vai fazer, todavia, sendo subscrito pelo inconsciente coletivo de que os políticos, no poder, buscam a autogratificação em contingências de uma história de desigualdade e desilusão daqueles submetidos ao governo.

Os que esperam do governo são os que a ele se sujeitam, os cidadãos. Esperar é acreditar que acontecerá o que foi prometido pelo governo, é ter esperança, é confiar e contar que serão atendidos em suas necessidades. Essa sujeição ao governo é caracterizada aos moldes da civilização atual, embora a política democrática²³ resida apenas no voto como aquilo que está ao alcance do cidadão comum. Sendo assim, as decisões dos governantes ditam os rumos da sociedade, independentemente da concordância ou não do povo, visto que os políticos foram eleitos, democraticamente, pelo povo e foram imbuídos do poder, através do voto, para governar. Com isso, a nação fica subjugada aos mandos e desmandos governamentais que regem as possibilidades ou impossibilidades de sobrevivência, de interação, de capacidade de compra e venda, de construção de capital, de atuação ou de alienação, dentre outros. Sob esse aspecto, quão vulneráveis são os civis, porque pertencem à sociedade e, impelidos ao assujeitamento ideológico da luta de classes, estão suscetíveis à regência de seus governantes, em relação às promessas do novo, e acerca dos discursos que são, por analogia, como troncos ociosos de árvores que não dão frutos.

De que maneira é possível fazer surgir um novo sistema de governo daquilo que, na essência, é o velho? Como pode emergir uma nova república de um arquétipo político imerso no peculato²⁴, em outras palavras, que governa ilicitamente em benefício próprio? Millôr Fernandes suscita, ironicamente, dúvidas sobre a Nova República e sobre o governo que propõe o novo, mas que não passa da velha forma de governar. Não obstante, Millôr apresenta o que vem a ser um governo de indumentárias prestigiosas e com ações de praxe da velha política - daquela que governa para si, utilizando-se do povo como a uma máquina de providências. Em tese, as charges de Millôr atentam para as questões que colocam em xeque a Nova República - pelo menos no que tange ao levantamento de suspeitas desse suposto novo fazer político e das incongruências das ações em prol dos necessitados e o povo. Quanto a esse fator de opressão exercido pelas posições hierárquicas e problematizadas pela burocracia dos processos, Pêcheux (2011, p. 109) teoriza o seguinte:

²³ Pertencente ao conceito de democracia, que é um sistema governamental e político em que os dirigentes são escolhidos através de eleições populares.

²⁴ Peculato se refere ao ato criminoso, previsto no Código Penal, que se baseia no desvio de verba, no furto, na apropriação de bens materiais e de dinheiro; normalmente, realizado por um funcionário público, valendo-se da confiança pública e, sobretudo, utilizando aquilo que furta em benefício próprio.

Por outro lado, observamos uma constante dependência de administrações e burocracias, respeito a ordens, hierarquias e barreiras que funcionam visivelmente como instâncias de opressão. Observamos também o costume à obediência e ao adestramento; [...] e a tendência de ver tudo como um acontecimento do Estado, que tem relação com a gramática (como metafísica da compreensão do homem saudável) e da retórica (como arte da fala verdadeira).

Nas charges, Millôr se contrai-identifica com o “adestramento” abordado por Pêcheux na citação acima, pois, embora a FI que perpassa o discurso de Millôr seja, possivelmente, a do sujeito submetido ao governo, a do sujeito que, mesmo olhando para os desfavores do governo para com o povo, é juntamente atingido, ele constrói discursivamente, pelo canal do humor e do chiste (a manifestação da subjetividade do sujeito), um posicionamento de FD que repele as ações do governo e coloca o sujeito autor no lugar de resistência, daquele que não se identifica com a subjugação existente. Millôr fala do lugar de um jornalista crítico, mas também de um cidadão crítico à governança; neste caso, seu discurso representa ou é portavoz do discurso de muitos que são submetidos ao governo e que desconfiam de suas práticas governamentais. Ele pode, ainda, representar a angústia existencial daqueles que se contrai-identificam com o lugar de subjugados pelo governo e que estão fadados à exploração, despojados e mal representados pelo poder.

A charge aqui analisada, que caracteriza Sarney discursando com um microfone desligado da tomada, em um ambiente cômodo que remete ao seu gabinete e que pode representar o seu lugar social, a posição-sujeito de quem está protegido pelo cargo que ocupa e que tem por praxe falar o que não vai cumprir, incita efeitos de sentido de indignação, ao se levar em conta que o público leitor, em sua maioria, deve se identificar com a FD do discurso de Millôr, uma vez que compartilha o lugar social de assujeitados do governo. Por outro lado, esta mesma charge não deve causar o mesmo efeito de sentido se lida pelos sujeitos que ocupam o lugar social dos que governam e pertencem à classe dos corruptos. Depreende-se, com isso, que os sujeitos envolvidos nos atos enunciativos (locutor e interlocutor) e as CPs dos discursos é que irão determinar os efeitos de sentido de um dizer.

Seção 4.3 - Uma “Nova” República



Nesta charge, Millôr constrói, por meio do humor e da ironia, um efeito da hipocrisia governamental que se renova e que é essencialmente volúvel. Trata-se da imagem de uma mulher se depilando - representando o governo, somada ao enunciado sarcástico que afirma “Enfim, uma Nova República”, evidenciando a simulação aparente e situacional da política brasileira. Esta charge desencadeia, discursivamente, o ceticismo atrelado à proposta que o nome dado ao momento histórico carrega, “Nova República”, o que acarreta na desconfiança devida ao paradoxo em relação às ações políticas da época - mais para soluções paliativas do que permanentes.

Por meio da relação interdiscursiva da efemeridade, suscitada pela charge, resgata-se que o ato da depilação, em termos de formação imaginária, oferece significados culturalmente construídos de parecer bonito, pois, remete à ação de higiene e de beleza, especialmente ligada à aparência, escondendo a verdadeira natureza biológica, por negar ou forjar o real do corpo. Embora a depilação traga alguns benefícios, sob o olhar cultural concebido por um imaginário coletivo, eles são de curto prazo e devem ser frequentemente recuperados com outras depilações periódicas.

O interdiscurso é ativado pela imagem da mulher se depilando, que incita o discurso de que depilar gera uma boa aparência: esta representação é constituída socialmente no imaginário coletivo. Todavia, este discurso é contraposto à frase que acompanha a imagem

“Enfim, uma Nova República”; esta materialidade discursiva é utilizada a partir do recurso da ironia, que carrega em si o não-dito de que “não há, de fato, uma Nova República”, uma vez que o que se tem é apenas um aspecto momentâneo de artifício para passar uma mensagem de novo governo. Por meio da interdiscursividade, Millôr usa de um enunciado para significar outro, pressuposto. Quanto a isso, Maingueneau (2005, p. 40) afirma o seguinte:

Todo enunciado do discurso rejeita um enunciado, atestável ou virtual, de seu Outro do espaço discursivo. Quer dizer que esses enunciados têm um ‘direito’ e um ‘avesso’ indissociáveis: deve-se decifrá-los sobre seu ‘direito’, mas também sobre o seu ‘avesso’, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro.

O enunciado discursivo evocado pela imagem como “depilar-se para ter um novo aspecto, para ter uma nova aparência” evidencia uma resolução momentânea e não duradoura, pois os pelos crescem constantemente, porque fazem parte da pele, da essência e da composição do corpo; tirá-lo é uma maneira não fidedigna de se apresentar. Sendo assim, o “avesso” do enunciado “depilar-se” seria o ato paliativo para chegar a uma aparência de momento, mas não para mantê-la. O discurso que surge ao avesso das palavras enunciadas afirma, no interior de seu silenciamento, o fato de que o governo, ao ser comparado com o ato de depilar, não passa de um propulsor de mudanças superficiais que buscam seduzir o povo para crer que há uma Nova República.

A análise interdiscursiva do que implica a depilação, por analogia, assim como as mulheres egípcias se faziam atraentes para conseguir realizar seus intentos, a mulher representada na charge por Millôr usa de artifícios para conseguir se passar por atraente para conquistar ou persuadir e realizar o que deseja. Analogamente, a mulher representa o governo da Nova República, que se coloca como capaz de governar, mas que, assim como a depilação não é definitiva e os pelos corporais voltam a crescer, não é apto para governar. Sendo assim, a imagem e o enunciado remetem ao efeito de que o que ocorre é uma tentativa de dissimular por parte do governo.

Depilar as pernas, por exemplo, é dar novo aspecto a elas, é criar uma nova forma para a sua aparência. Ainda que se tirem os pelos, a perna não muda, a não ser superficialmente e de modo efêmero. Dada a formação biológica, os pelos voltam a crescer, porque tendem à forma original, ao que são realmente - aparentes na pele. Interdiscursivamente, portanto, a política da Nova República procura dar uma nova aparência ao seu fazer, mesmo que em tese seja só uma velha República. O discurso de Millôr levanta a hipótese de que tudo não passa de hipocrisia, que é feito só de aparência, como um disfarce para manter-se no poder sob o

discurso de um “novo governo”. A ironia vinculada à retomada do interdiscurso simboliza, por meio do efêmero ato de depilar, a incoerência do governo da Nova República que tenta se colocar como diferente do governo anterior, embora esteja fundamentada no mesmo encadeamento de uma política que governa em prol dos que estão no poder.

Onde está o humor? Na ironia sobre a depilação e no pressuposto de que o governo em nada mudou, pois o que se apresenta é uma proposta passageira de mudança, que está mais para uma pseudo-revolução política e para a propaganda de um fazer político que não atende à realidade. No interdiscurso suscitado pela imagem e pelo enunciado, de forma análoga, o discurso satírico que remete ao ato de depilar-se trata de uma política de proposições de um governo corrupto, em que o discurso não condiz com as ações para atender às necessidades daqueles pela qual a política existe - os cidadãos, mas servem aos desejos da política de “Colarinho-Branco” - os poderosos da política de elite.

O discurso é pautado na ideologia e, sendo assim, também o dizer de Millôr Fernandes advém daquilo que o irrompe ideologicamente e alicerça sua tese, justificando o que ele diz. Com isso, entende-se que o sujeito está atravessado ideologicamente, o que o põe a dizer o que diz e a fazer o que faz a partir do que o constitui na e pela sociedade, o que significa ponderar que o sujeito autor ocupa um lugar social, cumprindo uma posição que o assujeita a ser e dizer dentro de uma FD que, no caso de Millôr, é aquela do posicionamento crítico ao governo. Pertencente a esta FD, Millôr fala da posição de um jornalista arguidor para um público de sujeitos leitores/interlocutores também assujeitados e atravessados por ideologia(s). Portanto, os atravessamentos ideológicos do sujeito autor/locutor e dos sujeitos leitores/interlocutores interferirão na construção de sentidos do dizer, pois cada sujeito o fará a partir de sua interpelação.

Para reiterar a determinação da ideologia na análise e na justificação do dizer, é possível lançar mão do conceito dado por Pêcheux (1997, p. 155): “Na verdade, o que a tese ‘a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos’ designa é exatamente que o ‘não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia”. Tal assertiva evidencia que o sujeito é constituído pela ideologia que o atravessa e que é ela que fornece o que dizer. Millôr é constituído pela ideologia do jornalismo crítico aos atos do governo. A charge analisada nesta seção significa, de modo sarcástico, o lugar que o governo Sarney exerce na sociedade e, por ser Millôr, à sua maneira, o sujeito que leva isso a público, ele se coloca na posição-sujeito atravessada pela ideologia de contraidentificação à ideologia de benesses do governo.

Como é concebido pela TD, embora o sujeito não seja a fonte do seu discurso, pois há uma ideologia que o atravessa, ele acredita ser o dono do dizer, como se escolhesse dizer o

que diz, quando o que ocorre é o processo de interpelação e de assujeitamento e o discurso flui de forma inconsciente, não estando sob o seu controle. Millôr, ao representar o governo pela caricatura de uma mulher que se depila e se torna uma nova mulher, porém não definitivamente, ele afirma, analogamente, que o governo tenta abrandar situações governamentais que não passam de estratégias efêmeras, o que desqualifica a capacidade de gerir o país por parte do governo. Para dizer isso, Millôr constrói o discurso por identificação com uma dada FD, que rege o que ele pode ou não dizer e o que pertence ou não ao seu universo discursivo de jornalista/humorista que se contraidentifica com a FD de um governo corrupto.

Ainda que Millôr lance mão da ironia para materializar discursivamente acerca dos atos do governo, como outro sujeito, não se pode cair no engano de que seu discurso é independente de outro dizer, isto é, da relação com outro(s) discurso(s). Tampouco se pode considerar que o sujeito tenha o controle dos efeitos de sentido do dizer, como se eles fossem evidentes, uma vez que dependem das CPs e de como o interlocutor conceberá o dizer. Por isso, está fora do alcance do sujeito que diz controlar todos os efeitos de sentido do discurso, pois fica a cargo do sujeito que ouve construir significados, tendo em conta a interpelação ideológica de cada um.

Todo sujeito diz de um lugar, de uma posição social e por meio de uma FD. Ao enunciar, Millôr constrói o discurso a partir da perspectiva ideológica que o interpela e, por se constituir como sujeito porta-voz de determinado discurso, diz o que diz dentro da regularidade do dizer regido por uma ideologia. Como sujeito interpelado, Millôr replica discursos questionadores em relação ao governo e contraidentificação com a ideologia dos que representam o poder Estatal. Em relação ao que leva um discurso a ser reproduzido no processo de interpelação ideológica, tem-se, conforme Pêcheux (1997, p. 159-160):

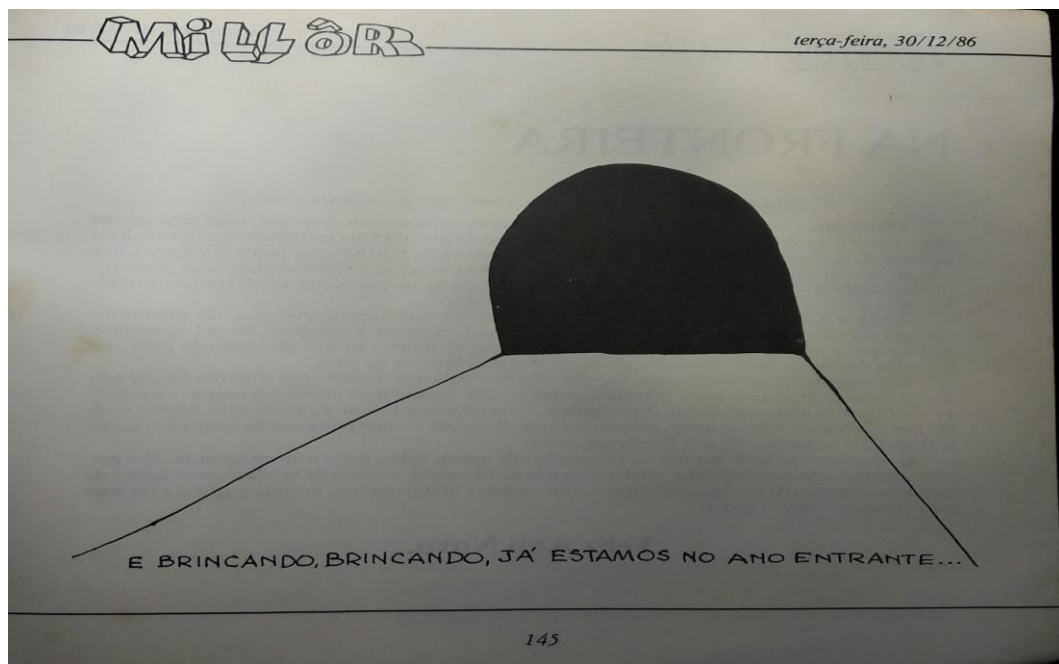
Quanto ao sujeito ideológico que o reduplica, ele é interpelado - constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a 'norma' identificadora: 'um soldado francês não recua', significa, portanto, 'se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar'. Desse modo, é a ideologia que, através do 'hábito' e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser [...]. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem'.

Em consonância com o excerto acima, sobre o que um sujeito em sua posição pode ou não dizer, em aproximação à posição-sujeito de Millôr, enquanto jornalista que expõe as falhas de gestão dos governantes, a FD determina sentidos em materialidades discursivas que são

adjacentes a uma ideologia de contraidentificação com os atos dos que estão no poder, uma vez que estes mesmos atos são apontados criticamente nas charges de Millôr. Portanto, o dizer de Millôr é definido pela interperlação ideológica que determina à FD que ele deva dizer que há um governo de fachada, que mesmo que se esforce para passar uma imagem de renovado e de restaurado, substancialmente, não é.

Considerar que a charge analisada fornece indícios, por meio da caricatura e do discurso irônico de “Enfim, uma Nova República”, que retomam a imagem de uma mulher se depilando para forjar uma aparência, deste modo, evocando o discurso que representa o governo de Sarney como sendo um governo de aparência, atesta a posição discursiva de Millôr que enuncia, denunciando um governo de disfarces, o que implica um não-dito de que se trata de um governo que não é efetivo em suas ações, sendo, portanto, um governo que não justifica o uso do nome “Nova República”, uma vez que só “renovou” por dissimulação e não em efetividade, estando, assim, sob o mesmo funcionamento do governo que o antecedeu.

Seção 4.4 - A (des)esperança



O enunciado “E brincando, brincando, já estamos no ano entrante”, utilizado por Millôr nesta charge, retoma o imaginário de que o tempo passa rápido e, quando menos se espera, completa-se um ciclo e recomeça outro. Trata-se de uma alusão interdiscursiva à cultura ritualística da passagem do ano novo, que envolve o imaginário da renovação e de esperança

no ano que está entrando, em que tudo pode ser diferente e melhor. A imagem também retoma o discurso de “uma luz no fim do túnel”, que significa haver uma possibilidade de melhoria e de solução para um determinado problema. Ao representar a imagem com a cor preta no fim do túnel, portanto indicando não haver luz alguma, isso produz o efeito de sentido de que não há esperança que algo irá melhorar ou de que alguma coisa irá mudar, uma vez que não há luz nesse “fim de túnel”; o que há é escuridão, ou seja, não se vê perspectiva de mudança.

A porta escura representada na imagem se refere ao governo de Sarney, que não mostra uma nova forma de governar e que não dá esperança de uma possibilidade de um fazer político que se diferencie dos anteriores, ou seja: ele mostra a impossibilidade de haver uma política nova no Brasil. Portanto, ele seria um governo que leva o povo a não ter esperança. Millôr representa o governo que não oferece solução para os problemas da nação brasileira. Em contraste com o que é concebido pelo interdiscurso de Millôr, que retoma “uma luz no fim do túnel”, pode-se verificar a imagem abaixo:



Esta imagem é porta-voz do discurso de “uma luz no fim do túnel”, destoante no que tange aos efeitos de sentido da imagem trazida por Millôr, interdiscursivamente, reclama um dizer que dê a chance de reverter um estado problemático, em condição de dificuldades; em outras palavras, a esperança de um fim de mazelas para um recomeço de bem-estar. Todavia, Millôr desloca o sentido ao desenhar o fim do túnel com a cor preta, colocando o governo de

Sarney no protagonismo de uma gestão que não assegura uma transformação benéfica para a política corruptiva do país.

A materialidade discursiva “E brincando, brincando, já estamos no ano entrante” rememora o interdiscurso da passagem do tempo, cujo acontecimento é fugaz, uma vez que o tempo “voa”, ou seja, passa rápido demais, o que torna o tempo breve para a realização de intentos e, quando menos se espera, o fim do ano chega e se tem a virada de ano, com um ritual de novas perspectivas e de um novo cenário. Esta conjuntura geralmente empreende a crença esperançosa no rito de passagem do ano, como um frenesi²⁵ em relação aos acontecimentos, em relação às possibilidades de mudanças e em relação às resoluções acerca das promessas de “ano novo, vida nova”. Preserva-se a crença no imaginário coletivo de que o ritual de virada de ano muda tudo e renova as chances de reverter situações ou condições desagradáveis. Millôr lança mão desse interdiscurso para afirmar, em consonância com o discurso de que a imagem é porta-voz, que não há esperança alguma e que há um cenário de incredulidade em relação ao governo de Sarney.

Millôr se utiliza da repetição do termo “brincando, brincando”, o qual evoca a sensação do quanto o tempo é curto, quando se está fazendo algo como uma brincadeira, que faz com que o tempo passe despercebido e, quando se atentou para ele, ele está no fim. Ainda que reconstrua o imaginário de que o tempo transcorra rápido, o sujeito autor o faz para enfatizar o quanto pode ser sofrida a passagem do tempo quando se está sob o jugo de um governo que exerce um poder que não oferece perspectivas de melhorias.

Ao dizer, Millôr, ainda que use o discurso para denunciar o governo, o que ele também faz é significar a si mesmo, pois, ao enunciar, não se distancia da “verdade” que está imbuída na sua FD. Deste modo, há sempre um deslocamento de sentidos na construção do interdiscurso, cujo deslocamento ocorre na conjuntura das CPs e na determinação da FI do sujeito que enuncia. O sujeito autor exclui outros dizeres quando enuncia e se situa no interior de um discurso que suscita uma vontade de verdade, a qual é explicada pelo excerto de Foucault (2004, p. 6) que segue:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

²⁵ O sentido de frenesi, tomado nesta abordagem, refere-se à excitação ou inquietação na iminência de um acontecimento.

A vontade de verdade concebida por Foucault diz respeito à FD que atravessa cada sujeito em seu lugar social, o que justifica dizer que Millôr tem como verdade a incapacidade do presidente Sarney de governar e de oferecer ao povo a esperança de uma política diferente da anterior em que apresenta argumentos objetivos para a denúncia. Reproduzindo o discurso da FD à qual pertence, isto é, sendo porta-voz de uma verdade, Millôr cria charges que denunciam o que ele entende como sendo o real do governo e de suas ações como incita esta charge, que representa um descaso de atitudes por parte do governo no que tange a uma reforma na gestão do país.

Na relação interdiscursiva evocada na materialidade significativa de sua charge, Millôr se serve de discursos outros para construir o dizer que vai significar segundo a sua interpelação e projetar efeitos de sentido segundo as CPs do seu acontecimento discursivo. Deste modo, o interdiscurso se ajusta aos mais variados deslocamentos de efeitos de sentido, pois tudo é uma questão de ato enunciativo, de sujeito enunciador e acontecimento do discurso. Sobre essa assertiva, segue o que é afirmado por Pêcheux (2011, p. 161):

Isto suporia que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referencia discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. Não haveria assim naturalidade ‘técnica’ do balão livre ou da estrada de ferro, ou naturalidade ‘zoológica’ da toupeira, que seria objeto de metáforas literárias ou políticas; a produção discursiva desses objetos ‘circularia’ entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária.

As regiões discursivas a que Pêcheux se refere dizem respeito ao entrelaçamento das possibilidades de retomada do interdiscurso, que podem aparecer em uma dada conjuntura, com uma determinada significação e podem ser enunciadas por determinados sujeitos em CPs peculiares que determinam o ato discursivo. Millôr desloca os sentidos ao recuperar interdiscursos, o que ocorre porque o dizer acontece no curso da historicidade, e um já-dito, mesmo com suas regularidades discursivas estruturais, produz efeitos de sentido na própria conjuntura da manifestação do discurso.

Nesta produção, Millôr luta contra um governo que não mostra esperança de progressos na política do Brasil. Por meio dos interdiscursos “uma luz no fim do túnel” e “ritual de ano novo, vida nova”, o sujeito autor desloca os sentidos para construir significados de crítica à falta de novidade do governo de Sarney e à impossibilidade de alimentar a crença de que o rumo da política irá mudar. Ao falar do seu lugar social, a partir da sua FD de jornalista, o sujeito autor se vale da conjuntura política brasileira para significar a sua perspectiva de sujeito atravessado pela ideologia e para dizer, por meio da charge, que não há

esperança para a política do presidente Sarney, calcado na mesma forma velha de fazer política.

Seção 4.5 - O “justo” vulnerável

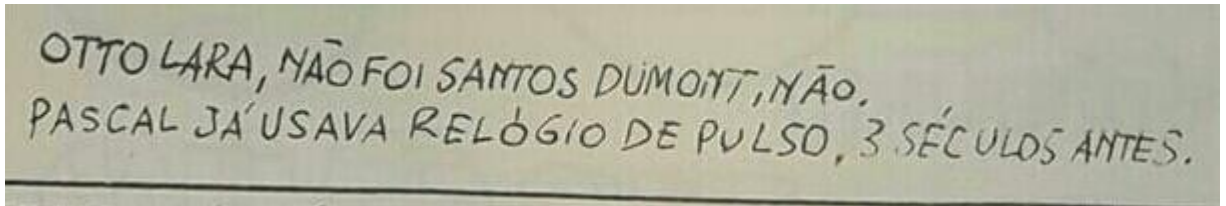


A imagem caricata do presidente Sarney prestes a sucumbir, analogamente se referindo ao seu governo, indica, dentre outros efeitos, que se trata da gestão pública suspensa pelo tronco da árvore e por um fino galho, onde Sarney está dependurado na iminência da queda, evidenciando quão frágil é o pacto ou a aliança em que o presidente se ampara para dar conta da presidência da República. Além disso, Millôr desenha Sarney tentando equilibrar um copo no joelho que remete à receita pública, sendo possível considerar o quão vulnerável é o seu governo.

A materialidade “Sir Ney tentando equilibrar a receita pública” é um recurso linguístico que Millôr utiliza para fazer um trocadilho entre “Sir” que, na Língua Inglesa, refere-se ao pronome “senhor”, e a sua pronúncia, que é aproximada à primeira sílaba do nome Sarney, que acaba por gerar um tom de deboche, visto que o tratamento “Sir” é para situações formais no que tange a um tratamento polido. Um tom irônico também está para o fato de que o uso da língua inglesa é um indício e modo de elitizar o presidente Sarney, já que o contato com a

língua estrangeira, ainda mais com o tratamento de “Sir”, é para os poucos privilegiados. Desta forma, Sarney é tido como aquele que está em uma condição de favorecimento, numa posição social de regalias e de poder que, no entanto não exerce o poder com capacidade para uma gestão eficaz e mal consegue equilibrar a receita pública.

No canto superior direito da charge, há um enunciado que está de ponta-cabeça e diz:



Nesta materialidade discursiva, Millôr cria a aparência de um diálogo com Otto Lara, permitindo depreender que, ao dispor o enunciado de ponta-cabeça, gera um deslocamento para produzir um discurso que provoca o efeito de sentido de que o governo de Sarney está de “ponta-cabeça”, isto é, está sem controle, sem equilíbrio e sem estabilidade. O dizer “Não foi Santos Dumont, não. Pascoal já usava relógio de pulso, 3 séculos antes” evidencia que, assim como Santos Dumont se valeu de algo que existiu antes dele e que, mesmo assim, atribuiu-se a ele a autoria do feito, a política de Sarney se vale de uma velha política para governar; portanto, não haveria nada de novo no que Sarney fazia, o que invalida o conceito de Nova República para o seu governo. Deste modo, o vocativo “Otto Lara” serve como alusão à posição de Sarney.

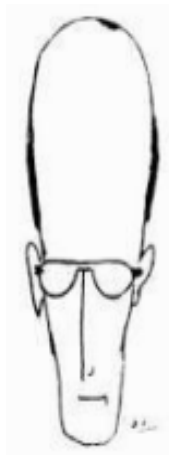
Com o enunciado “Valei-me São Tancredo, afasta de mim esse copo!”, percebe-se o interdiscurso bíblico retomado que diz “Pai, afasta de mim este cálice!” (BIBLÍA ONLINE, Mateus 26:39). O enunciado é deslocado para o apelo de Sarney ao falecido Tancredo Neves, que foi eleito para a presidência da República, mas morreu antes de poder governar, ficando para Sarney, seu vice, fazer o trabalho. Deste modo, Sarney, vendo-se em apuros para lidar com as questões relativas ao cargo da presidência do Brasil, recorre ao falecido Tancredo Neve, colocando-o no lugar de Deus, para que possa auxiliá-lo a resolver os problemas da República.

Ao observar o deslocamento do interdiscurso bíblico com as representações feitas por Millôr, tem-se: na figura de Jesus - o justo, está Sarney - ironicamente inócuo; na reprodução do cálice - o sofrimento pelo qual Jesus deveria passar, está o copo equilibrado no joelho de Sarney - o qual se refere à complexidade que é gerir uma nação; ao vocativo “Pai” - em que Jesus se refere ao Deus criador, está Tancredo Neves - falecido, que ocuparia o lugar de santo

e poderia salvar/livrar Sarney das responsabilidades de governante, uma vez que deveria ter ele o presidente que lidaria com os problemas do cargo, se não tivesse morrido.

Diante da situação de pressão que é comum no lugar social ocupado pelo presidente da República, Sarney é representado por Millôr como aquele que não tem capacidade para gerir as problemáticas próprias da sua função. As pedras colocadas na imagem se referem às questões que carecem de controle e gestão por parte de Sarney: Itamarati, famintos, greves, estatais, sul brasileiro, vítimas do imposto de renda, mutuários do BNH, as quais exercem pressão para serem solucionadas pelo residente da República.

As questões problemáticas na gestão de Sarney, cujas resoluções deveriam partir de seu governo, foram representadas com pedras que, por sua vez, podem remeter a outro interdiscurso, que é o da literatura de Carlos Drummond de Andrade, especificamente no que se refere ao poema intitulado “No meio do caminho”, o qual segue abaixo:



No meio do caminho [*Alguma poesia*]
Carlos Drummond de Andrade

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Assim como o poema aponta as pedras no meio do caminho como sendo as dificuldades, as mazelas, as responsabilidades e os empecilhos para lidar ao longo da vida, Millôr, semelhantemente, ao desenhar as pedras e enunciar questões que deveriam ser geridas pelo governo, desloca interdiscursivamente as “pedras no caminho” para Sarney, isto é, para os problemas que ele teria que resolver ao longo do governo. No entanto, o modo vulnerável como Sarney é representado sugere que ele não está dando conta de gerir os problemas intrínsecos à República brasileira.

Assim, o já-dito presente na produção de Millôr rememora outros discursos e desloca os sentidos para a CP da enunciação, como é o movimento discursivo na linha do tempo e da história. O discurso bíblico e o discurso literário rememorados na enunciação de Millôr tomam novos efeitos dada a passagem do tempo e da história; em outras palavras, isto se dá pelo fato de o discurso de Millôr ter sua ocorrência e especificidades no acontecimento discursivo. Sendo assim, mesmo sendo sempre um já-dito que rememora outro(s) discurso(s), o dizer é sempre uma manifestação cunhada no tempo e na história de suas CPs.

Denise Maldidier (2003, p. 96), ao refletir acerca de como Pêcheux concebe o discurso, sob o olhar para a complexidade do dizer e ao que está atrelado ao ato discursivo, considera que pensar o discurso à luz de Pêcheux é reparar o teor ambivalente entre o que se pode capturar e o que é intangível no discurso. Não obstante, o sujeito do discurso é aquele que enuncia o interdiscurso e o rememora para fazer sentido na fusão do tempo e da história:

De uma ponta à outra, o que ele teorizou sob o nome de ‘discurso’ é o apelo de algumas ideias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre.

Pode-se dizer que nenhum enunciado escapa ao processo interdiscursivo e que a memória impressa em cada dizer estará sempre ressoando no momento discursivo, inclusive influenciando na subjetividade do sujeito que fala e que tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer, mas que não é, pois ela é o discurso, que constitui o sujeito assujeitado por meio da interpelação ideológica. Quanto aos efeitos de sentidos, eles são suscitados pela retomada do interdiscurso e pelo já-dito, que fazem irromper um discurso que escapa da origem para significar num lugar específico, num tempo determinado, para certos sujeitos e marcado por um ato particular de enunciação.

Da mesma forma, ocorre a simplicidade/complexidade que envolve o processo interdiscursivo da produção de Millôr, pois ele se vale de discursos outros, neste caso, o bíblico e o literário, para dar vazão ao seu dizer e ao seu discurso. Ao representar o presidente Sarney e seu governo, o faz a partir da interpelação ideológica e da FD que lhe permite dizer o que diz, num dado momento da história (Nova República - Pós Ditadura Militar), num tempo específico (ano de 1985), num lugar distinto (Jornal do Brasil), para um interlocutor peculiar (público leitor). Atrelados às CPs estão os efeitos de sentido de um discurso, que não se separam das especificidades conectadas ao momento discursivo.

Seção 4.6 - Governo da Pirataria



Nesta charge, Millôr alude interdiscursivamente ao universo da pirataria. Ele traz caricatas as personagens como piratas em um navio que passa por instabilidades devido às turbulências provocadas pelas altas ondas no mar. Os homens, na imagem, representam os governantes, sendo um deles o presidente Sarney, cujo navio simboliza o governo que está sob seus mandos e desmandos, e as ondas que o desestabilizam caracterizam as questões a serem resolvidas pelo governo e que não são. O que ocorre é que Millôr compara o governo a um navio pirata regido por marinheiros piratas, ou, governantes piratas.

Quanto à FI do que compreende um pirata, há uma questão histórica que dá conta de fundamentar, ou seja, há uma imagem já estabelecida do que é a pirataria, de quais são as atividades que ela exerce e quais são os atravessamentos ideológicos que carregam em sua significação. Para chegar a um entendimento do que o interdiscurso da pirataria retoma para construir os efeitos de sentido no acontecimento discursivo enunciado por Millôr, recorre-se a uma pesquisa sobre a história dos piratas, na qual alguns excertos presentes em matéria da Revista Super Interessante (2016) expõem o seguinte:

Na verdade, a pirataria não era propriamente uma novidade na Europa daqueles notáveis tempos de expansão econômica e marítima. Tão antiga quanto a própria história da navegação, a pirataria se fez presente desde os tempos antigos, passando pelo Egito e Grécia até o império romano. Depois, durante a Idade Média, teve nos vikings nórdicos seus mais ferozes praticantes. Além deles, também ingleses, franceses, holandeses, irlandeses e árabes dedicaram-se ao ofício pouco nobilitante de despojar de suas riquezas navios em alto-mar. [...] Apesar disso, houve época em que a atividade chegou a ser estimulada por vários governos. [...] Qualquer marinheiro que embarcasse num navio pirata sabia, por exemplo, que sem presa não haveria paga. Por isso, era uma gente disposta a tudo. Quando o capitão do navio finalmente conseguia arrebanhar a tripulação de que precisava para zarpar, estabelecia as regras para a divisão do produto do saque. Os interessados ficavam então sabendo que, terminada a pilhagem, as mercadorias seriam vendidas; calculado seu valor total, deduziam-se as despesas de viagem (um terço era pago a quem havia financiado o, digamos, empreendimento) e o restante era repartido. Ao capitão, naturalmente, cabia a parte do tubarão – algo como um terço do produto do saque; os marinheiros de primeira viagem ficavam com os trocados.

O universo da pirataria é reconhecido historicamente como uma realidade de espoliação e saques ilícitos a navios em alto mar. O que importa perceber é que um navio pirata sai para velejar com o objetivo de roubar outros navios, com o intento de utilizar os recursos materiais que não lhe pertencem e despojar a qualquer custo, ainda que seja necessário atentar contra a vida. Esta afirmativa coloca a condição de pirata como aquele que comete crimes de roubo e outros crimes mais graves, como o homicídio, se necessário for, para angariar toda sorte de riquezas de outro navio.

Pelo que expõe a história acerca da pirataria, pode-se depreender que a imagem de um pirata é concebida por uma dada FI_m, cuja concepção de significação desponta de processos discursivos anteriores e pelo que está formado e calcado ideologicamente e se manifesta nos discursos, a saber, um jogo de imagens constituído historicamente que vem para se integrar ao discurso enunciado, o qual incorre no já-dito. Trata-se das projeções que se tem acerca do dizer, do que é retomado e carregado de sentido pré-existente. Sendo assim, a imagem que se tem de um pirata é relativa a um ladrão ou extorsor, que age para o benefício próprio em detrimento de qualquer benefício a outrem.

Ao lançar mão do interdiscurso da pirataria, uma vez que o presidente Sarney é comparado a um pirata, Millôr estabelece uma analogia entre a FI_m do que compreende a um pirata com o governo de Sarney. Condizentes com as ações de piratas, as quais remetem à apropriação ilícita do que pertence a outro, também estão as atitudes governamentais de Sarney ao ser retratado como um pirata em um navio que simboliza, interdiscursivamente, o seu governo. Ou seja, a política brasileira está sob o comando de quem rege para se beneficiar, extorquindo a nação e obtendo o que de valor a posição de presidente pode lograr.

Com este interdiscurso, Millôr coloca Sarney na posição daquele que usurpa, a partir do lugar social que ocupa, pois se utiliza do cargo de presidente da República para adquirir, aos moldes de um pirata, toda sorte de benefícios para si e para aqueles que trabalham sob sua liderança. Estes efeitos de sentido resultam de uma situação de injustiça por parte da governança e de falcatruas do governo em relação ao povo do qual se serve. Neste caso, a memória interdiscursiva suscitada por meio da materialidade discursiva e da imagem implica considerar os efeitos da pirataria, no que diz respeito à sua representação imoral, isto é, contrária à norma, por se tratar de cometer atos ilícitos, atribuindo analogamente o estereótipo ao presidente Sarney em seu governo. Em relação à memória e sua estruturação na língua, Pêcheux (2007, p. 52) afirma:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível ao próprio legível.

Em consonância com a citação acima, a memória discursiva restabelece implícitos ou pré-construídos em um ato de discurso que carece de uma investigação, pois cria uma conexão entre o discurso anterior e o momento do dizer, sendo que o pré-construído dá suporte para os efeitos de sentido evocados pelo interdiscurso, visto que é a estruturação de uma imagem já estabelecida que, ao ser suscitada pela FI, introduz nuances de significação a um discurso que irrompe fundado na FD do sujeito e na conjuntura de sua CP.

A materialidade discursiva “Sir Ney, as ondas são cada vez maiores. Vai ser impossível atravessar o Cabo das Tormentas” permite depreender que as ondas do mar se referem às adversidades que o governo de Sarney precisa enfrentar, visto que as dificuldades não apontam para uma resolução simples e possível. O sujeito caricato que enuncia esse dizer integra a equipe da presidência e, diante de um cenário não favorável para a política da chamada Nova República, se acovarda ao dar-se conta do quão crítica é a situação de governança do Brasil, de tal forma que não consegue encontrar uma solução, uma vez que “as ondas são cada vez maiores” entende-se que a proporção dos problemas em que o país se configura parece impossível de ser acertada.

O enunciado “Vai ser impossível atravessar o Cabo das Tormentas” rememora o interdiscurso da história de descoberta do Cabo das Tormentas pelo navegador português Bartolomeu Dias, que batizou o cabo com este nome porque enfrentou tempo tempestuoso e

mar agitado, que fizeram com que dificultasse a navegação. O Cabo das Tormentas, ao ser dobrado, mostrou a ligação entre o oceano Atlântico e o Índico, facilitando o acesso que liga à Índia o que, posteriormente, ampliou as perspectivas de negócios para Portugal. Por analogia, o governo de Sarney encontra-se tal qual o mar que o navegador enfrentou e que supõe um quadro insatisfatório, gerando debilidades no comando de sua gestão governamental.

Todavia, Millôr interpõe, como resposta do caricato Sarney, um discurso suavizador cuja materialidade discursiva é "Nada de pessimismo, rapaz! Chamamos de Cabo da Boa Esperança e está tudo resolvido". Este enunciado manifesta um teor manipulador por parte do presidente Sarney acerca das questões problemáticas que envolvem a política no Brasil durante o seu governo que, comparado à história da navegação de Portugal, em que o rei Dom Joao II renomeou o Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança, Portugal obteria vantagens comerciais, ao se utilizar dessa descoberta marítima, mudaria o discurso para um que fosse crédulo, para não perder os ganhos e vantagens que a posição de governante lhe proporciona. Quanto à história que envolve a navegação que resultou na descoberta do Cabo das Tormentas, o que consta a partir de uma abordagem do site Uol sobre uma matéria acerca das Grandes Navegações (2019) é:

Em 3 de fevereiro de 1488, aos 34 graus de latitude, Bartolomeu finalmente avistou a tão sonhada ‘esquina’ da África. A travessia foi feita sob ferozes tempestades, o que inspirou o navegador a batizar o local de cabo das Tormentas. O nome, porém, teve vida curta. Em dezembro, dez meses após realizar a façanha, Bartolomeu aportou em Lisboa. O rei Dom João II, exultante com a nova rota comercial, preferiu deixar para a história um nome menos sombrio, e rebatizou o lugar como cabo da Boa Esperança.

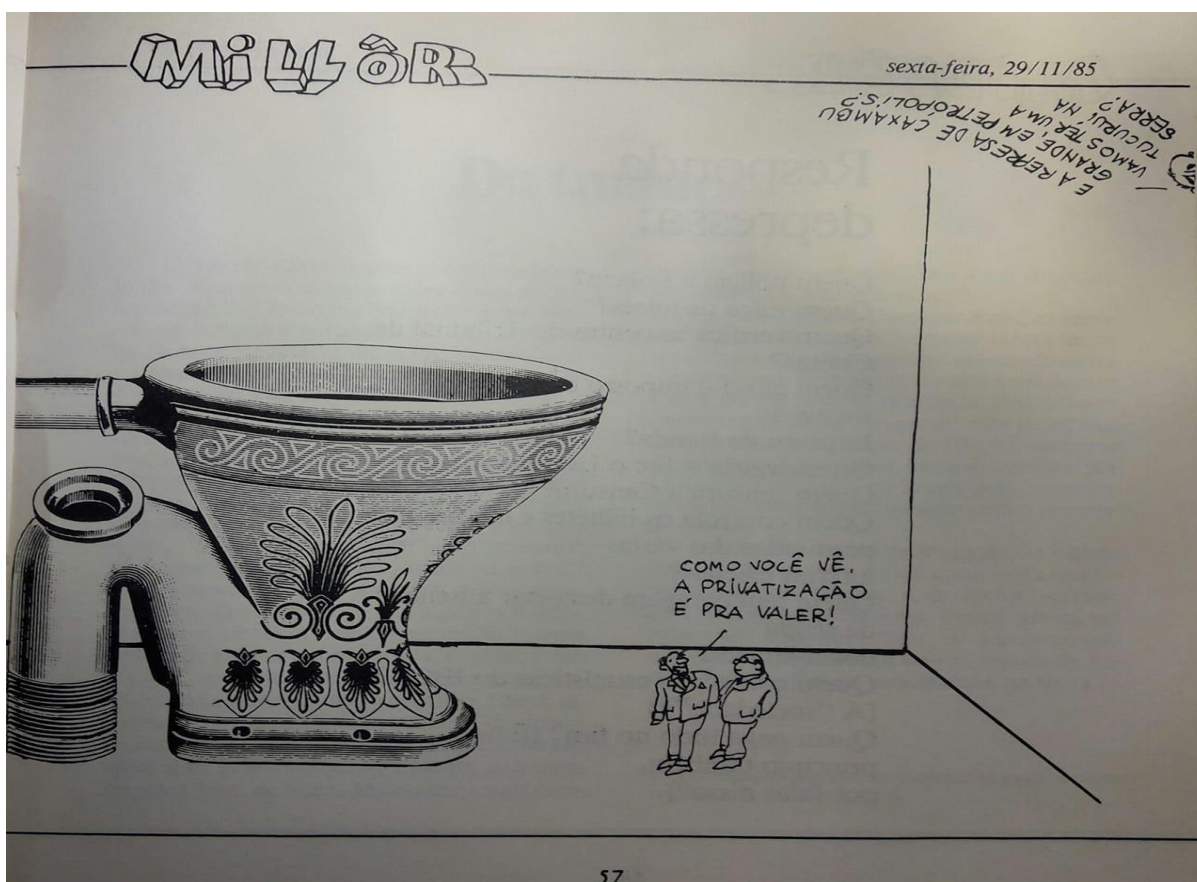
Do mesmo modo que o rei de Portugal ressignificou o nome do Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança, porque obteria vantagens e lucros, decidindo por silenciar as evidências e dificuldades que o local ofereceu ao navegador Bartolomeu Dias, também Sarney opta por não levar em conta as dificuldades que o Brasil enfrenta, as quais envolvem problemas financeiros e políticos da nação, em nome de seus interesses e possibilidades vantajosas. O interdiscurso provoca, assim, efeitos de sentido que remontam a um jogo de interesses e dissimulação por parte de quem tem o poder, em nome dos privilégios que resultam de atos coercitivos que manipulam eventos, fatos e circunstâncias para angariar regalias.

Novamente, aparece o pronome de tratamento emprestado da Língua Inglesa “Sir” que, ao ser pronunciado com “Ney”, forma o nome Sarney, que é referido, de modo sarcástico, à posição prestigiada do presidente. Isto implica considerar que, embora Sarney

ocupe um cargo de notoriedade, é um governante que está aquém de sua posição, no que diz respeito ao cargo que possui, pois Millôr mistura o tratamento formal da Língua Inglesa com a redução do nome do presidente, ao apelido “Ney”, desautorizando a formalidade que requer a figura de presidente da República, como um modo de subestimar Sarney, no trato com a língua, ainda que ele exerça uma posição de representatividade e autoridade no país.

A memória que se tem do que é a pirataria é recuperada pelo acontecimento discursivo produzido por Millôr, a fim de construir um efeito de que o governo de Sarney se assemelha à extorsão. Millôr é porta-voz de uma ideologia de oposição ao governo e, a partir da sua FD, usa do estereótipo da pirataria, que consiste em roubar e extorquir, para representar a política da Nova República, sob o domínio de Sarney que, mesmo diante das problemáticas políticas e financeiras do país, contorna as dificuldades mascarando e governando de acordo com os próprios interesses.

Seção 4.7 - A falácia da privatização



A charge acima estabelece uma relação interdiscursiva com a função da arte plástica, da atividade estética, do valor da beleza, da função lexical e da possibilidade de camuflar a realidade, por meio do discurso, para atingir o que pretende. Millôr se vale da imagem de uma privada ornamentada para, num processo de interdiscursividade, significar o quanto a privatização é uma maneira de gerir a nação.

O enunciado, representando um diálogo entre cidadãos comuns, em que uma personagem caricata diz “Como você vê, a privatização é pra valer!”, cria um efeito de sentido que traduz a aceitação, no discurso, da privatização como um fenômeno que corresponde à realidade. Neste sentido, uma vez que a privatização é constatada como algo que acarreta em evidência, não haverá como revertê-la ou seria inútil se opor a ela.

Por meio do interdiscurso com a função da arte plástica e da representação de uma privada decorada, ela é atrelada à ordem da manipulação para atender a determinada necessidade que, no caso da charge, trata-se de convencer que privatizar estatais é algo positivo e que se pode admirar, assim como é possível contemplar a arte. De todo modo, a arte plástica, interdiscursivamente e tomada com o viés da ironia por Millôr, tem a ver com a questão de envolver e ludibriar quem quer que seja para pensar que a privatização é vantajosa, necessária e positiva em seus arranjos.

Todavia, Millôr, ao incorrer na relação interdiscursiva com a arte plástica, provoca efeitos de sentido que levantam aspectos reais do quanto a privatização é falaciosa, pois, apesar da aparência bonita e promissora, na realidade, pelo feitiço sarcástico da charge, ela é o contrário. Com isso, assim como a arte ornamenta e torna belo e atraente aos olhos, também há o empenho dos que estão no poder para adornar a privatização das instituições públicas com discursos afirmativos e promessas de melhorias, a fim de conquistar o modo de pensar das pessoas e convencê-las de que privatizar é uma ação nobre e necessária.

O significante²⁶ ‘privatização’ é, ironicamente, atrelado ao significante ‘privada’, enquanto imagem e referente da construção do sentido. Deste modo, o trocadilho entre os significantes imagetivamente constrói a imagem de um vaso sanitário: não qualquer vaso, mas um vaso ornamentado, atraente aos olhos, sedutor e esteticamente esculpido, para criar a ilusão ou a projeção dos anseios de quem quer convencer pela aparência. Este vaso sanitário, embora sob a atividade da arte estética, remonta para o que ele realmente serve, ou seja, à sua função receptora de excrementos. A privada representa o lugar onde o ser humano deve evacuar e, por extensão, é análoga à ação de privatizar as instituições estatais; se comparada ao ato de excretar, em outras palavras, ela remete ao fato de que não se trata de algo

²⁶ Significante, segundo a Linguística de Saussure, é a imagem acústica de uma palavra.

aproveitável para a nação e para o povo, sendo que qualquer indício positivo de privatizar uma instituição pública não passa de mera construção manipuladora para seduzir e iludir os cidadãos de que é algo bom e belo, como a imagem do vaso sanitário pintado na charge.

A estética, como mecanismo de significação, cria meios de regular as normas do que é belo na dinâmica das relações sociais. Millôr, ao se utilizar da imagem de uma privada ornamentada, cria um processo interdiscursivo com fenômenos sociais que perpassam os valores construídos esteticamente, o que sugere atrelar a privatização à influência estética que permeia as relações humanas e que consolida um imaginário do que é material e tangível, significando na construção dos sentidos da história e da vida de cada sujeito, de acordo com a inscrição em uma dada FD.

Quanto ao estudo do belo e do conceito e da concepção de beleza, há uma relação intrínseca entre a estética da arte e a relação humana, no que tange à evocação de emoções, juízos e ideias. Isso quer dizer que são despertadas no ser humano as mais variadas sensações e experiências, quando ele se depara com a experiência estética e o teor do que é belo para a projeção de si e da realidade. Acerca deste fio interdiscursivo com a estética, sob o olhar amplo de sua definição e das várias possibilidades de se pensar, a estética, enquanto complexo mecanismo de significação, especialmente no que concebeu a filosofia, recorre-se ao um excerto que abrange a não delimitação do que é a estética e do quão amplo são os efeitos de sentido que ela pode trazer à tona, como aborda Hugon (2009, p. 7-8):

O Dictionnaire Historique et Critique de la Philosophie de A. Lalande (1980) define-a como a ciência que tem por objeto o juízo da apreciação que se aplica à distinção do belo e do feio, mas o Vocabulaire de l'Esthétique (1990) descreve-a como a filosofia e (a) ciência da arte; mais consensuais, Historisches Wörterbuch der Philosophie (1971), Enciclopedia Filosofica (1967) e Academic American Encyclopaedia (1993) definem-na como o ramo da filosofia que trata das artes e da beleza. Se considerarmos as definições que dela nos dão os filósofos, também encontramos desacordos. Assim, Baumgarten definiu-a como ciência do mundo sensível do conhecimento de um objecto (Méditations, 1735), enquanto Hegel faz dela a filosofia da arte (Cours d'Esthétique, 1818 -1830). A esta confusão junta-se o sentido veiculado pela origem do termo: estética vem da palavra grega aisthêsis que designa simultaneamente a faculdade e o acto de sentir (a sensação e a percepção), e esta etimologia parece designar a estética como o estudo dos factos de sensibilidade no sentido lato (os aisthêta) por oposição aos factos de inteligência (os noêta). A estética será crítica do gosto, teoria do belo, ciência do sentir, filosofia da arte? Desta cacofonia de definições, sobressaem dois pontos. A estética é uma reflexão sobre um campo de objectos dominado pelos termos belo, sensível e arte. Cada um destes termos encerra e implica outros e estas séries cruzam-se [...] em diversos pontos: belo abre-se para o conjunto das propriedades estéticas; sensível remete para sentir, ressentir, imaginar e também para o gosto, para as qualidades sensíveis, para as imagens, para os afectos, etc.; arte abre-se para a criação, imitação, génio, inspiração, valor artístico, etc.

No fato de Millôr usar a imagem de uma privada com representação da arte enquanto estética, em uma análise consoante à citação acima de como a estética pode ser compreendida, percebe-se que a relação interdiscursiva está para o fato de que a estética constrói simbolicamente o pensamento humano e molda a sua maneira de interagir com o mundo, induzindo ao que se pode chamar de construção da verdade, uma vez que está atrelada às sensações e percepções da vida. No tocante à charge, ao produzir a imagem estética enquanto porta-voz do belo, do sensível e da arte, como se pode atrelar à citação, Millôr incorre no poder que a estética tem para fabricar pensamentos e ideias apelando para o sensível e o belo, a fim de forjar a ideia de que a privatização é algo sedutor, por assim dizer; tal deslumbramento pela arte estética faz alusão, a partir do que se pode depreender da charge, aos discursos dos poderosos que tendem falar a partir de uma FD que apresenta e fomenta ações para privatizar instituições públicas como algo positivo, bom e necessário, visto que é do interesse dos que estão no comando da nação.

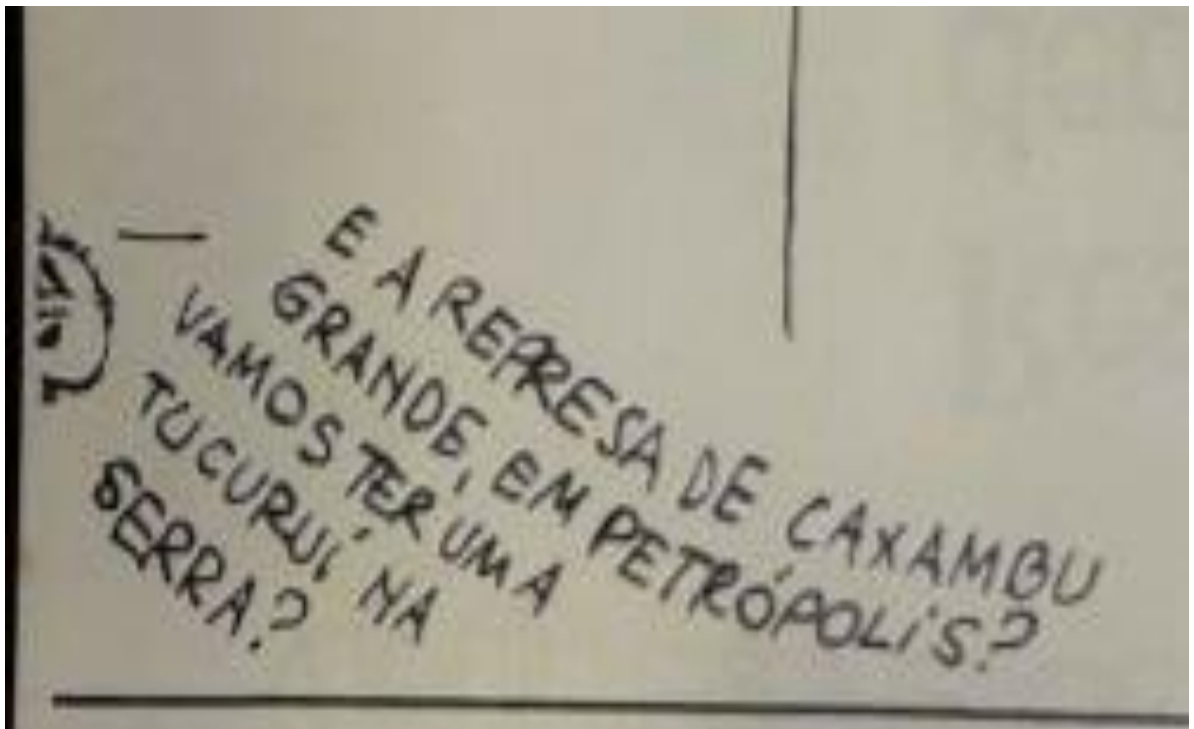
O contraste dos homens caricatos em relação à imagem da privada remete aos efeitos de sentido de que a privatização é proporcionalmente maior que as pessoas, isto é, tem uma força para se estabelecer como superior ao que podem os cidadãos intervir ou contê-la. Esta significação se dá pela forma com que Millôr apresenta as imagens na charge, pois as dispõe em desproporção de tamanho e enfatiza a discrepância do que pode um cidadão comum frente ao caráter monumental da privatização. Também é possível estabelecer uma relação entre o quanto as decisões dos que estão no poder é proporcionalmente maior do que dos demais, restando para estes, conforme a charge traz em um dos enunciados, considerar que “a privatização é para valer”, como quem ocupa o lugar de mero expectador e só lhe cabe aceitar. Nesse aspecto, as CPs e o lugar social ocupado por cada sujeito é determinante na produção discursiva. Sobre isso, Pêcheux (1990, p. 77) teoriza o seguinte:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior de relações de força existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa.

As CPs é que delimitam o dizer e os efeitos de sentido que podem ser construídos a partir desse dizer, sendo que cada sujeito do discurso se pronuncia a partir da FD em que está inscrito, com os respectivos atravessamentos ideológicos. Na charge, o enunciado dos homens caricatos, representando uma conversa entre cidadãos, caracteriza o que pode ser dito por

peças que ocupam determinado lugar social, como aponta a tese de Pêcheux para o fato de que o discurso emana do lugar social que o sujeito ocupa e é regido pelas relações de força intrínsecas às posições de cada um. Deste modo, o discurso sobre a privatização por parte dos governantes que visam lograr vantagens é de apologia, visto que o lugar social que o ocupam é de quem pode ser privilegiado com tal ação, diferentemente do discurso dos cidadãos que enunciam dentro daquilo que lhe é permitido, uma vez que não tomam decisões governamentais, tampouco decisões acerca da privatização, pois ocupam um lugar social de aceitação das ações dos governantes.

No enunciado que aparece com o autorretrato caricato de Millôr, como quem espia para uma realidade conjuntural da política de privatização no Brasil, tem-se:



A represa de Caxambu Grande citada por Millôr fica no bairro Caxambu, na cidade de Petrópolis, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro, trata-se de uma barragem para abastecimento de água potável da cidade. Na época em que Millôr produziu a charge, a represa era administrada pelo poder público, todavia, a partir de 1997, passou, por concessão do governo municipal de Petrópolis, a ser gerida pela iniciativa privada. Tal incidência corrobora o conteúdo da charge que, discursivamente, apresenta a questão da privatização com o sarcasmo de que é “pintado” ou retratado como algo belo, por conseguinte, bom.

Ao indagar “Vamos ter uma Tucuruí na Serra?”, Millôr faz menção a uma das maiores usinas hidrelétricas brasileiras, localizada no município de Tucuruí, no estado do Pará. Em comparação com a represa de Caxambu, a barragem de Tucuruí é expressivamente maior. A pergunta do enunciado é provocativa, uma vez que o fluxo de água que abastece as barragens é de rios muito diferentes em tamanhos, o que remete à reflexão da ironia de que para algo ser grande e promissor deve ser gerido por uma empresa privada, já que a gestão pública não dá conta de fazer o seu trabalho de administração de forma eficaz. Assim, Millôr constrói efeitos de sentido que colocam a privatização como solução dos problemas que, na verdade, são problemas de governabilidade.

A charge recorda o interdiscurso da estética enquanto imagem que se cria e que pode ser sedutora e atraente aos olhos, mas também pode trazer em si a ilusão de algo ou daquilo que vem de encontro à realidade. Millôr, ao criar a imagem de um vaso sanitário ornamentado artisticamente, utiliza-se da ironia e elabora seu discurso para expor a inverdade de que a privatização é boa e bela. Porém, ao desenhar a privada proporcionalmente maior do que os homens caricatos, ele o faz com a evidência de que a privatização é mais poderosa que o cidadão comum. Nesse ínterim, o trocadilho entre os significantes privatização e a privada deixa claro que o governo, na condição de quem quer lucrar com a venda de estatais, dá a entender que privatizar algo é bom para a nação, quando, não passa de uma tentativa de dissimular a verdade, que implicaria em danos financeiros ao Estado e, conseqüentemente, ao povo que financiou, via impostos, cada instituição pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se deu ao longo desta dissertação foi um dar-se a olhar para os discursos de Millôr, levando-se em conta o alicerce da TD para ponderar acerca de cada charge do corpus. Levando-se em conta que os efeitos de sentidos dos discursos de Millôr fogem da possibilidade de qualquer controle, também os sujeitos que lerem as produções de Millôr construirão significados a partir dos seus atravessamentos ideológicos. Isto também vale, de certo modo, para o analista do discurso, que também está cativo dos efeitos de sentido concebidos sob o espectro do seu lugar social e da sua posição sujeito. São sempre hipóteses de produção de sentidos, parciais, no que se refere à ideologia constitutiva do sujeito, e ambivalentes na condição polissêmica da língua.

Percebeu-se, pela análise do corpus, a ocorrência de um movimento parafrástico nas charges de Millôr, reiterando o discurso de crítica ao governo de Sarney. Os conceitos

mobilizados da TD deram conta de um ensaio que mostrou a complexa rede de significação entre o sujeito, a história e o dizer, que remonta a efeitos de sentido da relação que há entre o que é interior e exterior à pessoa que enuncia, na chamada alteridade do sujeito que não está fechado em si, mas que mantém correspondência com uma exterioridade que o constitui, a si e a seu discurso.

A relação interdiscursiva atrelada ao discurso de Millôr, no que tange às charges do corpus, foi o pivô das abordagens analíticas, uma vez que todo dizer é composto por outros dizeres retomados de momentos outros e de sujeitos outros para serem suscitados a significar no ato de enunciação de acordo com as CPs imanentes ao acontecimento discursivo. O humor é um mecanismo do discurso de Millôr, que se vale de ironia, sarcasmo e sátira e cujos enunciados e imagens caricatas foram concebidos para produzirem efeitos de sentidos de crítica à política da Nova República (1985 - 1990).

Millôr, nas produções aqui analisadas, fez ressurgir o interdiscurso do recrutamento do exército para se referir à parceria com corruptos (seção 4.1); lançou mão da analogia de um discurso inaudível, que partia de um microfone desligado, para atentar ao quanto os discursos políticos são vazios (seção 4.2); apelou para o efeito de um discurso de hipocrisia, para elucidar que a política no Brasil não passa de aparência (seção 4.3); resgatou o discurso dos ritos de passagem como esperança de novos ciclos que foram abordados ironicamente para expressar que nada muda em relação à política (seção 4.4); tratou de recuperar o discurso bíblico, que apela aos santos para solucionar problemas resultantes da incompetência do governo (seção 4.5); fez despontar o discurso da pirataria, para expor a falta de valor moral por parte dos poderosos que praticam a extorsão a qualquer custo (seção 4.6); e, por último, o discurso da arte como função estética e ornamental, para referir ao dizer ludibrioso e ilusório utilizado pelos que governam em benefício próprio (seção 4.7).

O discurso de Millôr advém do lugar social e da posição-sujeito de jornalista que ele ocupa, a qual é correspondente à inscrição na FD que se contraidentifica com as ações do governo. Graças à AD, foi possível estabelecer conexão entre o dizer de Millôr com seus atravessamentos ideológicos, dos quais ele é porta-voz, e o processo de produção de sentido atrelado à materialidade discursiva, à subjetividade do sujeito, à historicidade e à interdiscursividade que, juntos, constituem o dito e sua significação.

O discurso de Millôr, embora fale das CPs do passado, é também atual, pois manifesta a recorrente corrupção na política do Brasil, o que remete a ponderar sobre a percepção de que a corrupção é cíclica na nação brasileira, acarretando prejuízos para a população como um todo. Todo o dizer de Millôr cerca o inquestionável mal da corrupção, no que se refere aos crimes

cometidos por quem ocupa altos cargos na política brasileira e que se utiliza da sua posição para angariar privilégios, ao invés de executar o trabalho que lhe foi conferido pelo povo, ou seja, o papel de administrar em prol da nação, dos mais necessitados, e não em favor de benesses ilegais entre poderosos da elite.

Além de fazer parte do passado, a corrupção ainda é um assunto da atualidade. O recorte desta dissertação mostra que trata de um tema antigo e contemporâneo da história da nação brasileira, que diz respeito aos abusos dos que governam. Com um olhar atento para o discurso de Millôr, foi possível captar os efeitos de sentido que interpelam a política de ontem e de hoje. Depreende-se que o dizer de cada charge atesta o quão ineficaz é a gestão das instituições públicas por parte daqueles que estão no poder que articulam para interesses próprios e ganhos ilegais por meio do exercício da função, o que traz à tona as implicações de danos irreversíveis à sociedade brasileira que é vítima de uma corrupção histórica, sistêmica²⁷ e endêmica²⁸.

Ao analisar as possibilidades de efeitos de sentido produzidos pelos discursos presentes no humor político de Millôr acerca da Nova República (1985 - 1990), especificamente sob o recorte das charges de seu livro intitulado “Diário da Nova República – Vol. 2”, a partir de uma relação interdiscursiva com a devida recuperação do já-dito, é possível reconhecer que a corrupção no Brasil vem do passado e permanece até os dias de hoje. Isso implica dizer que rememorar Millôr, enquanto sujeito porta-voz de um discurso de crítica à corrupção, é também ler o presente cenário do político do Brasil.

Os discursos do sujeito autor, ironicamente articulados pelo viés do humor e da incidência do interdiscurso, tratam com acidez assuntos sérios e críticos em relação à política. Millôr dá a tônica da realidade da sociedade brasileira no período Pós-Ditadura, realizando produções discursivas que incitam pensar sobre o que faz do Brasil um país em que, historicamente, persiste a corrupção sem que tenha havido até então a aniquilação ou a inibição de ações criminosas por parte de poderosos governantes, que configuram as épocas passadas e a época atual.

Depreende-se que o discurso de Millôr, nas charges analisadas, é porta-voz daqueles que são explorados pelo governo e fala em nome de um povo que depositou convicção na administração de Sarney, inclusive sob um governo intitulado como Nova República, um nome que suscita mudanças, mas que não fez jus à denominação. Assim como a Nova República de 1985 prometia revolucionar a política brasileira, mas que não passou de uma

²⁷ Que se refere ao que é capaz de afetar todo um organismo, que toma forma generalizada.

²⁸ Diz-se daquilo que se naturalizou, que se tornou típico ou característico.

política de poderosos para poderosos, também o Brasil de hoje, que ansiou por um salvador, continua submergido pelas mesmas debilidades institucionais e pela grave deficiência da gestão pública, que insiste em submeter os cidadãos contribuintes a prejuízos frequentes. O país continua, neste momento, nas mãos de governantes que se empenham em esmagar a classe trabalhadora obrigando-a a pagar impostos altíssimos sem retorno na qualidade de serviços públicos e à dignidade, concentrando benefícios apenas entre os que estão no poder.

Para finalizar, propõe-se fazer uma analogia entre o dizer de Millôr e o quadro contemporâneo da política brasileira. Constata-se que os efeitos de sentido provocados pelo discurso de Millôr são contumazes e atuais, pois não se trata de mera coincidência essa relação entre os níveis de corrupção que atravessaram o tempo e a cultura de benesses dos governantes, como se fosse uma tradição e um revezamento entre poderosos governantes que continuam a extorquir o povo subjugado e a viver prestigiosamente com o dinheiro de uma população que confiou neles. Neste sentido, que é preciso um manejo anticorrupção por parte dos cidadãos e em especial por parte da justiça do Brasil para tentar liquidar a corrupção, que é um problema que impacta o desenvolvimento humano das pessoas, afeta diretamente o acesso e a qualidade da prestação dos serviços públicos, afligindo a parcela da população mais pobre e vulnerável, por atacar os direitos dos cidadãos brasileiros que pagam impostos e sustentam o país.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos** / Ruth Amossy (org.). - 1ª ed. 1ª impressão. - São Paulo: Contexto, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. Imagem retirada da internet, disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/files/2016/08/NO-MEIO-DO-CAMINHO.pdf>>. Acesso em 23 de jun. de 2019.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição** (1964 – 1984). Petrópolis / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário** (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. **Governo José Sarney** (1985 - 1990). Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/governo-jose-sarney-1985-1990/mapas/inflacao-do-governo-sarney-mes-mes>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

BÍBLIA. Bíblia online. Disponível em: <<http://www.bibliaonline.net/biblia/?palavra=mateus%2026:39&versao=1&lang=pt-BR&cab=&leituraBiblica=>>>. Acesso em 23 de jun. de 2019.

CATTELAN, João Carlos. **O interdiscurso entre-discursos**. Artigo de Revista - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Revista Trama - Volume 13 - Nº 30 - p. 168 - 190. e-ISSN 1981-4674, 2017.

CASTRO, Celso. D'ARAUJO, Maria Celina. **MILITARES e política na Nova República**. Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. 360p.

DICIO. **Dicionário online de português**. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: Acesso em: 26 de maio de 2019.

FERNANDES, Millôr. **Diário da Nova República** – Vol. 2. São Paulo - SP: L&PM Editores S/A, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. _____. **A ordem do discurso**. Tradução: Graciano Barbachan. Publicação Original: 1970. Livro em PDF disponível em www.sabotagem.revolt.org. Digitalização em 2004.

FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 7: **o chiste e sua relação com o inconsciente** (1905) / Sigmund Freud; tradução Fernando Costa Mattos e Paulo Cesár de Souza. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GOOGLE. **Imagens**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi0&ogbl>>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

GREGOLIN, M. R. V. **Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?** In: GREGOLIN, M. R. V. & BARONAS, R. (orgs.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos (SP): Claraluz. 2001. p.60-80.

HUGON, Carole Talon-. **A estética: história e teorias**. [tradução António Maia da Rocha]. Editora Papelmunde, SMG, Ltda. 1ª edição, Lisboa, 2009.

IMS, Instituto Moreira Salles. **Divagar e sempre**: Millôr Fernandes. Blog do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://blogdoims.com.br/divagar-e-sempre-millor-fernandes/>>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

IMS, Instituto Moreira Salles. **Millôr Fernandes**. Blog do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://ims.com.br/titular-colecao/millor-fernandes/>>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo** / CG. Jung ; [tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. - Perrópolis, RJ : Vozes, 2000.

KLEINMAN, Paul. **Tudo o que você precisa saber sobre psicologia**: um livro prático sobre o estudo da mente humana / Paul Kleinman; tradução Leonardo Abramowicz. - São Paulo: Editora Gente, 2015.

LACAN, Jacques. (1957). **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1960). **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso**: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso, Eni P. Orlandi - 4ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos, Eni P. Orlandi - 8ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. In: (Trad. José Horta Nunes). Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, São Paulo, n. 19, p. 7-24, jul./dez/1990.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. In: Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et.al.] - 2.ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **A Análise do Discurso**: Três Épocas. (Trad. De J. de A. Romualdo). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 311-318, 1997.

_____. **Papel da memória**. In: Papel da memória/Pierre Achard... [et al.] tradução e introdução: José Horta Nunes - 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. In: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi - 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. In: Tradução Eni P. Orlandi - 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Metáfora e interdiscurso**. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi)*. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-161.

PEROTTI, Ivane Laurete. **Uma tipologia do discurso de humor** (o político do humor e o humor político). Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 1995.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **O Crime do Colarinho Branco**. Revista da Faculdade de Direito, USP - Universidade de São Paulo, v. 68, n. 1, p. 115-133, 1 jan. 1973. <<file:///C:/Users/User/Downloads/66692-Texto%20do%20artigo-88080-1-10-20131125.pdf>>. 20 de ago. de 2018.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SOUSA, Ana Caroline Luiza. **Análise do discurso aplicada em charges e cartuns políticos**. Artigo de Revista Crátilo: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários. Patos de Minas: UNIPAM, (1): 39 - 48, ano 1, 2008.

SUPER INTERESSANTE. **Existiu realmente o Tio Sam, que simboliza os Estados Unidos?** Redação Mundo Estranho, 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/existiu-realmente-o-tio-sam-que-simboliza-os-estados-unidos/>>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

_____. **No tempo dos corsários e piratas**. História, 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/no-tempo-dos-corsarios-e-piratas/>>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

TV CULTURA. **Arte e Cultura: entrevista com Millôr Fernandes**. Disponível em: <https://tvcultura.com.br/videos/7586_entrevista-com-millor-fernandes.html>. Acesso em 09 de jul. de 2019.

UOL EDUCAÇÃO. **Biografias: Millôr Fernandes**, 2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/millor-fernandes.htm>>. Acesso em: 21 de set. 2017.

UOL, **Aventuras na História**. Grandes Navegações, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/bartolomeu-dias-cabo-tormentas-historia.phtml>>. Acesso em: 29 de jun. 2019.